



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ata nº 3/2024-----

-----2ª Sessão Ordinária de 2024 – 1ª Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 29 de abril de 2024-----

-----Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a Presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, Primeiro Secretário e **Alzira Maria Maças Calha**, p'la Segunda Secretária da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Ana Sónia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Cristiano Damaso Malha Gregório	Partido Socialista
José Luis Mateus Barbudo	Partido Socialista
Alzira Maria Maças Calha	Partido Socialista
João Pedro Marreiros Rosa	Partido Socialista
Maria da Luz Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Mónica Isabel Martins Fernandes Secretária do Executivo da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Raquel Gonçalves Bernardino	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Rodrigo Jorge Tomé Jeremias	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes Sousa Vales de Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido	PAN

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
CHEGA	Luís Filipe Alves Custódio	1 ano	02/06/2023 A 02/06/2024	Patrícia Alexandra Ferro
CHEGA	Patrícia Alexandra Ferro	1 dia	29/04/2024	Jorge Daniel Melo
CHEGA	Jorge Daniel Melo	1 dia	29/04/2024	Rodrigo Tomé Jeremias
BE	Marco Paulo Gonçalves Pereira	1 dia	29/04/2024	Marilu Veiga Santana
PS	Andreia Filipa Muchacho Sousa	1 dia	29/04/2024	José Luís Barbudo
PS	Pedro Jorge Marques Moreira	1 dia	29/04/2024	Alzira Maria Maças Calha
PS	Sheila Gassin Tomé	1 dia	29/04/2024	João Pedro Marreiros Rosa
PAN	Daniela Marlene Duarte	1 dia	29/04/2024	Ricardo Nuno Cândido

-----Apresentaram pedido de representação, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, o seguinte membro: -----

--	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Força política	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Ivo Miguel Inácio Carvalho	1 dia	29/04/2022	Mónica Isabel Martins Fernandes

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa Dos Santos	Vereadora – Partido Socialista
José Pedro Cardoso	Vereador – Partido Socialista
João Vasco da Glória Rosado Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA

-----Por Parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não estiverem presentes: -----

Isilda Vargues Gomes	Presidente – Partido Socialista
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador – Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Quando eram vinte e uma horas e seis minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **2ª Sessão Ordinária de 2024**, cumprimentando todos os presentes e transmitindo que têm o senhor Vice-Presidente em representação da senhora Presidente de Câmara, Dra. Isilda Gomes, porque apresentou um requerimento por estar ausente. Todos nós também sabemos que é do conhecimento público que a senhora Presidente é candidata às eleições europeias e, portanto, presumo que estarão neste momento a decorrer procedimentos e, portanto, esses procedimentos fazem com que a senhora Presidente não possa estar presente neste momento e provavelmente foi hoje dado entrada que é público, da lista do PS no tribunal constitucional e, portanto, devemos estar a aguardar algum procedimento relativamente a outra situação. -----

----- O que temos hoje formalmente, é a presença do senhor Vice-Presidente em representação da senhora Presidente da Câmara Municipal de Portimão e é com muito gosto que o temos aqui e que temos todos os elementos do executivo com pelouro e sem pelouro e, portanto, para iniciarmos os nossos trabalhos. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Interveio o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer à senhora Presidente da Assembleia Municipal que queria fazer uma interpelação à mesa sobre isso que acabou de dizer. Se me der a palavra, agradecia. Muito obrigado.

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, se me permitir, eu darei a palavra, mas estou no início a dar conhecimento. Temos também um pedido de representação do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvor, porque como sabem esta é a reunião ordinária de abril e, portanto, os órgãos autárquicos, a Junta de Freguesia, portanto a Assembleia de Freguesia de Alvor também reúne hoje na sua Sessão Ordinária. -----

----- A seguir, darei a palavra, porque penso que esta questão dos pedidos de substituição estão resolvidos e temos só a apreciação e votação das atas, mas dou já a palavra ao senhor deputado João Caetano, faça favor. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, era para interpelar a mesa, no sentido de perceber e consideramos aqui nesta bancada que a Assembleia tem esse direito, de perceber e de saber com exatidão se a senhora Presidente de Câmara suspendeu o mandato, às vinte e uma e catorze do dia 29 de abril, se suspendeu o mandato ou não. A senhora Presidente aludiu aí presunções que são suas, de que decorrem procedimentos com vista à apresentação da candidatura do Partido Socialista ao parlamento europeu. Todas essas questões são atendíveis, são legítimas do ponto de vista político e cívico como é evidente, mas a senhora Presidente de Câmara enquanto Presidente de Câmara responde por esta Assembleia politicamente e, portanto, nós consideramos que, em primeiro lugar é essencial que a Assembleia saiba nesta altura formalmente se entrou ou não o pedido de suspensão de mandato, porque é isso que decorrerá necessariamente, ou decorre necessariamente, ou já decorreu a esta altura, a esta hora que falámos da sua integração na lista do PS para o parlamento europeu, ou não e, portanto, eu antes de mais queria que a senhora Presidente da Assembleia desse essa informação de uma forma clara e objetiva a esta Assembleia, porque do ponto de vista institucional é o mínimo que nós podemos exigir aqui. É que nós quando começámos os trabalhos desta Sessão Ordinária saibamos com exatidão qual é a situação da senhora Presidente de Câmara, se está em exercício de mandato e se está só impedida por uma razão qualquer que enfim que já não é surpresa, porque já, enfim, já é caso repetido estar ausente de Portimão à data em que iniciamos aqui os trabalhos, ou se nesta altura suspendeu o mandato como a senhora presumirá, não é? E, portanto, eu para começar, porque como convirá temos aqui um elefante no meio da sala, não é, temos aqui um elefante no meio da sala, e para pormos o elefante para fora convinha que nós esclarecêssemos essa questão de uma vez por todas. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que pensa que a questão está colocada e bem colocada à exceção do elefante na sala que para si parece-lhe uma metáfora um bocadinho exagerada. É a minha opinião e, portanto, eu também tenho direito a opinião e, portanto, dizer-vos que sempre tiveram a máxima lealdade do lado da mesa e, portanto, a mesa transmitiu



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



no início dos trabalhos a informação que tem neste momento, e a informação poderia ser tout court a leitura da carta que eu tenho aqui, mas eu posso ler, «cara Presidente, informo vossa excelência que por me encontrar ausente do concelho não me é possível estar presente na primeira reunião da segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, dia 29 de abril, pelo que me faço substituir pelo senhor Presidente Álvaro Bila». -----

----- O que eu disse a seguir foi, o que eu disse a seguir foi muito simples. Eu não posso esconder que é do nosso conhecimento público, até porque tivemos numa cerimónia de homenagem aos autarcas portimonenses em que a senhora Presidente assumiu que tinha sido convidada para integrar a lista. Isso é do conhecimento público, o que eu presumo, o que eu presumo é que estarão a decorrer procedimentos que darão depois, amanhã ou nos dias seguintes, conhecimento se houve suspensão ou não. Eu não conheço a legislação, não me debrucei sobre essa matéria, eu não sou candidata às eleições europeias, portanto não tenho que as estudar, eu tenho é que saber que como Presidente da Assembleia Municipal, a senhora Presidente comunicou-me e eu hoje sei, porque li na comunicação social que o PS apresentou a sua lista a exemplo dos outros partidos que também apresentaram e, portanto, neste momento, neste momento senhor deputado, às vinte e uma e vinte minutos, eu não tenho conhecimento de mais nada a não ser que o senhor Vice-Presidente está em representação da senhora Presidente de Câmara e, portanto, não lhe posso dar mais informação do que aquela que tenho e a que tenho é esta, não tenho mais nenhuma e não vale a pena perguntar mais nada a não ser que o senhor deputado municipal tenha informação que eu não tenho, mas aí transmitirá publicamente.

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que não, não, vale a pena vale, desculpe, não, vale a pena, não, não. Se a senhora não tem, eu seguramente não terei também, senhora Presidente. Era o que mais faltava que eu tivesse mais informação sobre este assunto do que a senhora, era o que mais faltava. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não, então, se tivesse acesso ao tribunal constitucional se calhar podia ter algum documento que eu não tenho. -

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que não. A minha fonte do tribunal constitucional está de férias, senhora Presidente, mas pronto, lamentavelmente está de férias hoje. Eu acho estranho que a senhora Presidente tenha assumido aqui perante o plenário que o PS terá entregue junto do tribunal constitucional hoje a lista de candidatos ao parlamento europeu e que, sabendo todos nós, que é público e notório que a senhora Presidente de Câmara integra essa lista, creio que em sétimo lugar se não me falha a memória, que uma coisa não leva à outra, ou seja, que o facto da lista ter sido entregue, não pressuponha que tenha previamente dado entrada nos serviços da Câmara o pedido de suspensão do mandato, porque então aí temos aqui uma situação, deixe-me terminar senhora Presidente, temos aqui uma situação que, enfim, que viola todos e quaisquer princípios de um valor que os senhores no PS reclamam muito e reclamam bem, que é a ética republicana. Portanto, há aqui procedimentos a observar, os senhores são livres de integrar as listas que bem entenderem, são livres de fazer as opções que bem entenderem, de irem para



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



os lugares que entenderem e que forem convidados, isso é tudo legítimo do ponto de vista político e pessoal. Agora, há procedimentos a adotar e há uma coisa que não podemos aqui esquecer, nem podemos aqui descartar, são princípios de respeito e lealdade institucional e, portanto, se a lista foi entregue, eu não tenho conhecimento se foi entregue ou não, mas se a lista foi entregue hoje junto do tribunal constitucional, por acaso sei que a lista da AD já foi entregue, que é aquela que me interessa mais, diga-se em abono da verdade, mas se a do PS também foi entregue, eu não imagino, mas eu às vezes tenho falhas na minha imaginação, ela é um bocadinho fértil, mas às vezes também tem falhas, eu não imagino sequer como possível que não tenha dado entrada nos serviços da autarquia de um pedido de suspensão de mandato, pelo menos suspensão, ou até de renúncia, mas pelo menos suspensão do mandato, porque então estamos aqui a inverter completamente os procedimentos que são normais e são salutarés numa situação deste tipo e, portanto, se foi assim senhora Presidente, eu volto a perguntar e perguntava ao senhor Vice-Presidente se consegue informar a Assembleia sobre esse ponto. Entrou ou não entrou previamente na data de hoje, 29 de abril de 2024, entrou ou não previamente à entrada da lista no tribunal constitucional, um pedido de suspensão de mandato por parte da senhora Presidente? -----

----- Eu agradecia que fossem claros na resposta, porque isto não é uma questão de somenos importância, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhor deputado, já explicou. -----

----- Interveio o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, não, não, eu estou a questionar, não estou a explicar. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não vamos levar aqui meia hora a discutir este assunto. Eu vou-lhe dizer. -----

----- Interveio o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz", (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhora Presidente, levaremos o tempo que for necessário até a questão ficar... não, não, levaremos... não, senhora Presidente, é preciso que a questão fique esclarecida e clarificada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não. Não concordo com o que vossa excelência está a dizer. -----

----- Interveio o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CD /PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, sim, sim. Não é uma questão de somenos importância, não estamos a questionar uma questão. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, e eu vou-lhe dizer porquê. Eu fui clara... ó senhor deputado, peço desculpa, o que lhe estou a dizer é o seguinte. A senhora Presidente da Câmara Municipal Dra. Isilda Gomes, apresentou uma comunicação datada de 26 de abril de 2024 que entrou nos serviços, 26 de abril que entrou nos serviços. Ó senhor deputado, é tão relevante que não tem relevância nenhuma, desculpe lá, é tão relevante... ó senhor deputado, não me interrompa se faz



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



favor que eu não o interrompi. A senhora Presidente apresentou no dia 26, datado de dia 26 uma comunicação que refere, dia 26, hoje é dia 29. O que eu disse e não vou repetir à exaustão, é que nos serviços da Assembleia Municipal não entrou no dia 29 outro pedido que não seja este. Ó senhor deputado, isto pode não estar de acordo com a sua vontade ou com o seu entendimento jurídico, isto é factual, peço desculpa, isto é factual e é com isto e são com factos que nós trabalhamos. Este requerimento foi feito pela senhora Presidente, foi entregue, o senhor Vice-Presidente está aqui nessa qualidade, aquilo que nos merece e que tem sido merecido sempre da parte da Assembleia e da mesa da Assembleia é a máxima lealdade da senhora Presidente em apresentar sempre comunicações à Presidente da Assembleia relativamente às suas ausências justificando-as e dizendo o porquê da sua justificação. -----

----- Esta é uma ausência que está explicado. O que eu disse a seguir é da minha iniciativa e fui eu que disse, porque sou leal e sou leal com os senhores deputados municipais e, portanto, não venho... o que disse foi, é natural que haja procedimentos que estejam a decorrer até porque hoje houve uma entrega da lista. Portanto, é natural até que haja um pedido ou não de suspensão, eu não sei porque eu não estudei a matéria, não sei se isso decorre da lei, a apresentação da candidatura à suspensão, se decorre da tomada de posse se for eleita. O que eu sei é que tenho este documento, vou terminar aqui a discussão. Depois, a interpretação que será feita, isso depois os senhores deputados farão a interpretação que entenderem relativamente à leitura da lei, ou relativamente aos trâmites legais. O que eu sei é que esta Assembleia Municipal da parte da senhora Presidente tem tido sempre a informação correta e atual de tudo o que se passa. Portanto, se hoje não entrou alguma informação na Assembleia Municipal, amanhã entrará ou no dia a seguir, ou nos dois dias a seguir. Agora, nós a que temos para hoje, para o dia 29, para o dia 29 não é para o dia 30 que será amanhã a continuação dos trabalhos. Para o dia 29 é esta que tenho e não vou prolongar esta discussão, porque já dei a informação toda, não vou dar mais informação e vamos seguir, peço desculpa, vamos seguir os trabalhos. Se entrou na Câmara, não na Assembleia, porque senão está-me a desautorizar. Portanto, eu sei que os serviços da Assembleia não me deram conhecimento. Tem conhecimento se à data de hoje já entrou algum pedido de suspensão? -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que não tem nada a acrescentar, a senhora Presidente já disse tudo, ele está ali como Vice-Presidente em substituição da senhora Presidente e hoje ainda não entrou documento nenhum, porque está a decorrer no tribunal constitucional para confirmar a entrada da senhora Presidente na lista. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, pronto, já tem mais informação do que aquela que foi dada, mas pronto, o ponto de partida é igual, vamos iniciar os trabalhos. Ó senhor deputado, os esclarecimentos estão dados e depois a interpretação jurídica será feita com os dados todos. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, agradeceu a intervenção e informou que iriam entrar no período antes da Ordem do Dia, começando por colocar à votação a ata nº. 10/2023 referente à 4ª Sessão Ordinária de 2023, realizada em 27 de setembro de 2023. -----

-----**A ata nº 10/2023 foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião.** -----

-----Em seguida, colocou à votação a ata nº.11/2023 referente à 7ª Sessão Extraordinária de 2023, realizada em 20 de novembro de 2023. -----

----- **A ata nº. 11/2023 foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião.** -----

-----Em seguida, colocou à votação a ata nº.12/2023 referente à 8ª Sessão Extraordinária de 2023, realizada em 04 de dezembro de 2023. -----

-----**A ata nº. 12/2023 foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião.** -----

----- Em seguida, informou que iria abrir o debate para a discussão e votação das **Moções/Propostas de Recomendação** apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, às **Moções/Propostas de Recomendação**, apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, ao **Voto de Pesar – “Pelo poeta e escritor Nuno Júdice” - (subscrito pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal)**, cujo teor se transcreve na íntegra. Como sabem, faleceu no passado dia 17 de março o portimonense Nuno Júdice, um homem das letras do nosso país e, portanto, foi aprovado em conferência de líderes que eu fosse enquanto Presidente da Assembleia mandatada para redigir o voto de pesar e, portanto, fui mandatada por todas as forças partidárias e também pela senhora deputada Independente para redigir este voto de pesar e, portanto, ele foi distribuído na convocatória da Assembleia e vou passar a ler: « Faleceu em Lisboa no passado dia 17 de Março, com 74 anos, o poeta, ensaísta, ficcionista, investigador e professor universitário Nuno Manuel Gonçalves Júdice Glória, nascido em 1949, na Mexilhoeira Grande, Portimão, em 29 de Abril. -----

Os primeiros anos de vida foram passados na sua terra natal, a curta distância do Atlântico e da ria de Alvor, onde a herança árabe estava sempre presente, como recordou em entrevista ao *Diário de Notícias* em 2022: “... quando fui pela primeira vez a Marrocos senti-me de repente no Algarve que eu tinha conhecido no tempo da minha infância. A arquitetura, as cores das casas, as ruas e a própria comida, os sabores de pratos que tinha conhecido no Algarve e que a minha avó fazia, encontrei-os do outro lado”. Do mar, entenda-se, esse obstáculo que considerava “apenas geográfico” entre os dois países e os dois continentes.-----

Licenciou-se em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e obteve o grau de Doutor pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com uma dissertação sobre Literatura Medieval.-----

Professor do ensino secundário, desde 1992 até 1997, foi professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, até à sua aposentação, como professor associado, em 2015.-----

Foi diretor da revista literária *Tabacaria* (1996-2009), editada pela Casa Fernando Pessoa e Comissário para a área da Literatura, da representação portuguesa, à 49ª Feira do Livro de Frankfurt. Foi também Conselheiro Cultural da Embaixada de Portugal (1997-2004) e diretor do Instituto Camões em Paris. Organizou a Semana



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Europeia da Poesia, no âmbito de Lisboa '94 - Capital Europeia da Cultura. Foi diretor da *Revista Colóquio-Letras* da Fundação Calouste Gulbenkian.-----

Poeta e ficcionista, a sua estreia literária deu-se com *A Noção de Poema* em 1972. Ano do seu casamento e do nascimento da sua primeira filha. Em 1985 recebeu o Prémio Pen Clube; em 1990, o Prémio D. Dinis da Casa de Mateus. Em 1994, a Associação Portuguesa de Escritores distinguiu-o pela publicação de *Meditação sobre Ruínas*, finalista do Prémio Europeu de Literatura Aristeion. Assinou ainda obras para teatro e traduziu autores como Corneille e Emily Dickinson. Mantinha colaboração regular na imprensa. -----

A sua obra inclui antologias, edições de crítica literária, estudos sobre Teoria da Literatura e Literatura Portuguesa.-----

Tem obras traduzidas em Espanha, Itália, Venezuela, Inglaterra, França, México, Irão, China, Albânia, Suécia, Dinamarca, Grécia, Marrocos, Líbano, Colômbia, Canadá e República Checa.-----

Ao longo da sua carreira foi premiado com: -----

- Prémio de Poesia Pablo Neruda, (1975), *O Mecanismo Romântico da Fragmentação*; ----
- Pen Club, (1985), *Lira de Líquen*; -----
- Prémio D. Dinis da Fundação Mateus (1990), *As Regras da Perspectiva*; -----
- Prémio da Associação Portuguesa de Escritores, (1994), *Meditação sobre Ruínas*;-----
- Prémio Literário Eça de Queiroz da cidade de Lisboa, (1995), *Meditação sobre Ruínas*; ---
- Prémio Bordalo da Casa da Imprensa, (1999), *Por Todos os Séculos*; -----
- Prémio Review 2000 da Associação Internacional de Críticos Literários (2000), *Rimas e Contas*; -----
- Prémio de Poesia Ana Hatherly, Funchal, (2003), *O Estado dos Campos*; -----
- Prémio Fernando Namora (2004), *O Anjo da Tempestade*; -----
- Grande Prémio de Literatura DST (2007), *Geometria variável*; -----
- Prémio Ibero-Americano Rainha Sofia de Espanha (2013); -----
- Prémio Internacional de poesia Argana, da Maison de la poésie du Maroc (2014);-----
- Prémio de poesia Poetas del Mundo Latino Victor Sandoval, México (2014); -----
- Prémio Literário António Gedeão (2016), *A Convergência dos Ventos*; -----
- Prémio Internacional de Poesia Camaione, Itália (2017); -----
- Prémio Juan Crisostomo Doria a las Humanidades, da Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, México (2017); -----
- Prémio Rosalía de Castro do Centro PEN Galiza (2018); -----
- Grande Prémio de Poesia APE, pelo livro *Regresso a um cenário campestre* (2021). -----

Foi um dos escritores mais prolíficos da literatura portuguesa contemporânea, cuja obra completa é constituída por quase cinquenta títulos de poesia, duas dezenas de livros de ficção, mais de uma dezena de ensaios literários,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e quatro livros de teatro. -----
Pelas funções que exerceu, Nuno Júdice tornou-se uma figura de relevo da cultura portuguesa. -----
Em Julho de 2022, descobriu um soneto inédito de Luís de Camões – “*Cristo Atado À Coluna*” – num manuscrito datado de 1666, editado por Manuel de Faria no Séc. XVIII, na Biblioteca Digital Hispânica.-----
A 10 de junho de 1992, foi agraciado com o grau de Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada pelo então Presidente da República, Mário Soares, e, a 7 de junho de 2013, foi elevado a Grande-Oficial da mesma ordem, pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva. -----
Neste sentido, a Assembleia Municipal de Portimão, delibera conforme proposta unânime de todos os Grupos Municipais e da Deputada Independente: -----

- Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento do portimonense, escritor e poeta, Nuno Júdice. -----
- Prestar as mais sentidas condolências à família e amigos, guardando um minuto de silêncio em sua memória. -----

Mais delibera: -----

Remeter o presente voto de pesar à Presidência da República, à Associação Portuguesa de Escritores e, por seu intermédio, à família enlutada, às Editoras Leya e Dom Quixote e à Fundação José Saramago.» -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/Nós Cidadãos/ Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, senhora Presidente, é para dizer que a nossa bancada associa-se e subscreve integralmente o voto de pesar, manifestando o nosso profundo pesar pela perda decorrente do falecimento do Nuno Júdice, que era realmente uma figura incontornável do nosso concelho, da nossa terra e era uma das poucas figuras vivas, pelo menos na área da literatura de projeção nacional e internacional do Algarve. Se calhar estou-me a lembrar sem ser Nuno Júdice talvez só a Lídia Jorge que não é de Portimão como sabemos, é de Loulé, mas seriam os únicos algarvios vivos que atingiram um destaque tão grande, tão marcante que tiveram e que têm, a Lídia Jorge ainda tem felizmente um papel tão determinante nas letras portuguesas e, portanto, realmente foi uma perda irreparável quer para a sociedade e para a cultura portuguesas, como também para a nossa cultura do concelho, pelo que a nota de pesar e o minuto de silêncio e a homenagem que aqui prestamos é mais do que, embora seja uma singela homenagem é mais do que devida e, portanto, associamos integralmente essa homenagem. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, referir também que a própria Câmara Municipal logo de imediato na altura, portanto também decretou o luto municipal pela morte de Nuno Júdice. Não havendo outras intervenções, vamos fazer um minuto de silêncio. Muito obrigada a todos. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o **Voto de Pesar – “Pelo poeta e escritor Nuno Júdice” - (subscrito pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA NDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.** -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **moção – Comemorar o 50º aniversário do 25 de Abril e do 1º de maio em liberdade e dos 48 anos da Constituição da República Portuguesa - (subscrita pela bancada da CDU**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Este ano, os trabalhadores e o povo português comemoram o 50º aniversário do 25 de Abril e, conseqüentemente, o 50º aniversário do 1º de Maio em Liberdade. Comemoram também os 48 anos da Constituição da República Portuguesa, aprovada em 02 de abril de 1976, que continua a ser garante de um vasto leque de direitos fundamentais: direitos políticos, direitos económicos, sociais e culturais, dos trabalhadores e do povo português.-----

Ao comemorarmos a Revolução do 25 de Abril, não esquecemos e celebramos o ato generoso e corajoso dos capitães de Abril, que nessa inesquecível madrugada abriu as portas à liberdade e democracia e a quem hoje uma vez mais demonstramos o nosso agradecimento.-----

Celebramos o esforço heroico da Resistência antifascista, a abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, a intensa luta de massas dos trabalhadores, dos intelectuais, da juventude, do povo.-----

Celebramos o amplo e vigoroso levantamento popular que irrompeu nessa manhã de Abril, que transformou o levantamento militar libertador do MFA em Revolução. Numa verdadeira revolução emancipadora, assumida pelo povo, pela classe operária, pelos trabalhadores, pelos intelectuais, por amplas camadas antimonopolistas da cidade e dos campos, que com a sua ação conduziram a profundas transformações económicas, sociais, políticas e civilizacionais que se traduziram em grandes conquistas dos trabalhadores e do povo.-----

As conquistas de Abril são fruto de uma Revolução libertadora e emancipadora e a sua defesa no presente, exige manter viva na memória coletiva como ela foi determinante para pôr fim à pesada herança dessa feroz ditadura fascista que ao longo de 48 anos liquidou as liberdades e os direitos dos cidadãos, obrigou o nosso povo a uma guerra criminosa que provocou milhares de mortos e mutilados entre a juventude portuguesa,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



guerra esta que serviu os grandes interesses dos grandes monopólios nacionais e estrangeiros, explorou e reprimiu as massas trabalhadoras, impôs salários de miséria e o nível de vida mais baixo da Europa, proibiu greves e manifestações, proibiu partidos políticos, censurou os jornais, a rádio e a televisão.-----

- Comemorar Abril é denunciar o que foi o fascismo, mas também combater todas as tentativas do seu branqueamento.-----

Comemorar Abril é denunciar o processo contra-revolucionário, a política de direita que, desde 1976, destruiu conquistas, empobreceu a democracia, delapidou a soberania, bloqueou perspectivas.-----

O Portugal de 2024 é o País da revolução e das conquistas que se mantêm. Mas é um País com as marcas profundas da contra - revolução, com as feridas abertas da exploração, das injustiças e desigualdades, da fragilização económica, de uma democracia mutilada e da dependência resultante da reconstituição e restauração do domínio dos grupos monopolistas dependentes do capital estrangeiro e do comprometimento da soberania nacional ao processo de integração capitalista da UE e ao imperialismo. -----

O Portugal de 2024 é um país em que estão presentes importantes conquistas, em que a Constituição da República é esteio de direitos e de um projeto progressista, em que o exemplo e os valores de Abril se afirmam como força inspiradora e transformadora.-----

Comemorar Abril é combater a campanha de depreciação da Revolução que aproveita as comemorações do cinquentenário, não só para repisar as linhas contra Abril que vêm do passado, mas para ir mais longe na sua desvalorização como projeto capaz de dar vida ao presente e arquitetar e construir o futuro.-----

Há hoje quem procure aproveitar os 50 anos do 25 de Abril, para expor uma nova tese da família do fim da História. Quem 50 anos depois decreta que acabou, que Abril terminou, que se inicia um novo ciclo. -----

-Não, Abril não ficou lá atrás na História, não se perdeu no caminho, está aí nas conquistas que perduram, na Constituição da República Portuguesa, está aí no seu exemplo e nos seus valores. Desde logo na Constituição que apesar de todas as revisões, com amputações e abcessos, consagra direitos essenciais que aplicados dão resposta aos problemas dos trabalhadores e do povo e traduz um projeto que aponta o caminho que se impõe para o futuro. -----

As comemorações da Revolução de Abril, no ano que se assinalam os 48 anos da Constituição da República Portuguesa, devem ser um momento para proclamar os princípios nela consagrados e afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do Povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço. -----

No dia 1º de Maio de 1974 o povo português nas ruas confirmou o rumo popular e democrático do levantamento iniciado pelos militares de Abril, e contribuiu de forma decisiva para a transformação do levantamento militar em processo revolucionário. -----

Em poucos dias, todos os direitos e liberdades fundamentais foram repostos e começaram a ser exercidos. O salário mínimo nacional, que não existia, foi instituído ainda nesse mês de Maio, abrangendo mais de 50% dos trabalhadores. E nos contratos coletivos conquistados nos tempos que se seguiram, novas reduções da jornada de trabalho e numerosos novos direitos vieram a ser consagrados. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Neste dia, não esquecemos a luta, o sacrifício e a unidade de trabalhadores que em todo o mundo conquistaram direitos laborais e sociais e que abriram as portas à construção de sociedade mais justas e solidárias. -----
Este ano, vamos novamente comemorar este 1º de Maio num cenário social e económico de grande complexidade.-----

Portugal atravessa hoje um período difícil, com o empobrecimento da população, os baixos salários pensões e reformas, a precariedade, o desemprego, o brutal aumento do custo de vida, a fragilização das relações de trabalho, pondo em causa direitos conquistados e consagrados na Constituição da República Portuguesa.-----

É esta realidade de instabilidade permanente que nos dias de hoje compromete não só o futuro dos trabalhadores, reformados, pensionistas, mas também o futuro dos jovens e do próprio desenvolvimento do país.-----

Reivindicar Maio é estar ao lado dos trabalhadores e dos seus representantes, continuando a apoiar as lutas pelos direitos que lhes são devidos, defendendo os direitos já alcançados e os que se afiguram ameaçados.----

Comemorar esta data é para além de recordar o significado da luta pioneira dos operários de Chicago, o momento para valorizar o trabalho e dignificar os trabalhadores, combater o desemprego e a precariedade, lutar por salários, pensões, e reformas justas, e pela efetivação dos direitos individuais e coletivos.-----

Face ao exposto, a eleita da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV propõe que a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2024, delibere: -----

- 1. Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais encontram-se consagrados na Constituição da República Portuguesa e são a base de uma política que sirva Portugal e os portugueses. -----**
- 2. Saudar o 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, e as suas conquistas laborais e saudar todos os trabalhadores e as suas organizações sindicais, manifestando solidariedade com a luta por eles desenvolvida, exortando-os a continuá-la, numa perspetiva de consolidar direitos conquistados e de alcançar novos avanços que conduzam à sua total emancipação; -----**
- 3. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população para se associarem às suas comemorações. -----**
- 4. Enviar a presente deliberação à Presidência da República, à Assembleia da República, ao Governo, aos Grupos Parlamentares, à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN) e à União Geral de Trabalhadores (UGT). -----**
- 5. Dar conhecimento desta deliberação aos órgãos de Comunicação Social e publicar na página eletrónica da Assembleia Municipal de Portimão.» -----**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que primeiro que tudo e antes de começar queria pedir aqui, porque houve um lapso nesta moção uma retificação, quando na página dois dizemos, portanto é na página dois, porque por lapso notório se referiu que se «assinalam os cinquenta anos da constituição» e não é, é os quarenta e oito. Era só pedir essa ressalva. Muito obrigado. Pronto, então este ano comemoramos o «50º aniversário do 25 de Abril» e o «50º aniversário do 1º de Maio em liberdade». Comemoramos também «os 48 anos da Constituição da República Portuguesa aprovada» no dia «02 de abril de 1976, que continua a ser garante de um vasto leque de direitos fundamentais: direitos políticos, direitos económicos, sociais e culturais, dos trabalhadores e do povo português. -----

----- Ao comemorarmos» o «25 de Abril, não» podemos esquecer e celebrarmos «o ato generoso e corajoso dos capitães de Abril», e aproveitando aqui para «uma vez mais demonstrarmos o nosso agradecimento». --- Comemoramos também «o esforço heroico da resistência antifascista» e «celebramos o amplo e vigoroso levantamento popular que irrompeu nessa manhã de Abril e que transformou o levantamento militar libertador do MFA numa Revolução. -----

----- Portugal de 2024 é um país em que estão presentes importantes conquistas em que a Constituição da República é esteio de direitos e de um projeto progressista, em que o exemplo e os valores de Abril se afirmam como força inspiradora e transformadora. -----

----- Há hoje quem procure aproveitar os 50 anos do 25 de Abril, para expor uma nova tese da família do fim da História. Quem 50 anos depois decreta que acabou, que Abril terminou, que se inicia um novo ciclo. Não, Abril não ficou lá atrás na História, não se perdeu no caminho, está aí nas conquistas que perduram, na Constituição da República Portuguesa, está aí no seu exemplo e nos seus valores. -----

----- As comemorações da Revolução de Abril, no ano que se assinalam os 48 anos da Constituição da República Portuguesa, devem ser um momento para proclamar os princípios nela consagrados e afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do Povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço». Portanto, o 1º de Maio em 74, constituiu a promoção de uma indiscutível legitimação popular da Revolução de Abril. «Reivindicar Maio é estar ao lado dos trabalhadores e dos seus representantes, continuando a apoiar as lutas pelos direitos que lhes são devidos, defendendo os direitos já alcançados e os que se afiguram ameaçados. -----

----- Comemorar esta data é para além de recordar o significado da luta pioneira dos operários de Chicago, o momento para valorizar o trabalho e dignificar os trabalhadores». Ponho à votação esta saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio. -----

----- Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marilu Veiga Correia Baptista Santana**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que ouviu na Sessão Solene dos cinquenta anos do 25 de Abril sem os ouvirem, o que lamenta. Os nossos jovens informam-se, falam, pensam, escrevem sobre estes assuntos e muitos outros. Perante tal, vamos apresentar uma declaração de voto com o trabalho de professores e alunos sobre o mesmo tema da escola Júdice Fialho. Tenho dito. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que pese embora a sua bancada concorde genericamente com esta moção apresentada, há aqui questões que têm uma carga ideológica com um pendor com o qual não podem concordar e vai citar uma frase que se diz, «comemorar Abril é denunciar o processo contrarrevolucionário, a política de direita que desde 76 destruiu conquistas, empobreceu a democracia, delapidou a soberania e bloqueou perspetivas». Portanto, ficamos a saber que para a bancada da CDU só há democracia quando existe política de esquerda. A política de direita pura e simplesmente... não, não volta o país o empobrecimento. Está tudo dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que é um esclarecimento muito breve. Aliás, já o pedi esta tarde na Intermunicipal mas fiquei à espera, é se durante o governo da geringonça não houve retrocessos nem a política contrarrevolucionária de direita. Gostava que a senhora deputada esclarecesse essa questão aqui, porque é assim, desde 76 engloba necessariamente 2015 a 2019, em que esteve em funções um governo da República que foi apoiado pelo PCP com um orçamento de estado votado favoravelmente pelo PCP. Eu gostava de saber se nesses quatro anos houve contra a revolução também e políticas de direita ou não. Era só isso. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que a moção apresentada pela CDU teria um impacto total e abrangente se incluísse também como efeméride o 25 de Novembro de 75, como uma movimentação militar conduzida por partes das forças armadas, cujo resultado levou ao fim do processo revolucionário em curso, o chamado PREC, e a um processo de estabilização da democracia em Portugal. Logo, a bancada do Partido Chega irá abster-se da moção, pelo sonegar do supracitado. -----

----- Comemorar e respeitar sempre o 25 de Abril de 74, o 1º de Maio de 74, o 25 de Novembro de 75 e a Constituição da República. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer apenas o seguinte ao Partido Comunista Português, designado por PCP. Que não sei se sou de direita, se sou de esquerda, se sou do centro, sou de que lado for. O que eu sei é que sou um democrata e como tal em relação àquilo que a senhora aí escreveu, principalmente aquela frase que não havia inimigos. Acho que deveria na sua declaração mencionar todos, porque todos somos democratas. Quem se julga mais democrata do que os outros, certamente não é e a vossa convivência e a convivência no 25 de Abril até ao dia de novembro em que fomos libertados dessa questão deveria de ser ressalvado. Portanto, o Partido Social Democrata não irá acompanhar a votação favorável desta moção por este motivo, apenas por este motivo, porque não sei se sou de direita, se sou de esquerda, o que a senhora diz é que eu sou de direita e sou um bandido da democracia e não sou. Muito obrigado e nessa altura devo-lhe dizer que já era vivo, já tinha os meus dezoito anos e, portanto, vivi a democracia como a senhora provavelmente também viveu. Muito obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **moção – Comemorar o 50º aniversário do 25 de Abril e do 1º de maio em liberdade e dos 48 anos da Constituição da República Portuguesa - (subscrita pela bancada da CDU**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA NDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	2	1	1	0	19
ABSTENÇÕES	0	5	0	0	0	0	0	0	5
VOTOS CONTRA	0	0	3	2	0	0	0	1	6

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A moção foi aprovada por maioria.**-----

---- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que a bancada "Portimão Mais Feliz" votou contra, não por estar contra a essência da moção, mas pelos excessos de linguagem que a moção aqui contém, aliás, mais adiante se verá, temos aqui uma moção também sobre o 25 de Abril, portanto os valores, as conquistas e a essência do 25 de Abril acho que é consensual aqui nesta Assembleia, espero eu que seja. Agora, há aqui laivos de linguagem que são muito próprios do PCP... Eu estou a fazer uma declaração de voto verbal não sei se percebeu, mas pronto é só para constar isso. Os laivos de linguagem que são muito próprios do PCP quanto a estas questões, infelizmente depois obriga-nos aqui a tomar uma posição que não é sobre a essência do tema em si, é sobre realmente os contornos que a moção foi aqui trazida. -----

----- Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – Colocação Urgente de Casas de banho/ sanitários públicos no Miradouro da Praia da Rocha - (subscrita pela bancada do Bloco de Esquerda)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «1. **Conveniência para os Vendedores dos Quiosques e visitantes:** ---- O Miradouro e a atividade comercial instalada, atraem muitos turistas e visitantes locais. É fundamental haver Casas de Banho públicas disponíveis, o que torna a visita mais conveniente e confortável para essas pessoas, especialmente para os que trabalham dos quiosques, que passam um tempo considerável no local. -----

2. **Promoção do turismo em geral e do turismo sustentável:** Ao tornar o Miradouro e a zona envolvente mais acessíveis e confortáveis para os visitantes e para os locais, potencia a sua atratividade como destino turístico e comercial. Isso pode beneficiar a economia local, incentivando mais pessoas a visitarem o local. Além disso, ao fornecer infraestruturas básicas como sanitários públicos, vai contribuir para uma experiência de turismo mais sustentável, reduzindo o impacto ambiental negativo associado à falta de instalações sanitárias adequadas. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



3. **Saúde pública e higiene:** A presença de sanitários públicos pode ajudar a manter a área do Miradouro, as escadas de acesso e as praias mais limpas e higiénicas. Sem essas instalações, as pessoas são tentadas a urinar ou defecar ao ar livre, o que não apenas é anti-higiénico, mas também pode representar riscos para a saúde pública e ambiental. -----

4. **Inclusão e acessibilidade:** Dispor de sanitários públicos em locais públicos, torna esses locais mais inclusivos e acessíveis para pessoas com necessidades especiais, como idosos, pessoas com deficiência ou famílias com crianças pequenas. Isto permite que um grupo mais diversificado de pessoas desfrute da beleza natural do Miradouro e da zona comercial sem se preocupar com questões de acessibilidade. -----

5. **Segurança:** Sanitários públicos podem contribuir para a segurança dos visitantes e locais fornecendo um local seguro e supervisionado para uso. Em áreas remotas ou pouco frequentadas, a presença de banheiros públicos pode desencorajar comportamentos indesejados, ao fornecer uma presença mais visível de autoridades ou funcionários. -----

6. **Preservação ambiental:** Ao fornecer instalações sanitárias adequadas, podemos reduzir o risco de contaminação do solo e da água, além de promover práticas mais sustentáveis de gestão de resíduos. Isto é especialmente importante em áreas naturais sensíveis, onde a preservação do meio ambiente é uma prioridade. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Portimão, reunida em sessão ordinária em 29 de abril de 2024, delibera: -----

1. Colocar urgentemente Sanitários Públicos, Portáteis em contentor ou outros, se possível antes da época alta turística de 2024. -----

2. Repensar o local, construindo uma instalação Sanitária Publica. -----

3. No âmbito do seu financiamento, alocar verbas da taxa turística para o efeito.» -----

-----Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e ler o título da proposta de recomendação, «Colocação Urgente de Casas de banho/ sanitários públicos no Miradouro da Praia da Rocha. -----

1. Conveniência para os Vendedores dos Quiosques e seus visitantes». O miradouro é uma atividade, no miradouro está instalada uma atividade comercial, «atraem muitos turistas e visitantes locais, é fundamental haver Casas de Banho públicas disponíveis» que «torna a visita mais conveniente e confortável para as pessoas», especialmente para quem trabalha» nos quiosques e os que passam lá um certo tempo considerável. -----

----- O que nós pretendemos é que sejam colocados «urgentemente Sanitários Públicos, Portáteis» ou em contentores que já não conseguem fazer de outra maneira, mais «se possível antes da época da alta turística» e repensar no local, construindo umas instalações sanitárias públicas que têm lá espaço e têm as condições para o fazerem. Tenho dito. -----

----- Pedeu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo Leonor da Conceição Mateus**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que de uma forma sucinta, eles queriam



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



começar por elogiar o Bloco de Esquerda por ser um partido e uma força democrática desta Assembleia que consegue trazer moções que identificam problemas reais e propõem soluções e problemas reais da cidade de Portimão e dos portimonenses, coisas que devem ser feitas na Assembleia e que fazem cabimento na Assembleia mais do que moções a falar que amanhã chove. Portanto, parabéns por essa postura. -----

----- Da nossa parte só temos uma questão com esta proposta, que tem a ver com o carácter temporal da solução apresentada. Portanto, pensamos que o problema está bem identificado, mas está a jusante dessa própria solução. A Rocha é um local nobre da cidade, não pode nem deve estar sujeita a soluções temporárias de curto prazo por falta de visão e de falta de planeamento do executivo. Portanto, colocar soluções de casas-de-banho temporárias seria aumentar o ruído visual e o ruído poluente que lá existe neste momento com as barracas e, portanto, penso que mais uma vez, ou pensamos que mais uma vez isto é uma demonstração da falta de pensamento crítico e a ação a longo prazo que o executivo demonstra em zonas estratégicas e nobres da cidade. -----

----- À zona da Rocha podíamos juntar a zona ribeirinha que está ali para haver festinhas em agosto e, portanto, o que perguntamos é quando é que há tempo para termos um planeamento e uma visão estratégica, urbanística de futuro com aquilo que são hoje as linhas de financiamento que estão abertas pela União Europeia para que possamos incluir numa visão das zonas comuns das áreas urbanas nobres desta cidade a solução de problemas tão simples como sanitários e, portanto, pensamos e elogiando o Bloco de Esquerda só não poderemos ir a favor desta moção pela questão de não concordarmos com a solução apresentada para o problema identificado, embora vocês digam que seria por falta do que não se é possível fazer, é possível desde que haja vontade e desde que haja um pensamento. Eu percebo, mas se queremos mesmo reforçar aquilo que falta, não é essa solução, é mesmo a solução e a visão e um planeamento como deve de ser para uma zona que está ao abandono, porque não foi feito nada nos últimos anos na Rocha e na zona ribeirinha, por exemplo, que possa deixar obra legada, obra feita que nos glorifica. Portanto, só nesse aspeto e estaremos sempre dispostos a ver as vossas soluções e a dar o nosso melhor contributo para as melhorar. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **Cristiano Damaso Malha Gregório**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que é só para fazer uma curta nota. Independentemente da posição favorável que a bancada do PS tem à moção do Bloco de Esquerda, nós queríamos só deixar a ressalva que atualmente já existe uma casa-de-banho pública na zona do miradouro, ela está adjacente ao quiosque, à gelataria que lá está e até é uma casa-de-banho que funciona permanentemente, é pública e que independentemente disso que o executivo com certeza que irá avaliar a melhor solução, mas só deixar a nota que atualmente já existe uma casa-de-banho que funciona na gelataria naquela casa que vendem as revistas, o Euromilhões, portanto já existe aí uma casa-de-banho pública. Era só essa nota que eu queria deixar fincada. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de Recomendação - Colocação Urgente de Casas de banho/ sanitários públicos no Miradouro da**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Praia da Rocha - (subscrita pela bancada do Bloco de Esquerda), tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	3	2	2	1	1	0	24
ABSTENÇÕES	0	5	0	0	0	0	0	1	6
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Proposta de Recomendação foi aprovada por maioria.** -----

----- Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Voto de Saudação e Recomendação – Dia Internacional da Família – 30ª Celebração da Efeméride - (subscrita pela bancada do Chega)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « No dia 15 de Maio de 1994 a ONU (Organização das Nações Unidas) celebrou o ano internacional da família. A partir daí essa data ficou internacionalmente conhecida como o **Dia da Família**. -----

No mesmo ano, São João Paulo II, reconheceu a iniciativa da ONU em propôr a data como sendo uma celebração internacional, dizendo que a Igreja assumiria, também, a celebração em seu calendário. -----

"Uma nação verdadeiramente soberana e espiritualmente forte é sempre composta por famílias fortes, cientes da sua vocação e da sua missão na história"-----

São João Paulo II, por ocasião do Ano Internacional da Família-----

Para a ONU, a celebração do Dia Internacional da Família tem como objectivos:-----

- Realçar a importância da família na estrutura do núcleo familiar e o seu relevo na base da educação infantil; -----
- Reforçar a mensagem de união, amor, respeito e compreensão necessárias para o bom relacionamento de todos os elementos que compõem a família; -----
- Chamar a atenção da população para a importância da família como núcleo vital da sociedade e para seus direitos e responsabilidades; -----
- Sensibilizar e promover o conhecimento relacionado com as questões sociais, económicas e demográficas que afectam a família. -----

O conceito de família tem evoluído devido a factores como orientação sexual, divórcio, reestruturação familiar, entre outros. É por isso fundamental acompanhar e incentivar as crianças/adolescentes para a vida familiar, na qual devem ser partilhados momentos de amor, afectividade, calor humano, carinho, dôr, entre outros momentos essenciais para o desenvolvimento das crianças e da sua auto-estima.-----

A família é o núcleo no qual quase todos os seres humanos formam sua personalidade, sendo crucial no



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



desenvolvimento, instrução e educação das crianças, e por isso o Partido Chega considera que esta efeméride merece ser também assinalada no Município de Portimão.-----

Assim, o Grupo Municipal do partido CHEGA propõe que esta Assembleia Municipal, reunida no dia 29 de abril de 2024, delibere:-----

1 – Saudar todas as famílias portimonenses, naturais e de adoção, no contexto da trigésima celebração do Dia Internacional da Família a 15 de Maio de 2024.-----

2 – Recomendar à Câmara Municipal de Portimão e às Juntas de Freguesia que passem a assinalar o Dia Internacional da Família, incluindo atividades adequadas.-----

3 - Dar conhecimento desta deliberação à CPCJ-Portimão, às associações de pais do Concelho, aos órgãos municipais eleitos e à comunicação social regional.» -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, eu diria que esta moção vem direcionada à família e ao seu espírito. «Realçar a importância da família na estrutura do núcleo familiar e o seu relevo na base da educação infantil. -----

-----Reforçar a mensagem de união, amor, respeito e compreensão necessárias para o bom relacionamento de todos os elementos que compõem a família; -----

----- - Chamar a atenção da população para a importância da família como núcleo vital da sociedade e para seus direitos e responsabilidades; -----

----- - Sensibilizar e promover o conhecimento relacionado com as questões sociais, económicas e demográficas que afectam a família» e disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que antes de mais, a definição de família sociológica é, «o agregado de indivíduos unidos por laços afetivos no qual os adultos são responsáveis pelo cuidado das crianças. Desde 1994 que a OMS defende que «o conceito de família não pode ser limitado a laços de sangue, casamento, parceria sexual ou adoção». Desde 2016 que é legal a adoção por casais homossexuais em Portugal, reconhecendo o estado e a sociedade portuguesa estes como família. Posto isto, questiono o Chega se reconhece todos os tipos de famílias nesta mesma moção, que existem em Portugal em específico as famílias monoparentais, informais, homossexuais e anaparentais. ou se apenas reconhece como família nesta mesma moção, a definição de família tradicional, em que existe um homem, uma mulher e crianças. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que o Partido Chega não referencia qualquer tipo e espécie de família, engloba-as todas no mesmo sentido. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que num texto intitulado e que ele passou a tomar algumas notas justamente para não fugir digamos ao rigor do texto, dizia ele num texto intitulado «nascimento, parentalidade e família», isto nos programas eleitorais para as eleições legislativas de 2024, duas investigadoras, Mariana



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Évora e Dulce Neves, observam que as propostas eleitorais do Chega ao debruçarem-se sobre o tema da parentalidade, focam-se num modelo familiar heteronormativo, fechado rígido e uniforme. A menos que haja uma outra ala do Chega e seja mais liberal. -----

----- Trata-se de um modelo aparentado com o modelo patriarcal, que tem como foco especial a mãe como figura cuidadora, enfim, uma figura visivelmente incompatível com os ideais democráticos da mulher. -----

----- Nesta conceção de família são ignorados setores vulneráveis da população, como as famílias de imigrantes, por exemplo, só para dar este exemplo, é que nós não conhecemos em lado algum, preocupações de integração familiar para efeito de recomposição das famílias dos emigrantes. É um assunto parece que é tabu, porque os emigrantes não têm família, não há família, os emigrantes são vistos tão só e apenas como mercadoria. -----

----- Regressando ao texto da recomendação do Chega, o Chega excerta a gosto considerações de João Paulo II sobre a família. Claro está que esta situação não sendo politicamente inocente, não deixa de ser uma flagrante descortesia com o papa Francisco e com o seu pensamento de que quando surgem dúvidas e confusões, deixa claro que a constituição pastoral aprovada pelo concílio Vaticano II apresenta-nos uma noção de família que recusa uma ideia passadista e fechada, rígida e uniforme. -----

----- Numa circunstância ou noutra é isto que nós gostaríamos de salientar, numa circunstância ou outra, misturar religião com política não deixa de ser inquietante, e é inquietante por não respeitar a laicidade do estado e tentar impor ou transferir para o governo ideais e valores particulares como são os da vida religiosa de cada cidadão. -----

----- O PS não pode acompanhar a teologia política do Chega, que reivindica a presença da religião na esfera pública, com o propósito claro de usá-la como instrumento para o exercício do poder, como um pilar de submissão e de controle dos indivíduos. -----

----- Impõe-se questionar de que famílias estamos a falar, das que pressupõem em ter a mãe como figura cuidadora, como virtuosa dona de casa que se dispensa de trabalhar para ser serventuária doméstica do lar? Porquê esta visão incompatível com os ideais democráticos da mulher? -----

----- O Chega alude por fim às famílias portimonenses naturais e às de adoção. As famílias dos emigrantes também estão aqui nas de adoção? A que título faz esta segmentação quando nós enquanto governo local temos o dever de conferir o valor inviolável da pessoa humana para todos os nossos concidadãos sem distinções bairristas ou de qualquer outra espécie, nomeadamente as sexuais. -----

----- Por fim, nós questionamos porquê o Chega arma em guardião das famílias, ao mesmo tempo que as menoriza na mesma medida em que ao dizer que tem intenção de as promover, propõe-lhes atividades adequadas. Atividades adequadas? Atividades adequadas serão aquelas que as famílias entendem apropriadas, ou aquelas que o Chega acha próprias para as famílias, pretendendo com isso diminuí-las. -----

----- Se a família é o núcleo de educação, deixem as famílias em paz com esses atributos e não as tentem colocar a reboque da tradicional teologia política da fatídica fórmula de deus, pátria e família. Querendo com isso subestimar a nossa inteligência. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- O PS ao ter como perspetiva uma moral civil assente numa dimensão universalista de dignidade humana, que impulsiona a cidadania inclusiva, não pode por estes argumentos que acabámos de expor, acompanhar esta proposta de recomendação. Pensamos que estes argumentos são absolutamente clarividentes relativamente ao que está aqui implícito nesta proposta, porque como dizia o bom amigo Oliveira Salazar, em política aquilo que parece, é e aqui realmente parece e é. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que não percebeu nesta última intervenção aqui uma frase do senhor deputado Figueiredo, mãe uma figura incompatível. O enquadramento quando o deputado refere-se a mãe uma figura incompatível, em que contexto é que o deputado está a utilizar? É que eu não percebi, se considera dentro da moção que a mãe é uma figura incompatível, eu não percebi e gostava que esclarecesse esta parte. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que o senhor deputado já fez a sua intervenção, considera que está esclarecido. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, não, mas eu gostava que o senhor deputado me esclarecesse porque eu não percebi. -

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, mas a moção não é do senhor deputado Figueiredo. Mas o senhor deputado entende que não. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, está bem, mas eu gostava que o senhor deputado José Figueiredo... porque é que não responde? Considerou a mãe uma figura incompatível, considera uma mãe uma figura incompatível dentro do seio familiar. Agora pergunto, quem é que considera a mãe uma figura incompatível? É o Chega, ou é o senhor deputado Figueiredo. Foi por isso que eu não percebi, eu gostava que o senhor deputado Figueiredo esclarecesse a frase que acabou de dizer, porque eu não percebo. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que pensa que não foi isso que o senhor deputado disse. O senhor deputado disse... -----

----- Interveio a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, ó senhora Presidente, está aqui o senhor deputado para esclarecer o sentido da frase. A senhora Presidente, desculpe, não compete à senhora Presidente e eu nem reconheço competência para tal para estar a justificar com que intenção é que o senhor deputado Figueiredo proferiu a frase. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que isso ela sabe. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, deixe o senhor deputado Figueiredo falar, porque o senhor deputado Figueiredo já é adulto. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhora deputada, terminou? É que eu não a interrompi, mas a senhora deputada gosta de me interromper. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, ó senhora Presidente da Assembleia Municipal, vamos continuar sempre no mesmo registo? É para continuar? -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer só sobre a moção que a bancada do PSD naturalmente face ao exposto na moção, no seu conteúdo e também na forma, dizer que não podem daqui extrapolar para outros caminhos. Eu facilmente conseguiria arranjar argumentos sobre família e o conceito de todas as forças políticas, até da minha que discordaria e face àquele que é o conteúdo e a política que devemos avaliar moção a moção, face àquilo que está exposto nas duas páginas do Chega, é claro como está não podemos daqui entender coisas subliminares da mensagem ou mensagem que outros dirigentes passaram, a bancada do PSD face ao conteúdo do Chega que é normalíssimo, claro e cristalino, somos a favor, não temos nada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que realmente ele fica, ele já não sabe qual é que é o termo que pode adaptar a estas intervenções que ele ouve da bancada do PS, nomeadamente na pessoa do seu líder, o senhor excelentíssimo senhor deputado José Figueiredo. Eu a ouvi-lo e até a sua forma erudita como explana os seus argumentos, fizeram-me lembrar uma frase que salvo erro era do José Carlos Ary dos Santos que dizia, «as coisas são como elas são, um gato é um gato, um cão é um cão», e então e também lhe dizer que através desta frase lhe digo, no mundo académico há justificações para tudo, especialmente para espaldar aquilo que é a opinião de uma bancada. Eu lembrei-me facilmente, ia aqui à procura de um excelentíssimo académico que se chama José Boaventura dos Santos e justificava aqui vários conceitos de família também curiosamente, mas não, preferi não o fazer. Agora, isto é linhas vermelhas, mais linhas vermelhas, mais linhas vermelhas atrás de linhas vermelhas e pasme-se que conseguem ver ficção de coisas tão óbvias e tão simples quanto a família. Aliás, os senhores conseguem negar uma coisa que a ONU diz, que é, os senhores acabam de negar a importância da família na estrutura do núcleo familiar e o seu relevo na base da educação infantil. Expliquem isto às suas famílias. Os senhores negaram que é importante reforçar a mensagem da união, amor, respeito e compreensão necessárias para o bom relacionamento de todos os elementos que compõem a família. Os senhores acabam de negar que é importante chamar a atenção da população para a importância da família como núcleo vital da sociedade e para os seus direitos e responsabilidades. -----

----- O que o senhor acabou de dizer em nome da sua bancada foi não vamos sensibilizar e promover o conhecimento relacionado com questões sociais, económicas e demográficas que afetam a família. Mais, o senhor vem aqui falar da imigração quando os senhores acabaram com o contrato de trabalho obrigatório para os imigrantes. Os senhores desumanizaram a imigração, não têm moral para vir falar aqui da imigração, nem relacionar estes conceitos com uma moção tão simples que defende a comemoração de um Dia da Família pelo município de Portimão. Tenho dito. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, eu dirijo-me diretamente ao Chega se a senhora Presidente assim o permitir, para desde logo mencionar alguns atributos familiares que foram invocados pelo membro do PAN que não ficam aqui em claro. É óbvio que eu não tenho pretensões do foro académico, senão convidava-o para uma aula. As pretensões que temos, é efetivamente a de pensarmos aquilo que os senhores pensam em termos de famílias inclusivas, que os senhores não pensam assim e justifiquei e têm isso, disse à colação porquê o que está aqui implícito. Porquê os senhores invocam o santo papa Paulo II? Porquê,, há necessidade de pensar deus, pátria e família como uma trilogia política? Digam-me! Respondam-me, isto é academia? Não é. Isto não é academia. Eu não vim aqui dissertar sobre os vários tipos de família, desde a família alargada, a família da propriedade do estado, a família nuclear, a família patriarcal que mencionei e aludi a esse propósito a figura no seio da família, dessa família heteronormativa resultante de um estudo sério aprofundado sobre o vosso programa eleitoral. É isto academia? Não é, os senhores não têm é como encontrar outro tipo de argumentação que a de evocação dos limites do vermelho. Não é isso meus amigos, a democracia pressupõe que no seio da dita família a mulher não seja a cuidadora, que a mulher tenha efetivamente ideários democráticos que sejam compagináveis com os do homem. E consequentemente aquilo que efetivamente nós avançamos aqui foi o resultado do vosso texto, das famílias de adoção, das famílias portimonenses, da não inclusão das famílias imigrantes e, portanto, dissertámos aqui e em torno da desconstrução do vosso texto que é uma coisa que vos aborrece, que vos irrita solenemente. Eu acho que esta discussão foi salutar e deu uma visão diferente e atual dos problemas que suscitam em torno da família. Ou os senhores esquecem que é no seio da família, da dita família, cheio do amor, etc., etc., que há problemas significativos? É óbvio que eu não falei aqui da família burguesa, falei de família patriarcal, para dar uma nota de diferença de abordagem das famílias. Agora, o que é que vos incomoda tanto um pensamento diferente e aberto ao futuro e aberto ao progresso? Falei de forma passadista incoerente, é isso que vos perturba? É óbvio que os senhores não negam, não podem negar que até pelos excertos que aqui usam que têm uma visão conservadora da família. Eu contrapus e disse que inclusivamente seria uma deselegância para com o pensamento do papa Francisco, fui inclusivamente ao vosso encontro tentando discutir no seio da vossa argumentação religiosa da qual se cercam e o que é que eu disse? Isto é perigoso, porque o Chega o que pretende é efetivamente incorporar espaços privados na normalização do espaço público e fui muito claro, se as famílias são espaços de educação, são espaços de formação, deixem as famílias continuar em paz, não pretendam usar famílias na trilogia política. Os senhores usam deus, pátria e família, isso incomoda-vos, isso não é factual? Isto é algo irracional, é desvirtuar o que aqui está, é desvirtuar aquilo que os senhores propalam, fui eu que reinventei deus, pátria e família? Querem ver agora que o académico fez isto. Bem, tenhamos um pouco de humildade, porque essa história de atribuir o outro académico, eu não fiz isso, eu não vos disse que isto era algo simplista, não é assim que se batem as pessoas, assim batem-se nas pessoas. Agora, atenham-se ao pensamento, não se atenham ao Figueiredo para dizer que é um académico, isso é muito fácil, mas isso não resolve os problemas da inquietação dos portugueses. Querem regressar a deus, pátria e família, pois que regressem, estão aí entendendo fazer isso, nós não queremos isso, não queremos essa família que faz parte



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



dessa trilogia política. Dissemos, temos o direito de não aceitar isso, mas este é um combate político, é um combate político de ideias, não é de pessoas, não é de académicos, porque vocês não deitam abaixo pela circunstância de usarem comigo esse negativismo, porque eu não aceito, porque já tenho os mesmos problemas que só os senhores têm. Agora, tenho o direito enquanto partido de veicular aqui as nossas ideias de modernização, de inquietação naturalmente relativamente aos problemas. Agora, tenham também a humildade de perceber que não há pré-conceito nisto, há conceitos e os conceitos estão cá, não estão no outro lado de lá. Portanto, é esta a base que faz com que nós questionemos o tipo de família que os senhores falam, que tipo de família? Os senhores descrevem a família que é quem, que modelos de família? A família não é um dado uniforme, unidirecional. -----

----- O senhor deputado do PAN começou por colocar essa questão da diversidade, dos modelos familiares e muito bem. Não havia nada combinado, senhor deputado, pois não? Ora bem, então já fico mais tranquilo e com isto me calo. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, eu sei que este tipo de discussão incomoda, ou melhor, isto traz à luz uma série de ideias que até convém ficarem aqui, não só gravadas, mas até aqui do ilustre público, eu continuo a ter um lamento enorme disto não ser transmitido, mas um dia será, mas dizer o seguinte. Os seus colegas ali da autarquia de Lagos acabaram de aprovar esta mesma moção. Portanto, é interessante como é que de Portimão para Lagos existe uma visão diferente e até eu diria quase sectária da família, mas os senhores vão ter que discutir entre vós, porque ali do lado de Lagos aprovaram há dois minutos atrás. Portanto, eu penso que o PS tem que se reformar naquilo que é o conceito de família e, portanto, e acima de tudo, dizer o seguinte mais uma vez. Os senhores, parece que não devem ter lido esta moção, e aqui diz que «o conceito da família tem evoluído devido a fatores como a orientação sexual, o divórcio, a estruturação familiar, entre outros. É por isso fundamental acompanhar e incentivar as crianças e os adolescentes para a sua vida familiar, na qual devem ser partilhados momentos de amor, afetividade, calor humano, carinho, dor, entre outros momentos essenciais para o desenvolvimento das crianças e da autoestima». O que é que isto tem a ver com o período fascista e essas frases que o senhor traz para aqui? Nada, tenho dito, não percebo, continuo sem perceber, continuo sem compreender o porquê de não aceitar esta moção. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o **Voto de Saudação e Recomendação – Dia Internacional da Família – 30ª Celebração da Efeméride – (subscrita pela bancada do Chega)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	0	0	0	1	11
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	1	0	1	0	2



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTOS	15	0	0	0	1	1	0	0	17
CONTRA									

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**O Voto de Saudação e Recomendação foi reprovado por maioria.** -----

-----No Seguimento desta votação, a bancada da CDU, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra: «Sem prejuízo do reconhecimento do valor da família, com célula base da sociedade, e da sua importância como núcleo educacional das futuras gerações. -----

Para ao CDU – Coligação Democrática Unitária -PCP- PEV, a família deve ser «constituída na base da decisão livre, do amor, do afeto e da solidariedade recíprocas». -----

Aliás realçamos que tem sido ao longo dos anos esse o sentido da intervenção do PCP, desde a sua participação nas alterações ao direito da família – legalização do divórcio, igualdade das crianças nascidas dentro ou fora do casamento, direitos para os casais em união de facto, independentemente do sexo - à criação de condições para o exercício dos direitos, passando pelo combate à violência doméstica. -----

A luta do Partido Comunista Português após a Revolução de Abril em defesa dos direitos de maternidade, pelo planeamento familiar e pela educação sexual, contra o aborto clandestino, materializada nos projetos-lei de 1982, parte da análise da situação que então se vivia. -----

«Quem pode ignorar quantos partos sem assistência, quantos abortos clandestinos e quantas crianças morrem ou nascem deficientes todos os anos em Portugal?», perguntava-se no preâmbulo desses projetos.---As vitórias alcançadas nesse campo são notáveis: os dados relativos à saúde materna e infantil colocam Portugal no lote dos países mais desenvolvidos do mundo, indissociáveis das conquistas de Abril e, sobretudo, da construção do Serviço Nacional de Saúde.-----

Nos direitos de maternidade e paternidade, continuamos a ter muitas batalhas ainda a travar, sobretudo para garantir que os direitos saem da lei para a vida, e sobretudo da lei para os locais de trabalho. Defender e garantir que a parte biológica da maternidade está protegida (a gravidez, o parto, o puerpério, a amamentação), mas também o direito a acompanhar as crianças, seja a mãe, seja o pai. -----

Salientamos que nos anos 80 foi uma pedrada no charco o PCP afirmar o direito a ser mãe e ser feliz. Quando afirmava que ser mãe era uma escolha, não uma fatalidade do destino, e que era perfeitamente compatível com trabalhar, participar e viver em igualdade. -----

Hoje, quando usamos a frase «Crianças e pais com direitos, Portugal com futuro», associamos os direitos das crianças e os dos seus pais à construção de um país desenvolvido. Uma vez que, o caminho de baixos salários, desemprego e precariedade penaliza sobretudo as famílias com crianças. A desregulação dos horários de trabalho, o trabalho por turnos e aos fins de semana impede que as famílias convivam, empurram as crianças para horas a fio na creche ou na escola, não deixa tempo para brincar, transforma a vida numa correria infernal e desgastante. Aliás esta situação também está na raiz do adiamento da maternidade, da decisão de ter só um filho quando se queria ter mais e, portanto, contribuindo de forma direta para o défice demográfico que Portugal atravessa. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Para a CDU - Coligação Democrática Unitária -PCP- PEV as mulheres têm direito a decidir ter filhos e a acompanhá-los ao longo do seu crescimento. A maternidade não é um capricho nem um luxo. É um projeto de vida pessoal, claro, mas que também cumpre um papel social indispensável e que nesse quadro deve ser protegido e apoiado. As mulheres têm direito a ter tempo para o trabalho, para si e para a família. A serem felizes e livres em todas as esferas da vida. -----

Na Constituição da República Portuguesa (CRP), o direito à família está consagrado no artigo 36º como direito fundamental o qual prevê que "Todos têm o direito de constituir família e de contrair casamento em condições de plena igualdade". Este direito está ainda integrado no capítulo dos Direitos e Deveres Sociais, podendo ler-se no artigo 67º que a Família é um "elemento fundamental da sociedade, tem direito à proteção da sociedade e do Estado e à efetivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros. Dado o seu relevo na organização social o Estado Português assume medidas a implementar para a proteção da família e dos seus membros." -----

A Família é também objeto de proteção no artigo 16º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que refere "(...) A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado". -----

É assim no cumprimento da Constituição que se encontram as soluções para a proteção da Família. -----

A CDU- Coligação Democrática Unitária PCP-PEV jamais poderia votar favoravelmente esta recomendação, por considerar desnecessário o município assinalar o Dia Internacional da Família.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, para dizer que o PAN gostaria de fazer uma declaração de voto verbal. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para perguntar, oral? -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, oral, sim. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, faça favor.

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, o PAN absteve-se nesta moção, no seguimento do reconhecimento por parte da bancada do Chega, pelo menos em Portimão, das famílias monoparentais, informais, anaparentais e homossexuais como conceito de família em Portugal. -----

----- Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Voto de Pesar – Homenagem a António Pacheco - (subscrita pela bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Os adeptos de futebol e, de uma forma particular, os Portimonenses, foram confrontados, no passado dia 20 de Março, com o desaparecimento precoce de António Pacheco, antigo jogador e treinador de futebol do nosso Portimonense Sporting Clube, que se destacou sobretudo ao serviço do Sport Lisboa e Benfica e do Sporting Clube de Portugal. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Depois do fim da sua carreira como futebolista profissional, em que teve a honra de representar seis vezes a seleção nacional, António Pacheco regressou de vez à sua terra natal, onde fixou a sua residência, acompanhou o crescimento dos seus filhos e manteve várias actividades com empresário, onde se destaca um negócio no ramo da restauração e animação nocturna, no concelho vizinho de Lagos. -----

Mas para muitos Portimonenses e não só, mais do que o brilhante extremo esquerdo, que serpenteava os relvados com os seus dribles e sprints difíceis de travar, o António Pacheco era, acima de tudo, um amigo, um companheiro de tertúlias e de convívios animados, uma pessoa extremamente simples, de trato sempre cordial e alguém permanentemente disponível para ajudar quem precisava, que deixou amigos e saudade por onde passou, fruto do seu carácter simples, recto e afável!-----

No seio da nossa comunidade é inegável o marco deixado pelo Homem, pela sua postura humilde, simples, honesta, características que tornavam impossível não gostar de António Pacheco, pelo que o seu falecimento repentino representa uma perda irreparável para a sociedade Portimonense! -----

Assim, -----

Os eleitos da Coligação **PORTIMÃO MAIS FELIZ** (CDS-PP, Nós, Cidadãos! e Aliança) propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 2ª Sessão Ordinária de 2024, realizada em 29 de Abril, delibere:-----

a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de António Pacheco, ocorrido no passado dia 20 Março de 2024, prestando homenagem à sua ímpar figura de desportista, empresário e destacado Portimonense; -----

b) Endereçar publicamente as suas sentidas condolências à sua família, manifestando junto da mesma o nosso profundo pesar pela sua dolorosa perda; -----

Propor à Comissão Municipal de Toponímia a atribuição, ainda durante o corrente ano, do nome de António Pacheco a uma rua ou avenida da nossa cidade, em zona condicente com a importância que tão destacada figura teve na nossa sociedade.» -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que é daqueles votos que, enfim, preferiam não ter que apresentar, mas infelizmente faleceu no passado dia 20 de março, o António Pacheco, que era uma figura conhecida de todos, pensa ele, foi um destacado futebolista, foi jogador e treinador portimonense, foi um destacadíssimo futebolista no Benfica e no Sporting, foi internacional pela seleção A e era acima de tudo um portimonense ilustre, uma pessoa muito querida no seio da sua comunidade, junto dos seus amigos, familiares e concidadãos e é uma pessoa que, enfim, quem o conheceu, com quem ele privou ainda que pontualmente, guarda certamente memórias de uma pessoa extremamente simples, extremamente aberta, humilde, dialogante, pronta a ajudar o próximo, sempre disponível e que, cujo desaparecimento repentino e tão, enfim, tão inesperado que os marca a todos, acha ele, e lhes deixa ali uma perda muito difícil



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de reparar, especialmente para aqueles que lidaram com ele de perto. Eu tive o privilégio de fazer a última campanha eleitoral com ele de perto e já o conhecia, ainda que de uma forma muito ténue, mas tive o prazer de aprofundar esse conhecimento e fiquei com uma saudade imensa. -----

----- Estive com ele no dia das eleições, no dia 10 de março, quando ele foi votar em Alvor, na mesa em frente onde eu estava de serviço e estive a conversar com ele cinco minutos sem saber que era a última vez que o via com vida e que tinha o privilégio de falar com ele e, portanto, queríamos deixar aqui o voto de pesar, e faltou aqui dizer que queríamos propor um minuto de silêncio também à Assembleia e que a Comissão Toponímia ponderasse a atribuição de um nome, atribuir o nome do António Pacheco a uma artéria da nossa cidade. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, eu faço minhas as palavras do senhor deputado João Caetano, também conheci o António Pacheco e também foi em campanha eleitoral no mercado municipal que o cumprimentei a última vez sem saber, sem imaginar sequer que seria a última vez e recorro a esse momento como presente agora, porque é impossível esquecer e, portanto, e principalmente o filho dele é amigo do meu filho e, portanto, conhece perfeitamente, lembro-me perfeitamente dele como jogador, aliás sou benfiquista e ele é um excelente... depois, acompanhei sempre a carreira dele também no Portimonense e, portanto, foi um grande jogador, um homem desta cidade, muito afável, uma pessoa que todos nós conhecemos e que partiu cedo de mais, nós sabemos a forma fatal como ele sofreu aquilo que cada um de nós está sujeito e, portanto, deixo também aqui o meu pesar à família, aos filhos e a toda a família, aos seus amigos, aos portimonenses porque ele foi uma figura ímpar também do futebol, mas acima de tudo depois de deixar o futebol sempre foi um cidadão muito presente na nossa cidade e amigo do seu amigo e é isso que nós recordamos sempre enquanto portimonenses e, portanto, não sei se mais alguém quer dirigir alguma palavra, mas eu falo. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **Joaquim Paulino Pacheco Duarte**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que queria em nome da bancada do Partido Socialista subscrever as palavras que aqui já foram ditas, de facto, o desaparecimento prematuro deste cidadão deixou-os a todos eles chocados e, portanto, a bancada do Partido Socialista irá acompanhar este voto de pesar. Contudo, queríamos manifestar também, por outro lado, o nosso desacordo relativamente à atribuição do nome de uma rua. Achamos que a decisão que foi tomada pelo executivo municipal é mais adequada à circunstância e subscrevemos a ideia de que um equipamento desportivo ou outro equipamento municipal é mais adequado à atribuição do nome desta figura do desporto portimonense, que o nome de uma rua. De modo que vamos acompanhar e aproveitar até para manifestar as nossas condolências extemporâneas, uma vez que já passou algum tempo e a nossa bancada não tinha tido oportunidade de o manifestar, manifestar também e ficar registado as nossas condolências à família e aos amigos do António Pacheco com quem tive também o prazer de privar como aluno já na escola secundária Poeta António Aleixo. Tenho dito. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, só um reparo. Na sequência do que foi dito aqui pelo senhor da Assembleia Joaquim Paulino, não nos choca nada que em lugar de ser uma artéria, uma rua, seja um equipamento desportivo, enfim, não tem que ser uma rua necessariamente, portanto, enfim, até pode ficar aqui acrescentada essa observação à moção, ao voto de pesar, aliás, portanto não nos choca nada.-----

----- Interveio o deputado municipal da bancada do PS **Joaquim Paulino Pacheco Duarte**, como disse na linha do executivo que também na nossa opinião deliberou muito bem e por unanimidade esta decisão.

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que pensa que haverá acordo no sentido da recomendação e, portanto, será uma artéria ou um equipamento desportivo e, portanto, o executivo que decidirá, terá a soberania de fazê-lo como entender. -

----- Não havendo outras intervenções, eu iria, portanto, eu penso que não valerá a pena pôr à votação, será aprovado por unanimidade e, portanto, vamos fazer um minuto de silêncio. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o **Voto de Pesar – Homenagem a António Pacheco - (subscrita pela bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA NDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.** -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Moção – Apelo ao Cessar – Fogo imediato e permanente na Palestina - (subscrita pela bancada da CDU)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Seis meses após o início da invasão dos territórios palestinianos pelo Estado de Israel, na sequência de um ataque do Hamas, a situação humanitária na Palestina, com particular incidência em Gaza, tornou-se uma das maiores tragédias deste século.-----
A situação observada no terreno é dramática e os dados que nos chegam são assustadores:-----

- Já morreram 34.049 pessoas. Destes mortos 72% são crianças e mulheres. -----
- Mais de 76.901 feridos. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



- Mais de 13 mil palestinianos da Faixa de Gaza estão enterrados em valas comuns, sob os escombros, ou presos em lugares secretos em Israel.-----
- A quantidade de explosivos despejados por meios aéreos sobre uma estreita faixa de terreno é já equivalente à potência de duas bombas atômicas similares às que foram utilizadas em Hiroxima e Nagasaki. -----
- Entre 60 e 70 % dos edifícios em Gaza foram danificados ou destruídos, chegando a 84% no norte da faixa, incluindo hospitais, centros de assistência aos refugiados das agências da ONU e de outras organizações humanitárias internacionais. Mesmo edifícios históricos como igrejas cristãs, nomeadamente a igreja ortodoxa grega de S. Porfírio, do século XII, ou mesquitas muçulmanas, têm sido sistematicamente destruídos de forma apagar a história e a identidade palestiniana. -----
- Os médicos, os enfermeiros, os jornalistas e as equipas que fazem chegar a ajuda humanitária à população civil têm sido um alvo preferencial das forças armadas do Estado de Israel.-----
- Dois milhões de civis deslocados de forma forçada, maioritariamente mulheres e crianças, acantonam-se num espaço cada vez mais exíguo, com as organizações humanitárias a serem impedidas pelo exército israelita de auxiliar a população. Neste quadro, a fome e as epidemias ameaçam a vida dos sobreviventes dos bombardeamentos aéreos. -----
- A paz definitiva na região só será possível com justiça para o povo palestiniano, com o respeito pelo direito internacional, com a concretização de uma solução política através do cumprimento das relevantes resoluções da ONU, designadamente do direito à coexistência de dois Estados e com o consequente fim da política de ocupação e opressão por parte de Israel. Atualmente, dos 193 países das Nações Unidas, 139 reconhecem o Estado da Palestina. Entre os 27 Estados-membros da União Europeia, são nove a fazê-lo: Bulgária, Chipre, República Checa Hungria, Malta, Polónia Roménia, Eslováquia e Suécia. Recentemente, também a Espanha, Irlanda e Noruega anunciaram a intenção de vir a ratificar este reconhecimento. -----

Considerando a gravidade da tragédia humanitária em curso, a eleita da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV na Assembleia Municipal de Portimão reunida em Sessão Ordinária de 29 de abril de 2024: -----

1. Apela à rejeição da escalada de guerra e a um cessar-fogo imediato e permanente, assim como o cumprimento do direito internacional humanitário que garanta o auxílio urgente à população que habita na faixa de Gaza, incluindo o acesso das agências de apoio aos refugiados e deslocados da ONU e o restabelecimento das infraestruturas básicas essenciais. -----
2. Afirma a necessidade de uma solução política, conforme as resoluções pertinentes da ONU, que garanta a concretização do direito do povo palestiniano a um Estado soberano e independente, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém Oriental, e a efetivação do direito ao retorno dos refugiados. -----
3. Dar conhecimento desta moção à Presidência da República, à Assembleia da República, ao Governo, aos Grupos Parlamentares, a todas as Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve, aos Órgãos de Comunicação



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Social, publicar na página eletrónica da Assembleia Municipal de Portimão.» -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que pensa que a deputada da CDU já não tem tempo e, portanto, poria à votação se assim, se a CDU o entender. Não sei se, entretanto, não tendo tempo a CDU, as outras forças partidárias ainda têm, se alguém tem alguma intervenção a fazer relativamente a esta moção. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **Rui Miguel da Silva Algarve**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que com certeza que o PS é a favor do cessar-fogo na Palestina, bem como em todas as guerras. Contudo, não deixamos de assinalar uma certa perplexidade, face à dualidade de critério da CDU na posição que tem noutros contextos de guerra. -----

-----Uma vida na Ucrânia não vale menos que uma vida na Palestina. Nós somos contra a guerra, votamos a favor desta moção. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para perguntar ao senhor membro desta Assembleia do Partido Socialista, onde viu alguma vez a CDU pedir ou solicitar armas para um conflito na Palestina, para um conflito em qualquer parte do mundo. Portanto, aqui não tem comparação, nunca aqui foi apresentada nenhuma moção para o cessar de fogo imediato da guerra na Ucrânia, porque aí estaríamos de certeza a votar a favor dessa moção. Muito obrigada. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não sei se quer fazer alguma intervenção, não quer responder e, portanto, a intervenção está feita. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção – Apelo ao Cessar – Fogo imediato e permanente na Palestina - (subscrita pela bancada da CDU)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	2	2	1	1	1	22
ABSTENÇÕES	0	5	3	0	0	0	0	0	8
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Moção foi aprovada por maioria.** -----

----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – Saudação ao 1º de Maio - (subscrita pela bancada do Bloco de Esquerda)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Há 138 anos, no dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é relembrado pelas reivindicações que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ficaram a ecoar na história - “oito horas de trabalho, oito horas de descanso, e oito horas de lazer”, mas também pela trágica morte de vários sindicalistas, vítimas da atuação policial quando apenas exigiam direitos e dignidade. Apesar da repressão, os trabalhadores nunca deixaram de lutar, o que viria a resultar, anos mais tarde, em maiores direitos e melhores condições de vida para milhões de homens e mulheres trabalhadoras.--Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do regime fascista de Salazar e Caetano, foi uma explosão de liberdade e democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o direito ao trabalho e ao salário, o direito a férias e ao subsídio de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa, a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00, o direito a cuidados de saúde para todas as pessoas, o direito à educação e à segurança social Foi também após esta data que se consagraram na lei o direito à greve, à organização sindical e à contratação coletiva, bem como um nova forma de representação do trabalho nas empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT).-----

Atravessamos, hoje, uma situação em que são necessárias respostas mais robustas ao desemprego e à perda de rendimentos provocada pelo aumento da exploração capitalista e pela inflação, em particular nos preços da alimentação e da habitação. Por isso, assinalar o 1º de Maio, é também lutar pelo emprego estável e com direitos, pela melhoria das condições de trabalho, pela igualdade salarial entre homens e mulheres, pela valorização das carreiras e dos salários. -----

E principalmente exigir um grande alargamento da contratação coletiva que, nos nossos dias, abrange poucos trabalhadores. -----

Assim, a Assembleia municipal de Portimão, reunida em sessão ordinária em 29 de abril de 2024, delibera:-----

1. Expressar toda a solidariedade a quem no dia a dia assegura a produção e distribuição dos bens essenciais, os transportes, a limpeza das ruas, os serviços públicos de saúde, educação, segurança social e todas as outras profissões que asseguram o dia a dia da população portuguesa. -----

2. Saudar o 1º de Maio e a luta de todos os homens e mulheres que exigem mais dignidade, mais democracia, mais progresso social, emprego com direitos, salários dignos.» -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que o Bloco de Esquerda apresenta esta saudação mais uma vez do 1.º de Maio. Fica aqui para a discussão. Tenho dito. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a

Proposta de Recomendação – Saudação ao 1º de Maio - (subscrita pela bancada do Bloco de Esquerda), tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Proposta de Recomendação foi aprovada por unanimidade.** -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **moção – 50 Anos da Revolução do 25 de Abril: - Pelo reforço das conquistas de Abril e por uma Democracia mais justa, solidária e inclusiva - (subscrita pela bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos))**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Considerando **que:**

- a)** Comemoramos por estes dias o 50º aniversário do facto histórico mais importante e determinante da nossa história dos últimos dois séculos: a revolução do 25 de Abril de 1974!
- b)** Além da sua inegável importância, a tantos e variados níveis na nossa sociedade, cujas marcas indeléveis perduram ainda hoje, a Revolução dos Cravos trouxe-nos a Democracia, devidamente consolidada no dia 25 de Novembro de 1975, que permitiu o progresso, o desenvolvimento do nosso país e a sua integração plena na União Europeia; -----
- c)** Ao fim de 50 anos, é tempo de comemorar a herança e os valores de Abril, mas, sobretudo, é um momento para defendermos os ideais que estiveram na origem da revolução, aprofundando a nossa Democracia e a participação dos cidadãos, criando mais emprego e desenvolvimento, reforçando a justiça social e combatendo todas as formas de exclusão, pobreza e obscurantismo;
- d)** Contrariamente ao que muitos insistem em fazer crer, o 25 de Abril de 1974 não é património exclusivo, nem sequer apropriável, por nenhuma ideologia, partido político ou grupo, sendo antes e sempre um conjunto de valores cívicos e de conquistas comuns a todos aqueles que acreditam na Democracia pluralista, humanista, que integra e acolhe o próximo, onde o Homem surge sempre antes do Estado e em que este apenas existe para servir os interesses e satisfazer as necessidades da comunidade; -----
- e)** Defender Abril é, com cada vez maior acuidade, erguer bem alto a voz dos seus valores contra todos os que, de uma forma ou outra, tentam todos os dias um regresso aos valores do Estado Novo e a um regime sem liberdades fundamentais, à boleia dos populismos de qualquer tendência ou espécie; -----
- f)** Ao fim de 50 anos, é urgente que todos aqueles que acreditam na Democracia assumam esta tarefa, sem regatearem esforços, para que as ideias e os valores do 24 de Abril de 1974 sejam,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cada vez mais, uma amarga recordação da história, sem lugar no Portugal Democrático do século XXI, -----

O/as eleito/as do Grupo Municipal da **Coligação Portimão Mais Feliz (CDS-PP/ NÓS, CIDADÃOS! /ALIANÇA)** propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 2ª Sessão Ordinária 2024, realizada em 29 de Abril, delibere: -----

- a) Saudar calorosamente os Capitães de Abril, a sua coragem, patriotismo e abnegação, que, ao fim de 50 anos, são ainda credores da admiração, estima e gratidão intemporais do povo português que acredita verdadeiramente na Democracia, na Justiça e no Progresso; -----
- b) Aprovar c, trouxe a Portugal e aos Portugueses nos últimos 50 anos; -----
- c) Exortar todos os poderes públicos, sejam eles de nível central, regional ou local, a que, na sua acção diária e na prossecução das políticas públicas, reforcem e aprofundem cada vez mais os valores de Abril, pugnando sempre pelo combate, sem tréguas, a todas as formas de exclusão e de pobreza e pelo contínuo aprofundamento da nossa Democracia, pelo reforço da participação dos cidadãos e da justiça social e pela criação de mais emprego e desenvolvimento.-----

Mais foi deliberado dar conhecimento do teor da presente moção aos Gabinetes do Sr. Primeiro – Ministro, do Sr. Ministro da Defesa Nacional e do Sr. Presidente da Assembleia da República e, bem assim, à Direcção da Associação 25 de Abril.» -----

--- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança)

João Pedro Gonçalves Marques Caetano, para dizer que é uma moção de saudação aos cinquenta anos do 25 de Abril. Como já disse anteriormente, nós comungamos, quer do espírito, quer dos valores do 25 de Abril, consideramos que ao fim de cinquenta anos continua a fazer sentido comemorar os valores e o espírito da Revolução do 25 de Abril de 74 e, portanto, nessa medida entendemos que neste momento teríamos, em consciência teríamos que saudar esta data e este marco histórico e, portanto, aquilo que propomos aqui é «saudar calorosamente os Capitães de Abril, a sua coragem, patriotismo e abnegação, que, ao fim de 50 anos, são ainda credores da» nossa «admiração, estima e gratidão intemporais».-----

-----Depois, «aprovar uma calorosa saudação à Revolução do 25 de Abril de 1974 e aos seus valores, enaltecendo sempre as conquistas e os progressos que a mesma trouxe, consolidada pelo 25 de Novembro de 1975». -----

----- «Exortar todos os poderes públicos», tanto a nível «central, regional ou local, a que, na sua acção diária e na prossecução das políticas públicas, reforcem e aprofundem cada vez mais os valores de Abril, pugnando sempre pelo combate, sem tréguas, a todas as formas de exclusão e de pobreza e pelo contínuo aprofundamento da nossa Democracia, pelo reforço da participação dos cidadãos e da justiça social e pela



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



criação de mais emprego e desenvolvimento». É neste sentido que nós entendemos que faz sentido assinalar, enaltecer e elogiar o alegado e os valores do 25 de Abril de 74. Disse. -----
----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **moção – 50 Anos da Revolução do 25 de Abril: - Pelo reforço das conquistas de Abril e por uma Democracia mais justa, solidária e inclusiva - (subscrita pela bancada da Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS-PP/Nós Cidadãos)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA NDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	0	1	1	29
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	1	0	0	1

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Moção foi aprovada por maioria.** -----

-----**No Seguimento desta votação, a bancada da CDU, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «O 25 de Abril de 1974, foi uma Revolução popular, que não é património de um partido. -----

Mas é isso sim património exclusivo de uma ideologia, uma ideologia antagónica à ideologia do Estado “Velho”, da qual o CDS saiu como herdeiro democrático. -----

Por essa razão não podemos acompanhar esta moção, quando a mesma afirma, que a “*Revolução dos Cravos trouxe-nos a Democracia, devidamente consolidada no dia 25 de Novembro de 1975, que permitiu o progresso, o desenvolvimento do nosso país e a sua integração plena na União Europeia*”. -----

O 25 de Novembro de 1975 foi um golpe militar contrarrevolucionário, fracassado, fruto de uma cuidada e longa preparação, no quadro de um tumultuoso processo de reorganização de forças no plano político e militar, com o apoio e envolvimento, da social-democracia e de sectores conservadores da Igreja Católica, e ingerência estrangeira. -----

«*Na grande aliança contrarrevolucionária, internamente muito fragmentada, participavam fascistas declarados e outros reacionários radicais, que visavam a instauração de uma nova ditadura, que tomasse violentas medidas de repressão, nomeadamente a ilegalização e destruição do PCP*». como sublinha Álvaro Cunhal, na obra *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (A Contrarrevolução confessa -se)*. -----

Este objetivo não se concretizou por duas razões; -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Por um lado, porque os militares democratas que, na cisão do MFA, rapidamente tomaram consciência de que a democracia e eles próprios corriam perigo mortal. -----

Por outro lado, porque o movimento operário e popular deu mostras, na complexa e perigosa situação existente, de maturidade, sensibilidade política e firmeza de orientação.-----

Esta moção no nosso entender é uma apologia de quem ainda pretende liquidar por completo as conquistas da Revolução, o regime democrático e a Constituição da República Portuguesa.-----

O que dói aos proponentes desta moção que representam os setores reacionários que hoje procuram reescrever a história, procurando fazer do 25 de Novembro de 1975 arma de arremesso contra o processo revolucionário de Abril, foi a participação do Partido Comunista Português na defesa das liberdades e na construção do novo regime democrático.-----

É por isso que, enquanto o movimento sindical unitário, os democratas e patriotas, e com eles o Partido Comunista Português, comemoram os 50 anos do 25 de Abril, assinalando os seus extraordinários avanços, e reivindicando as suas conquistas, as forças reacionárias, saudosistas e revanchistas, pretendem afirmar que foi o golpe contrarrevolucionário que consolidou a Democracia em Portugal. Ambicionam, deste modo, atingir aquilo que em Novembro de 1975 não conseguiram: liquidar o que resta (e é muito) das conquistas da Revolução, apagar os seus valores, liquidar o próprio regime democrático e descaracterizar a Constituição da República Portuguesa. É a Constituição aprovada em 1976, que consagrou a rutura com o regime fascista de Salazar/ Caetano, e que definiu os contornos e as metas caraterizadoras do regime democrático da Revolução de Abril. É a Constituição do 25 de Abril! Foi o CDS/PP que votou contra a Constituição e que sempre esteve contra ela e teve um papel ativo, na companhia do PS e PSD, com os sucessivos processos de revisão que foram amputando a Constituição da República Portuguesa à medida dos desejos da restauração dos privilégios do poder económico, dependentes do capital estrangeiro e do comprometimento da soberania nacional ao processo de integração capitalista da UE e do imperialismo. -----

A situação de Portugal hoje não traduz o que poderia ser o país se tivesse desenvolvido e consolidado o projeto de Abril inscrito na Constituição. Os retrocessos nos planos social, económico, político, cultural e da independência nacional resultam do processo contrarrevolucionário do 25 de Novembro. -----

A CDU- Coligação Democrática Unitária PCP-PEV jamais poderia votar favoravelmente esta moção.»-----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que a mesa associa-se a estes votos de comemoração do cinquentenário do 25 de Abril, dar os parabéns à Câmara Municipal de Portimão pela forma como organizou todas as efemérides e todos os eventos no âmbito das comemorações do 25 de Abril na nossa cidade, desde a Sessão Solene às exposições, aos espetáculos, portanto a todos os eventos que foram organizados no âmbito das comemorações do 25 de Abril e a mesa de uma forma singela quis também associar-se e, portanto, oferecemos aos senhores deputados municipais e ao executivo municipal, portanto uma edição que é deste ano, com as fotografias de Alfredo Cunha, o fotógrafo com as imagens do VILS e com textos também de três pessoas que não vale a pena discutir a importância dos nomes deles, Carlos de Matos Gomes, Adelino Gomes e Fernando Rosas e, portanto, foi uma pequena



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



homenagem ao 25 de Abril que deixa a Assembleia Municipal, aos senhores deputados municipais e aos membros do executivo municipal, relativamente a esta efeméride.-----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que só queria pedir primeiro a palavra para falar também sobre o 25 de Abril, que lhe passou logo à frente. Aqui o Bloco de Esquerda vem agradecer ao executivo porque em Portimão ainda se comemora o 25 de Abril, que já começa a haver alguns concelhos que já se começa a querer não comemorar o 25 de Abril, temos que passar pelo atlântico, mas já começa a haver alguns tiques que não se quer comemorar o 25 de Abril.-----

O nosso agradecimento aos cinquenta anos do 25 de Abril em Portimão, foi uma festa muito bonita e o Bloco de Esquerda agradece e que continuemos sempre a festejar o 25 de Abril sempre. Tenho dito. -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Saudação – 5 de Maio dia da Língua Portuguesa - Voto de Saudação - (subscrita pela bancada da CDU)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « A UNESCO consagrou no ano 2019 o dia 5 de maio, como o Dia Mundial da Língua Portuguesa, a partir de uma proposta do então embaixador de Portugal, António Sampaio da Nôvoa, proposta esta que foi subscrita por todos os embaixadores de países da língua portuguesa acreditados nessa Organização das Nações Unidas. Desta forma deu-se uma justíssima projeção global a um dia que já era comemorado desde 2009 pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), como o Dia Mundial da Língua Portuguesa e da Cultura. -----

O português é língua oficial em nove Estados de quatro continentes e da Região Administrativa Especial de Macau. A soma dos respetivos habitantes já é da ordem dos 300 milhões de pessoas. -----

O português é a língua mais falada no hemisfério Sul e uma das línguas que mais se encontra em expansão em todo o mundo. -----

O português é também a língua em que se exprimem algumas das literaturas mais vibrantes da atualidade, como vem sendo, ano a ano, demonstrado, por exemplo, pelos vencedores do Prémio Camões, como Silviano Santiago, Paulina Chiziane, Vítor Manuel de Aguiar e Silva, Chico Buarque ou Germano Almeida, para citar os autores distinguidos nos últimos anos. -----

Também já em 2001 a Lei 107/2001, de 8 de setembro, ‘ Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural e Bens Imateriais ’, no seu artigo 2.º, nos pontos 2 e 3 definia que: --

2- “A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português.” -----

3- “O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.” -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



É, assim, de todos nós este património comum, o que torna cada um de nós - angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, portugueses, são-tomenses ou timorenses – responsável pelo seu futuro, enriquecendo-a com as diferentes variedades com que o falamos. É, pois, uma língua viva e como tal a celebramos.-----

Considerando ainda que, a Língua Portuguesa continua a ser hoje uma das principais línguas de comunicação internacional, e uma língua com uma forte extensão geográfica, a eleita da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, na Assembleia Municipal de Portimão reunida em Sessão Ordinária de 29 de abril de 2024, propõe:-----

- 1- Saudar o Dia Mundial da Língua Portuguesa. -----
- 2- Felicitar neste dia todos os falantes de português, que contribuem para a sua riqueza e projeção no mundo, isto é, para o seu futuro. -----
- 3- Dar conhecimento desta deliberação à Presidência da República, à Assembleia da República, ao Governo, aos Grupos Parlamentares, a todas as Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve, aos Órgãos de Comunicação Social e publicar na página eletrónica da Assembleia Municipal de Portimão.» -----

----- Pede o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que a moção fala por si. A língua portuguesa é «um património comum, angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, portugueses, são-tomenses ou timorenses. É, pois, uma língua viva e como tal a celebramos». Por isso, propomos que se delibere de acordo com os pontos do item da deliberação. Muito obrigada. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que era só um esclarecimento à senhora deputada da CDU. Porque é que excluiu os goeses aqui da moção, senhora deputada? Os goeses falam português também... pois há, mas é que a senhora foi tão exaustiva, mas os goeses não estão aqui.-----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Saudação – 5 de Maio dia da Língua Portuguesa - Voto de Saudação - (subscrita pela bancada da CDU)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CONTRA									

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Saudação foi aprovada por unanimidade.** -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – Pela Repavimentação urgente e integral da estrada municipal 531-1 no troço entre os Montes de Alvor e a Igreja da Penina - (subscrita pela bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos))**, cujo teor se transcreve na íntegra: «

Considerando que: -----

- a)** A Estrada Municipal n.º 531-1, no troço compreendido entre os Montes de Alvor e a igreja da Penina, encontra-se num avançado estrado de degradação, sendo evidente o mau estado do seu piso, as insuficientes dimensões da sua faixa de rodagem e a perigosidade do seu perfil;
- b)** Dos problemas que se deixaram referidos, a repavimentação integral do piso é o problema mais premente e de mais fácil e rápida resolução, a exemplo, aliás, do que já foi feito noutras vias do concelho de Portimão, com repavimentações efectuadas nos últimos anos; -
- c)** Sem prejuízo da necessidade de uma intervenção mais global e profunda na referida estrada, que resolva de forma estrutural e permanente as patologias que ficaram referidas, a repavimentação integral da mesma, no citado troço, revela-se urgente, já que os recorrentes remendos que têm sido aplicados no piso, não só não são suficientes, uma vez que se degradam rapidamente, como não eliminam o risco de acidente ou de danos nos veículos para os seus utilizadores;-----
- d)** A via rodoviária em causa é um dos principais eixos de entrada e saída de veículos automóveis da freguesia de Alvor, sendo utilizada diariamente por centenas de veículos ligeiros e pesados, servindo ainda de acesso a um equipamento municipal de grande importância (Aeródromo Municipal de Portimão), também ele porta de entrada no concelho para muitas pessoas; ----
- e)** O avançado estado de degradação do piso da estrada em questão é um enorme factor de risco, potenciador de eventuais graves acidentes rodoviários, que, felizmente, até à presente data não ocorreram; -----
- f)** Da mesma forma, o referido mau estado do piso representa ainda um factor acrescido de risco de ocorrência de danos nas centenas de veículos que ali circulam diariamente; -----
- g)** Há exactamente dois anos, o Grupo Municipal apresentou uma proposta de idêntico teor, que apenas resultou em meros remendos efectuados no piso, que, entretanto, sofreu novos danos,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Os eleitos da Coligação **PORTIMÃO MAIS FELIZ** propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 2ª Sessão Ordinária de 2024, realizada em 29 de Abril, delibere recomendar ao Executivo Permanente da Câmara Municipal de Portimão a repavimentação integral e urgente da totalidade do piso da Estrada Municipal 531-1, no troço compreendido entre os Montes de Alvor e a Igreja da Penina, tendo em atenção o profundo estado de degradação que o mesmo apresenta e o evidente perigo que constitui para os munícipes e visitantes do concelho.»-----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que a recomendação é muito simples, a exemplo do que já trouxeram lá o ano passado, mas que infelizmente a intervenção que foi efetuada então não foi suficiente. A estrada municipal 531-1 entre o aeródromo e a igreja da Penina continua com o piso extremamente degradado, continua a ser um foco de insegurança rodoviária no nosso concelho, é uma via como todos sabemos onde passam centenas de veículos todos os dias em ambos os sentidos, veículos pesados e ligeiros, quer de mercadorias, quer de passageiros e, portanto, nós enquanto não há uma intervenção mais de fundo quer no perfil da via, quer na dimensão, entendemos e já o defendemos aqui o ano passado, só que os remendos não foram suficientes, entendemos que a exemplo do que já foi feito noutras vias do concelho, é necessário repor ali o tapete e pelo menos mitigar a questão da insegurança que existe ali naquela via diariamente, sob pena de infelizmente se calhar daqui a uns dias termos uma notícia desagradável de haver ali um acidente grave. -----

----- Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, em relação a esta moção e aquando da apresentação da mesma em data anterior e pelo mesmo preponente, o PS não a subscreveu e não a subscreveu pelo facto do entendimento de que a autarquia não devia nem podia enveredar por uma gestão imprudente. Uma gestão imprudente porquê? Portanto, estou a reportar-me justamente às alegações da altura do tempo. Uma gestão imprudente porquê? Porque o erário público acabaria por pagar duplamente a mesma estrada naquele perímetro urbano. -----

----- O duplo encargo adviria justamente do facto da referida estrada ao ser objeto de alargamento, foram estes os motivos alegados na altura, isto iria supor o recurso do município a expropriações de faixas de terreno rústicos, isso obrigaria a que o tapete novo fosse obliterado ou mesmo destruído numa fase seguinte.

----- Acontece que um bom município projetava ser possível se bem se recordam, a execução da obra para janeiro transato, o que não se verificou, enfim, pelos motivos supervenientes. ---- -----

----- No nosso país e atendendo agora aos motivos supervenientes, eu vou alegar que temos que reconhecer a já clássica morosidade da justiça e as suas implicações diversas. -----

----- A implicação aqui está patente e cuja morosidade tarda, a modernização da via, tem desde logo a ver com a desanexação e as dificuldades respeitantes à desanexação de parte dos prédios rústicos, a expropriação por utilidade pública, a fixação de indemnizações e por aí adiante. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Seria bom que o município informasse os cidadãos condutores que usam diariamente aquela via, que o executivo da Câmara está a desenvolver um trabalho maturado para a modernização da mesma e dos obstáculos que está a ter. -----

----- Nós fazemos o entendimento a nível da bancada do partido, que o executivo da Câmara tem comunicado mal, ou melhor dito, não tem comunicado de forma eficaz e, portanto, é uma crítica construtiva, desejamos assim que nós fazemos ao executivo, que passe efetivamente a informar e a comunicar de forma mais eficaz com os seus concidadãos. Portanto, a bancada não esconde e supomos que o próprio executivo, enfim, também reconhecerá que não tendo falhado na dedicação ao município, não tem sabido estar de facto à altura dessa comunicação mais eficaz. -----

----- A nota que a bancada do Partido Socialista aqui deixa, é que se faça um esforço adicional nesse sentido. -----

----- Ao darmos como aceitáveis os motivos que estão na morosidade deste processo e nós consultámos obviamente o executivo da Câmara a este propósito, a bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente que a manutenção da estrada passe intervalarmente pela colocação de um tapete, enfim... -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que o Bloco de Esquerda também já apresentou uma moção aqui sobre a mesma estrada, e já passado estes anos todos, eu penso que já foi, passou quase perto de oito anos e até agora a bem-dita estrada nunca mais é requalificada. Espero que seja desta vez, e depois o Bloco de Esquerda dá o restante tempo ao CDS. Tenho dito. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, senhora Presidente, queria saudar aqui a posição do Partido Socialista, mas queria aqui só uma observação relativamente àquilo que foi dito. -----

----- A questão aqui não é meramente comunicação com os munícipes. A comunicação é importante, mas mais do que comunicação e quem passe ali diariamente a horas diferentes naquela via, constata isso facilmente. É um perigo real que representa circular naquela estrada, porque ou há veículos pesados de passageiros ali a se cruzarem e fazerem ali uma jigajoga sabe deus como para evitarem acidentes, ou então são veículos ligeiros que se desviam de buracos para a outra faixa para evitar um buraco que quase provocam acidentes e choques frontais. -----

----- Depois, há outra questão que tem que ver também com a velocidade que muitas vezes os condutores abusam um bocadinho da velocidade, ainda que o piso seja mau, às vezes há tendência para abusar um bocadinho da velocidade e, portanto, a estrada é bastante perigosa e por muita informação que haja aos munícipes que não digo que não seja importante, também é, mas por muita informação que haja, como a estrada está presentemente e eu, aqui referimos que nestes últimos dois anos foram ali feitos alguns remendos pontuais, são manifestamente insuficientes, portanto tem que haver ali uma ação mais incisiva que mitigue aquele risco que existe ali diariamente para evitar males maiores. É só isso. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que em primeiro lugar, concordou com muitas das coisas que o membro da Assembleia Figueiredo Santos disse, começando na comunicação do executivo da Câmara, concorda muito, mas ele queria dizer o seguinte. Naturalmente que o PS hoje seguramente subscreve esta moção, porque se olharmos aos documentos, já subscreveram no programa político de 2021, de 2017, de 2013 e de 2009, sempre o PS subscreveu esta medida. -----

----- No meio disto mudou a política dos solos, já aqui foi tema ser rural ou ser urbano, ou urbanizável, no meio dito inclusive, hoje em dia temos linhas corta-fogo que também cresceram. Na altura, o PDM, a revisão não se questionava, agora já quase prescreveu, o senhor vereador João Gambôa pensava que nos esquecíamos aqui, mas falamos deste assunto na mesma e já falamos depois, e eu diria que até conseguimos recuar mais no tempo e conseguimos encontrar nas redes sociais, só que acho que o PS já dizia isto, ainda nem Facebook havia, portanto, será difícil encontrar registos de quando nós começámos a falar deste alcatroamento de estrada. Não é só a comunicação que é deficiente, é de facto um acumular de muitas promessas em que acumulam e empurram com a barriga culpas por executivos anteriores, mas isto é muito fácil, uma pesquisa no Google ajuda e se olharmos às trinta e seis páginas que tinham de um programa que fizeram numa catadupa de linhas que não vão cumprir nem metade, esta é uma das que lá está, mas conseguimos encontrar em muitos anos e é pena não haver Facebook há mais tempo, porque encontraríamos nos anos noventa idos seguramente esta mesma promessa. -----

----- O que fica, é que é sempre extemporânea, usando aqui uma expressão muito comum da bancada do Partido Socialista, mas com respeito, é sempre extemporânea toda esta questão, porque nós sabemos que isto vai voltar a ser discutido provavelmente daqui a um ano e vai estar no programa político da próxima candidatura do Partido Socialista ao município, que agora já sabemos quase quem é, mas vai lá estar seguramente exposto com uma cópia das trinta e seis páginas, mas aquilo que eu queria aqui salientar é, perdemos toda a credibilidade com isto. O PS está há quinze anos, se encontrarmos no Google, a dizer isto. Chegam aqui e dizem, vamos e agora é as políticas do solo, e depois será porque o PDM está em revisão final e neste momento estão a ver. O único apelo é, para nós até podemos brincar com este assunto, mas para os portimonenses que quiserem levar a sério a política, isto é um descrédito total, e a culpa aí não é de nenhuma força da oposição, que o Bloco de Esquerda já trouxe esta moção, o PSD já trouxe esta moção, todos já trouxemos esta moção. Ainda nem havia Chega e já havia esta moção e até o Chega já a traz, e isto para dizer o seguinte. O descrédito começa a ser gritante quando se promete tanto e cumpre tão pouco, e a prova evidente e deixo nesta moção exposto o desagrado do PSD perante o PS, bancada, a Assembleia Municipal que fiscaliza e às vezes mal, permitam-me dizer podiam ser mais incisivos como têm vindo a ser agora, mas o executivo é flagrante o descrédito que deixa, porque quem for ver dirá, estão há vinte anos a prometer o mesmo e é por isso que depois temos salas com poucas pessoas, temos toda a dificuldade em atrair pessoas para listas, temos toda a dificuldade em credibilizar a política e depois entramos no discurso



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



da vitimização e dizemos que os moderados não têm espaço. Não têm espaços porque há senhores como o executivo do Partido Socialista que prometem há vinte anos e tardam em cumprir. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, o que eu gostava de dizer ao senhor deputado Carlos Martins depois deste brilhante comício que tivemos aqui, é que na realidade este executivo, estamos cá há dois anos e meio e o que queremos é aquilo que prometemos queremos cumprir e, portanto, agora neste momento quando o senhor deputado João Caetano disse da repavimentação, é isso que vamos fazê-lo. O projeto tem estado em curso, não tem sido possível melhorar o projeto da forma como pretendíamos e na realidade assumir que aquela estrada já devia estar feita há muito tempo e, portanto, é isso que o vamos fazer, também concordamos e acho que concordamos todos que aquilo é um acesso a Portimão que já devia de estar feito há muitos anos, não está, mas este executivo o que quer fazer é neste momento melhorar aquelas condições e, portanto, é isso que vamos fazer, não inviabilizando que daqui para a frente tenhamos que fazer um projeto muito melhor para aquela via de acesso a Portimão. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de Recomendação – Pela Repavimentação urgente e integral da estrada municipal 531-1 no troço entre os Montes de Alvor e a Igreja da Penina - (subscrita pela bancada da Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS-PP/Nós Cidadãos))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA NDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Proposta de Recomendação foi aprovada por unanimidade.** -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para apreciação o **ponto 3- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO** nos termos do artigo 25º nº. 2, alínea c) da Lei 75/13 de 12 de Setembro. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, gostaria de começar por fazer uma breve introdução à atividade e os considerandos mais relevantes do município até março. Neste contexto, e relativamente à situação financeira, a autarquia em 31-03, gostaria de realçar que o primeiro trimestre de 2024, a situação económica e financeira do município



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



continua a refletir a continuidade e o controlo da dívida a curto prazo e a gestão da dívida a médio prazo. No mesmo trimestre de 2024 não se registam pagamentos em atraso. -----

Os fundos disponíveis positivos cifraram-se no montante de cinquenta e sete milhões de euros, e no primeiro trimestre de 2024 o prazo médio de pagamentos foi de seis dias. -----

Relativamente à função social do município e atendendo à situação socioeconómica do país decorrente do aumento das taxas de inflação e a consequente subida das taxas de juro, temos redobrado as nossas intenções para o apoio à população e o maior risco em função da situação económica neste sentido, e é meu dever realçar os seguintes aspetos: -----

- Na educação - a conclusão do processo de atribuição de setenta bolsas de estudo, conforme tinha também sido propostas pelo PSD no ano transato; -----
- Continuação do fornecimento de refeições escolares em média noventa mil euros por mês; -----
- Apoio nos transportes para as atividades desportivas educativas no total de dois mil seiscientos e oitenta e oito pessoas em cento e vinte e duas viagens; -----
- Na área social, foram diferidos todos os duzentos e cinquenta e um pedidos de renovação do rendimento num universo de quatrocentos e vinte apoios atribuídos; -----
- - Permaneceram atividades num total de setecentos e cinquenta e sete tarifas sociais, cento e sessenta e dois beneficiários de apoio à aquisição a medicação e foram ainda prestados apoios pecuniários de carácter eventual a trinta e sete agregados familiares, num total superior de treze mil euros; -----
- No âmbito da rede de emergência social, foram igualmente rececionados um total de cento e dezassete pedidos de apoio alimentar que foram encaminhados para as diversas associações do nosso concelho. ---
- No período em apreço foram acionados os serviços da linha de emergência social para a resolução de situações urgentes de proteção a sete ocasiões distintas, todas com um desfecho favorável. Foram igualmente identificadas e sinalizadas duas situações de idosos em risco que se encontram neste momento a ser acompanhadas vinte e quatro horas pelos nossos serviços. -----
- Por último e relativamente à situação de sem-abrigo em Portimão, estamos a trabalhar com as diversas associações para encontrarmos respostas para conseguirmos fazer face e lembrar também que já temos o abrigo temporário em funcionamento, embora muitos não queiram ir para o abrigo temporário até por causa dos horários, porque não gostam de ter horários. -----
- Ainda na área social, mais concretamente no que concerne ao processo de atribuição de habitações em regime de venda a custos controlados, será à presente Assembleia Municipal, uma proposta de alteração já aprovada em reunião de Câmara, para posteriormente identificarmos os candidatos que se encontram admitidos para a apresentação da documentação necessária e a validação das candidaturas. Mais informo ainda que se procedeu à cerimónia de lançamento da primeira pedra das edificações, tivemos alguns elementos desta Assembleia também presentes. -----
- Por último, aproveito ainda a oportunidade para informar que o município recebeu em fevereiro o selo de mérito do movimento Cuidar dos Cuidadores, que é dos cinquenta e nove municípios de todo o país



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



extinguidos com a terceira edição do RACI, rede de autarquias que cuidam dos cuidadores informais e que visam reconhecer os municípios e as freguesias no território nacional com as melhores práticas e as medidas de apoio em benefício dos cuidadores informais. Pelo que gostaria de agradecer a toda a equipa e ao executivo liderado também aqui esta equipa pela senhora vereadora Teresa Mendes. -----

----- Entretanto, numa outra dimensão, a atuação que nos particularmente cara, queremos dar especial ênfase, porque as condições financeiras assim o permitem. -----

----- Às obras do espaço público, gostaria de fazer um breve ponto de situação. As empreitadas de requalificação do parque da juventude já em curso, do largo da zona envolvente à igreja matriz, também em curso, a construção do parque urbano do mercado e a execução do estacionamento da urbanização da Raminha, já concluída, a reabilitação da escola EB1 jardim de infância da Pedra Mourinha que vai começar nestas férias e a requalificação da urbanização Quinta do Pinheiro, entre outras, que vão totalizar um investimento de sete ponto três milhões de euros. -----

----- De igual forma, importa ainda realçar que se encontram em fase de elaboração dos projetos de investimento que lançaremos a breve trecho, o polidesportivo já aqui falado também da Quinta do Amparo e do bairro de Sal dos Montes de Alvor, o núcleo museológico da casa Manuel Teixeira Gomes, a requalificação da escola básica de Alvor, estamos a falar em projetos. A requalificação urbana da urbanização Vilas da Bemposta, o centro escolar do Alto Alfarrobal e a creche da urbanização Coosofi, entre muitos outros que permitirão dotar o município e os seus munícipes de melhores infraestruturas e equipamentos para as nossas atividades. -----

----- Concluo, informando os senhores deputados que neste momento já se encontra também pela EMARP, para reforçarmos as equipas de limpeza urbana, dado às ervas que também se encontram do município e que também queremos resolver este problema e com a EMARP temos que o resolver num curto espaço de tempo. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que começava logo pelo plano A ou B para a seca extrema, gostava de saber qual é o plano que a Câmara tem para a falta de água que poderá ser falta de água no concelho. -----

----- Aqui na página sete, conforme a informação da senhora Presidente, as receitas ascendem a cinquenta e quatro, quase cinquenta e cinco milhões de euros. Podia-se ir muito mais longe com a redução da dívida, com os melhoramentos dos espaços públicos das novas estruturas, tanto que o BE já apresentou aqui várias moções, como é o exemplo o jardim da Quinta das Oliveiras, o jardim na Quinta da Horta, ciclovias, passeios e etc.-----

----- Aqui na página trinta e dois, vimos que aqui o acolhimento e orientação de três utentes do instituto de reabilitação social para a realização de trabalho a favor da comunidade. Meteram duas pessoas nas piscinas municipais e uma foi para a biblioteca municipal. Eu também queria aqui a par desse projeto, se não podiam também, ou deviam de acolher também trabalhadores com mobilidade reduzida e défice cognitivo.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Também foi visto aqui também na página trinta e dois e é com contentamento aqui do Bloco de Esquerda, que o gabinete de saúde juvenil de Portimão tem tido uma procura por parte dos jovens nos meses de fevereiro e março que registou sessenta e sete sessões de acompanhamento psicológico. Existia uma lacuna nesta área e questiono se com esta adesão à procura da parte deste gabinete se não vão pôr mais psicólogos nos agrupamentos das escolas de Portimão. -----

----- Na loja Ponto Já, mais uma vez verificou-se que certos temas conseguem chamar os jovens a participarem e outros muito pouco participantes. Este espaço devia de ser mais dinâmico e chamar mais jovens para este espaço e também um dia mais tarde repensar a casa dos jovens. -----

----- Na página quarenta e oito, os dados da população em situação de abrigo como disse o senhor Vice-Presidente, o que foi detetado é que dos cento e oitenta e cinco a maior parte deles são imigrantes do Magrebe e do Senegal. Qual é o plano que a Câmara tem para estancar este fluxo e qual é o apoio que tem da parte das autoridades e também da parte governamental, porque realmente já foi visto, basta ir ali à casa inglesa e começa-se a ver ali muitos desacatos por parte deste tipo de população que está ali naquela zona, não só ali também na rua Direita também tem havido queixas de sem-abrigos por ali, o que vai fazer com que mais uma vez os comerciantes é que vão sofrer com esta situação. -----

----- Na página cinquenta e dois, na plataforma do associativismo, diz que foi quarenta e quatro pedidos, mas eu aqui no 25 de Abril vi assinados vinte e um protocolos. Como é que se chegaram a estes vinte e um protocolos que ficaram setenta e sete associações sem usar a plataforma? Uns têm que usar a plataforma e outros setenta e sete não usaram plataforma. Gostava de saber qual é o critério para que uns têm que fazer a plataforma 44 e os setenta e sete não usaram a plataforma. -----

----- Também tenho aqui na página setenta e três, procedimento contratual para a ampliação da rota acessível Portimão. Para quando é que é? Não têm datas e não se sabe quando é que isso... está sempre aqui, já há anos que se vê esta situação e até agora nada no terreno. -----

----- O programa da apoio da aquisição de bicicletas, mais uma vez o Bloco já trouxe uma moção também sobre esta situação, diz que já têm datas, sabemos que está a aguardar neste momento pela avaliação jurídica. É para quando? Convinha se for antes do verão que é para as pessoas usarem as bicicletas. -----

----- Na página sessenta e nove, divisão de planeamento urbano, está aqui uma situação que é, «elaboração da proposta de classificação e de qualificação do solo para o território do município no âmbito dos trabalhos da revisão do PDM», e eu pergunto, esta proposta de classificação e qualificação do solo é para habitação social e para custos controlados, ou é para mais construções e empreendimentos de luxo para as pessoas ricas e estrangeiros que podem pagar milhares de euros. -----

----- Também vi aqui na vossa informação, a preparação da elaboração do mapa do ruído em Portimão. Gostaria de saber em que ponto está, porque na situação do tribunal administrativo de Loulé já está lá uma queixa de uma empresa por causa do ruído. Fico-me por aqui, tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (PP – Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu começava aqui por uma questão que tem sido, enfim,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



amplamente discutida nos últimos anos e vou colocá-la aqui em abril, porque se calhar é a altura ideal de falar nela, que é a questão do que é que o executivo pensa fazer junto da ALGAR em relação à recolha de resíduos agora no verão, para que não se verifiquem situações como aquela que vimos o ano passado, não foi só em Portimão, mas estamos a falar de Portimão como é evidente e para evitar situações de amontoar de resíduos à volta das ilhas ecológicas com tudo o que isso gera, quer em termos de insalubridade, quer em termos de imagem negativa do nosso concelho. -----

----- Depois, uma questão que não tem sido falada que não é diretamente da competência da autarquia, mas eu penso que o executivo deveria aqui tentar diligenciar no sentido de que houvesse uma intervenção, é a questão da via 125 entre o nó do CHUA e a ponte nova. Aquela via é uma via como sabem com um enorme fluxo de trânsito diário, particularmente às horas de maior tráfego, portanto o início da manhã e final do dia, e se olharmos para as notícias dos últimos seis meses, é fácil perceber que têm ocorrido ali infelizmente acidentes reiterados e muitos infelizmente com vítimas mortais. Porque é uma via que apesar dos pilaretes que foram ali colocados no eixo, convida a acelerar e às ultrapassagens e, enfim, as pessoas de alguma forma empolgam-se às vezes ao volante e depois sabemos como é que as coisas infelizmente às vezes terminam e, portanto, eu acho que era avisado que o executivo tomasse aquela questão, até no âmbito da gestão do plano de mobilidade sustentável, o famoso PAMUS, que eu não sei onde é que para, se está parado, se está em mobilidade, se está a avançar, não faço ideia como é que está, nem a Assembleia sabe, mas era avisado que o executivo aqui tomasse em mãos uma diligência qualquer junto das Infraestruturas de Portugal para que fossem pensadas medidas para aquela via, porque, enfim, veem-se ali coisas diariamente que são mais próprias do autódromo ali do AIA na Mexilhoeira Grande do que propriamente da 125, e infelizmente como eu já disse com perda de vidas humanas ali em mais do que um caso e, portanto, deixava aqui essa sugestão. -----

----- Depois, falou-se aqui *en passé* da questão dos imigrantes, nós já trouxemos aqui na última Assembleia, e o PS chumbou a questão, enfim, da constatação como é que os imigrantes estão a ser alojados concretamente no centro da cidade e eu voltava a perguntar ao executivo que trabalho é que está a ser feito pelos serviços, no sentido de acompanhar e monitorizar eventuais situações de sobrelotação de alojamento de imigrantes no centro da cidade, particularmente frações ou fogos que não se destinam à habitação. Digo lojas, garagens, como sabemos acontecem noutros sítios também acontecem em Portimão, muitas vezes abusivamente destinados a esse tipo de utilização e muitas vezes com sobrelotação de pessoas nessas unidades que não são habitacionais. -----

----- Depois, aqui uma questão que tem que ver com a execução da receita que vem aqui na informação. Eu verifiquei que há aqui um decréscimo relativamente ao período homólogo do ano passado, particularmente nos impostos diretos, em concreto, IMT menos de dois ponto quatro milhões de euros e no IMI menos quinhentos e setenta e um mil euros, portanto no global são cerca de menos de trinta e cinco por cento, e perguntava diretamente como é que explicam este decréscimo pelo menos neste período do primeiro trimestre, este decréscimo da receita. Para já era só. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Raquel Gonçalves Bernardino**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e desejar ao Presidente em exercício de funções um bom mandato, esperando acima de tudo que este período de substituição seja proveitoso para os portimonenses que é isso que se pretende. -----

----- A bancada do PSD vem por este meio questionar uma situação, nomeadamente de infraestruturas de projetos e de qual o estado dos mesmos, começando pelo edifício do Alfagar que foi adquirido pelo executivo em 2023 e, portanto, saber se há novidades nesse sentido. Por outro lado, e aqui já mais relativo àquilo que está presente na informação escrita, mencionar a falta de cuidado para com o auditório, que portanto é um projeto que segundo consta está a decorrer já há algum tempo, ou que se prevê que decorra, é triste e lamentável que quando olhamos para as folhas da informação escrita no que toca a eventos, o auditório seja somente o do museu, quando temos uma infraestrutura completamente ao abandono para não dizer uma frase mais feia, mas que é utilizada pelos portimonenses, que é o mono no meio da cidade, quem o viu em funcionamento muito lamenta o seu abandono e, portanto, explicar que o auditório do museu e as demais infraestruturas disponíveis ao serviço da cultura e dos eventos não são suficientes e a senhora vereadora Teresa Mendes de certeza que poderá concordar comigo mais que não seja no âmbito do Março Jovem, para acolher os eventos que a nossa cidade procura e felizmente, não é, que continua a procurar e por isso perceber aqui qual é o estado da arte. Obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, ainda bem que ouvi aqui falar do auditório, e acontece que eu tive lá uma ação a nível profissional nos Lions e foi com muito desagrado que eu chego lá aos Lions que estava um sem-abrigo a dormir mesmo à frente da porta dos Lions. Quer dizer que a nossa ação lá não teve grande sucesso, porque aquilo até metia medo. É desagradável uma cidade como a nossa ter uma situação daquelas e muito principalmente para essa instituição que é os Lions com o nome que tem, e fiquei muito triste com a situação, estar uma porta aberta com um sem-abrigo a dormir ali e com algum barulho e cheiros e mais. É uma questão do senhor Vice-Presidente ir lá ver com os seus próprios olhos, ou o executivo todo para verem o que é que se passa ali. É com uma grande tristeza que aconteceu uma situação dessas, era o meu local de trabalho temporário e deparar-me com uma situação daquelas. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que o senhor deputado Pedro Mota falou nos trabalhadores de mobilidade reduzida. Nós também os gostávamos de receber, mas têm é que entrar nos concursos como todas as outras pessoas. A lei assim o obriga e, portanto, temos que o fazer, não podemos deixar. -----

----- Quanto à loja Ponto Já e a casa da juventude, estamos a preparar também com as associações de estudantes das universidades e na escola pedem muito um ponto de juventude no centro da cidade e é esse que vamos fazer também, cremos que com a alteração para o Alfagar de alguns serviços do balcão único possamos fazer do balcão único um ponto para os nossos jovens também que possam ser utilizados. ----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Dos sem-abrigo, pois é o problema que temos e que já falei, temos falado com as associações, a senhora vereadora tem esse problema em mãos, porque na realidade tem aumentado, tem aumentado muito os sem-abrigo e andamos sempre aqui num jogo que vão numa noite vão dormir num lado, noutra noite vão dormir no outro. As associações e a Câmara têm todos referenciados, mas é difícil conseguirmos que essas pessoas entrem num percurso diferente e é esse o caminho que está a ser feito com a nossa ação social e é isso que vamos querer fazer. -----

----- Depois, passaria a palavra ao meu colega, José Cardoso por causa da rota acessível, temos já um concurso aberto, e do mapa de ruído está em concurso também que é para fazermos a elaboração do nosso mapa de ruído em Portimão, porque o que está, está desatualizado e, portanto, temos zonas turísticas, não zonas turísticas e temos que atualizar, porque hoje as coisas também mudaram muito. Antes, na zona comercial muitas das vezes não abriam estabelecimentos que queriam estar à noite abertos até mais tarde, estou a falar na zona centro da cidade, e hoje este problema já existe e, portanto, temos que criar um novo mapa de ruído. -----

----- O senhor deputado João Caetano da ALGAR. O que temos estado a trabalhar, senhor deputado, é realmente já não podemos ter outro ano como tivemos o ano passado. Neste momento, estamos a fazer com equipas nossas, já temos o acompanhamento junto de cada comerciante que estamos a levantar porta a porta... restauração e supermercados, para que possam assim jogar menos nas ilhas ecológicas e estou a falar mais do cartão e do plástico, e com a ALGAR temos o compromisso da ALGAR passar de doze equipas para quinze equipas na nossa cidade, no concelho todo. Nós achamos que mesmo assim não vai ser suficiente. O que queremos negociar com a ALGAR e também com a comparticipação da tarifa passar para a EMARP, é que no próximo ano pudesse começar a EMARP a levantar também as ilhas ecológicas tanto do papel, do cartão e do vidro, que é o problema que temos nestes três pontos. Estamos a negociar, já começámos, já lançámos os números para a ALGAR, agora estamos à espera da resposta da parte da ALGAR.

----- Na ponte nova, ainda no último acidente quando houve, o senhor coordenador da Proteção Civil está aqui, temos feito já reuniões com a IP, porque na realidade aquilo não pode continuar, até porque se formos ver ao final da tarde aquela estrada também quando fazemos alguns no sentido Lagoa Portimão com o pôr do sol, as pessoas ficam encadeadas e com a velocidade não se vê nada e depois com ultrapassagens e há os acidentes que há e todos com vítimas mortais e, portanto, temos que trabalhar com a IP para que aquela situação seja resolvida ou pelo menos minimizada, porque assim não pode estar. -----

----- Quanto ao centro da cidade, às garagens e aos armazéns que são alugados para outros usos, neste momento vamos fazer, vamos começar a fazer reuniões com a PSP mensais e que já fizemos duas vezes em duas noites que fomos também com a ASAE e vamos com a nossa equipa de fiscalização, a Proteção Civil, a PSP e a ASAE fazer algumas visitas nalguns locais que estão com uso que não deviam de estar, e quando digo isto sabemos de algumas garagens, mas também sabemos neste caso de uma pensão que foi desocupada até a pedido do proprietário, fomos ajudar para que fosse desocupado e o que é certo é que hoje



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



já está a voltar a ser ocupada por esse tipo de pessoas também e, portanto, é nesse sentido que vamos trabalhar. -----

----- Depois, tínhamos que responder também quanto ao Alfagar e o auditório, passaria se calhar a palavra ao meu colega José Cardoso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente às questões da mobilidade, vai aqui resumir aquilo que foi perguntado e dizer que relativamente à questão da rota acessível, o projeto de ampliação já tem concurso, está em fase de concurso de empreitada, tem propostas se não se engana. A questão da requalificação da rota acessível da primeira geração também está em concurso, ambos estão em concurso, o da manutenção da ciclovía vai brevemente para concurso. -----

----- Dizer que a manutenção ou a intervenção artística da rota acessível na zona histórica em protocolo com a associação POIS também vai avançar, portanto vai avançar agora nos próximos meses de junho e julho toda a intervenção, sendo que em maio vai ser já pintada aqui um troço da rota aqui mais perto do município aqui na zona do beco dos Caldeireiros. -----

----- Relativamente à questão das bicicletas, dizer que o programa de apoio à aquisição de bicicletas tem estado para análise no jurídico, está a ser ultimada essa análise, há um regulamento que foi aprovado e que está em análise jurídica e dizer que o município está também a preparar, a avaliar a possibilidade de um sistema de transporte de bicicletas partilhado para ser disponibilizado ainda para este verão. Estamos a avaliar essa questão para depois ser levado ao executivo. -----

----- Relativamente aos projetos, o projeto da Alfagar neste momento tem o programa de intervenção fechado, eu penso que o projeto está em fase final de concurso público, o município e o IRN têm estado a trabalhar em conjunto e muito em breve vai começar a ser elaborado o projeto de execução, com a expectativa de ser um projeto que tem uma duração de elaboração curta e a perspetiva é de estarmos em obra ainda este ano, eventualmente mais para o final do ano. Temos o programa fechado, há uma colaboração entre o município e o IRN, a responsabilidade vai ser partilhada, os custos também, tanto do projeto, como da empreitada. -----

----- Sobre o auditório, dizer que sim claro, concordamos obviamente com a necessidade do auditório nesta fase e o município tem feito muitas diligências também, também tem sido um projeto difícil, um projeto complicado que não correu sempre bem, mas que a nossa expectativa é que nos próximos dias, mais tardar semanas, ou talvez na próxima semana, ter em mãos um projeto de execução completo para lançar uma empreitada e um processo de revisão de projeto para se calhar também ainda este ano conseguirmos ter alguma luz ao fundo do túnel e vermos a empreitada no auditório. Para já é isso, obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, a minha colega Teresa Mendes também para responder ao senhor deputado Pedro Mota. -

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que o senhor deputado Pedro Mota



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



acaba por fazer muitas perguntas muito rapidamente, acaba por perder ali o fio à meada, como tem pouco tempo chega a um ponto já não sabem qual é a pergunta e qual é a resposta, mas reteve uma que foi relativamente à plataforma e o que refere na página cinquenta e dois, o número de associações que estão aí presentes é só do social, porque depois tem que se ver associação cultural e as duas desportivas. Só está a ver ali o número das sociais, todas as associações, todas têm essa informação na respetiva página. Todas as associações têm que submeter o pedido na plataforma, aliás como os relatórios, a documentação, é tudo submetido na plataforma senão não é celebrado o Contrato-Programa, mas é com todas as cento e vinte e uma, as cento e vinte e uma associações que estiveram presentes e quem foi celebrado o Contrato-Programa no âmbito do dia do 25 de Abril, quando foi feita a assinatura todas elas submeteram as suas candidaturas na plataforma, senão não poderiam estar ali. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, só também para o deputado João Caetano, que ainda agora me esqueci a informar, nós temos cinquenta pontos críticos na cidade quanto às ilhas ecológicas. E neste momento estamos a lançar um concurso também no valor de um milhão de euros para o reforço de ilhas ecológicas também, para pormos mais, aumentarmos a capacidade para assim não termos, mas vamos, não, até ao verão não vai ficar, portanto, isso aí temos que ir melhorando a pouco e pouco. Já agora, voltaria então a passar a palavra ao meu colega José Cardoso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, também para o senhor deputado João Caetano que fez aqui uma referência ao PAMUS e bem, dizer que neste momento em termos de PAMUS, nós neste momento, estamos a ultimar uma proposta de criação do Conselho Consultivo da Mobilidade, que é uma das coisas que está no modelo de governação do PAMUS e que foi falado aqui nesta Assembleia no âmbito da aprovação do PAMUS para trazer aqui também ao executivo, à Câmara Municipal e à Assembleia. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, eu queria que me respondessem sobre a página sessenta e nove sobre o PDM e outra situação que eu queria perguntar que eu não percebi que o senhor Vice-Presidente disse, que é a recolha do papelão e vidro nas empresas. Quem vai fazer essa recolha, é a ALGAR, ou é a EMARP? Nós estamos a pagar duas vezes, é melhor baixarem a água às pessoas do que se estar a pagar a uma empresa privada que devia de ser dos municípios e não ser privada. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo da Conceição Leonor Mateus**, para dizer que gostava só de fazer uma pequena introdução que é, não se pode ser bom professor sem ser bom alunos e hoje aprendeu com a senhora Presidente quando fala de coisas a senhora Presidente pergunta-lhe sempre que aqui é para fazer perguntas, portanto hoje traz perguntas. Pronto, como vê já aprendi com as suas interações. -----

----- Bom, mais uma vez irei falar e fazer questões sobre a área da educação, não sei porquê, poderá fazer algum sentido. Com a atenção que foi lido da informação escrita, gostaria de fazer as perguntas ao executivo.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Portanto, gostaria de saber como é que está a ser preparado o plano relativamente ao próximo ano, sendo e se está a ser equacionado e de alguma forma a ser preparado um plano que antecipe aquilo que é previsível que já toda a gente sabe há quatro anos que vai haver um aumento brutal outra vez de alunos e que irá criar uma pressão enorme sobre o ecossistema já da educação já altamente nos limites. Portanto, como bom qualquer executivo, parto do princípio que estão a preparar esse plano e depois não vão dizer que surpreendentemente como disse aqui o diretor regional da educação, assistimos surpreendentemente a um aumento do número de alunos, pronto. Nesse sentido, as perguntas são mais claras que isto. O que está a ser preparado em termos de infraestruturas e equipamentos, já vimos que estão obras a ser feitas que já estavam no plano estratégico, ótimo, mas se houver uma pressão com mais um aumento de alunos onde é que os vão pôr e como é que estão a preparar essa resposta para que ela não tenha que acontecer em julho e agosto. -----

----- Relativamente aos recursos humanos, já independentemente da informação dada por algumas direções de escolas continuamos a ouvir diariamente nas nossas interações com as escolas do ecossistema, a falta de recursos humanos, seja por razões de baixas, seja por razões do número de funcionários que cumpram os rácios ou não. Portanto, continuam as escolas a indicar que estão com falta de recursos humanos que são da área da Câmara Municipal desde que houve a passagem dessas responsabilidades para os executivos e por último, para fazer as perguntas pausadamente, sobre a questão que nós aqui já levantámos várias vezes, que é, o que é que está a ser preparado para que no próximo ano haja uma correta integração dos alunos que são de origens de outras nacionalidades e que como sabemos têm dificuldades com a língua, com o apoio ao estudo e as próprias famílias com grande dificuldade em perceber como é que podem ajudar os seus alunos em casa a estudar história de Portugal e, portanto, gostaria de saber coisas concretas, o que é que está a ser feito, o ano letivo está aqui a chegar. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, para dizer que vai tentar ser claro, porque o seu tempo é curto, é capaz de fazer muitas perguntas rápido. -----

----- Relativamente ao abrigo temporário que o senhor Vice-Presidente falou que já está em funcionamento, já está a funcionar até há algum tempo, a minha pergunta é até quando é que ele se vai manter em funcionamento. -----

----- Relativamente às pessoas em situação de sem-abrigo é apresentado e já foi aqui referido anteriormente que, os novos casos, ou grande parte dos novos casos são justificados por pessoas do Magrebe e do Senegal, a minha questão é, porquê esta indicação aqui, será que temos uma questão que é necessário haver uma intervenção ao nível do município ou uma estratégia para perceber esta problemática das pessoas do Magrebe e do Senegal, e esta indicação aqui é muito específica, gostava de ter algum esclarecimento relativamente a isto. -----

----- Relativamente também ao que foi apresentado pelo senhor Vice-Presidente, quanto à necessidade da intervenção da EMARP no corte da intervenção das ervas que existem no município, questionar qual é que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



será o método que será intervencionado, será novamente com glifosato, ou se o município já eliminou completamente essa intervenção. -----

----- Ainda relativamente à EMARP, questionar também qual o ponto de situação com vista à separação de taxa de resíduos do pagamento de água, se bem sabemos que no dia 26 de março foi prolongado novamente até 2030 esta separação, mas é necessário este estudo, porque senão quando chegarmos a 2030 vamos ficar mais ou menos na mesma. -----

----- Questionar também que relativamente ao CRO, é indicado no mesmo que existiram nove deslocações para clínica veterinária e para esterilizações e tratamentos que não podem ser feitos no CRO. Ora, o CRO foi totalmente remodelado com novas infraestruturas, a fim de eliminar estas necessidades para clínicas veterinárias e dotar o município dessas capacidades. A minha questão é, o que é que falta para o município poder fazer estas intervenções. -----

----- Questionar também, relativamente também já aqui foi abordado, à temática da água, atualmente a última atualização de há oito dias atrás, indicava-nos que tínhamos um volume armazenado nas nossas bacias de vinte e dois ponto seis por cento de água, e isto estamos praticamente agora aqui no fim da altura de maior precipitação, ou probabilidade de maior precipitação, porque se assim não for mal será para o turismo de Portimão, mas será muito mau para o município, porque daqui será sempre para baixo. Quais é que são as medidas que o município está a pensar tomar e se vai avançar com as medidas que foram apresentadas no Conselho de Ministros de 26 A ainda do passado governo e se eles estão a ser implementados conforme também foi apresentado pelo senhor Vice-Presidente. -----

----- Ainda relativamente a infraestruturas. Como já foi aqui falado no passado, verifica-se uma grande degradação e apesar de não ser de direta responsabilidade do município, porque pertence às IP, o nó de acesso à via do Infante junto da Penina apresenta grande degradação, a estrada entre a Penina e a Mexilhoeira apresenta cada vez maior degradação, na rotunda da Figueira ainda muito mais, Portimão não é apenas a entrada para Alvor e a entrada para o centro urbano de Portimão. A Mexilhoeira ainda pertence a Portimão. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, para dizer que relativamente às questões colocadas pelo deputado Américo Mateus, dizer que relativamente ao próximo ano e ao número de alunos existentes e ao número de espaços também existentes, já houve reunião com os diretores juntamente com a senhora delegada da educação do Algarve, no sentido de perceber as entradas e as saídas, porque há meninos a sair, meninos a entrar, tem a ver com as passagens de ciclos e estão, tendo em conta o número de alunos que neste momento temos conhecimento, só podemos saber aqueles que estão inscritos nas escolas e estão agora abertas as inscrições para o pré-escolar e primeiro ano para os inícios de ciclo, em princípio vamos ter salas para todos os meninos, as salas existentes neste momento darão resposta aos alunos para o próximo ano, porque não se prevê uma subida exponencial de alunos estrangeiros, porque os que temos conseguimos albergá-los. No entanto, relativamente aos próximos anos, pedimos, estamos num processo de reversão do edifício D. Martinho Castelo Branco para o município,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



no sentido de fazermos aí mais um bloco de salas e os alunos que estão neste momento, porque os alunos, nós temos vindo, existe um crescendo de alunos de pré-escolar e primeiro ciclo que agora necessariamente vão andando em termos de ciclos e mais tarde daqui a uns três ou quatro anos vamos ter o problema no secundário. Por isso, os alunos do nono ano que estão neste momento na Poeta António Aleixo, haverá um ciclo de alunos que não vai passar para a Poeta António Aleixo e vai-se manter na Martinho Castelo Branco, tendo em conta que a Poeta António Aleixo e a Manuel Teixeira Gomes também se candidataram a cursos e a um financiamento para ter mais salas e mais equipamentos mais na área laboratorial e por isso precisam também de mais espaços, portanto isso está a ser articulado com as escolas. -----

----- Relativamente aos projetos e que o senhor Vice-Presidente há pouco não referiu, a escola Manuel Teixeira Gomes, estamos, vai ser lançado o projeto para especialidades, porque o projeto base está concluído já com bastante robusto, portanto é mesmo só ali agora estruturas e especialidades, porque o projeto está terminado, articulado também para a escola e vai aumentar quase em dobro, portanto vamos duplicar a capacidade quase em dobro. -----

----- Depois, quando é que vamos também crescer. Alto do Alfarrobal como acabámos de dizer que esse vai já para obra, portanto já vai ser lançado concurso para obra, Chão das Donas, o projeto também está, o projeto base está terminado, portanto, estamos neste momento a fazer projetos de especialidade e tudo mais, também está muito avançado o projeto de Chão das Donas, também vamos duplicar o número de salas, tendo que ali haver também ali uma reestruturação do espaço exterior para parqueamentos e acessibilidades, também já temos uma solução que está, que irá arrancar mais ou menos ao mesmo tempo que a obra. O que é que temos mais também? Há a EB1 de Alvor que também está neste momento, é a que está mais atrasada, mas está em levantamento, está a informação feita e já irá também ser feita uma escola que aí será um edifício novo. Portanto, na EB1 de Alvor optou-se por um edifício novo. -----

----- A Buísel a educação também já está a preparar uma informação, porque existe espaço para crescimento de mais um bloco e será, portanto onde é que vai crescer em termos de 2,3? Martinho Castelo Branco e Buísel, EB1 e pré-escolar, Alto do Alfarrobal e Chão das Donas e secundário, será a Teixeira. Temos aqui um crescendo em todos os níveis para albergar os alunos, agora tendo em conta as várias passagens.

----- Quanto à falta de recursos humanos, vamos agendar para a próxima semana a reunião com todos os diretores escolares, no sentido de perceber melhor forma de articular e de rentabilizar recursos e de estarmos todos os anos com necessidades no início ali, apesar que existem concursos que terminaram agora, portanto o de cozinheiros terminou, vamos fazer a colocação brevemente, a das assistentes operacionais também ainda contamos este ano letivo colocar pessoas do quadro e não os CEI, e foi feita uma informação também no sentido de fazermos um concurso para horas de limpeza para colmatar algumas necessidades de final de dia, rentabilizar melhor recursos humanos. De qualquer maneira, vamos com os diretores sentarmo-nos à mesa para a próxima semana, no sentido de tentar perceber como é que no próximo ano podemos ter um corpo não docente mais coeso e não com tantas falhas no que diz respeito, sabemos que existem sempre



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



pessoas doentes, mas o sentido de não estarmos sempre com um menino nas mãos como se costuma dizer usando aqui uma expressão popular. -----

----- Quanto às outras nacionalidades, neste momento está a ser construído, existe reunião dia 8 também com todos os municípios, com a AMAL, nós estamos a desenhar um programa para a promoção do sucesso escolar. Ao nível do Algarve, uma das grandes problemáticas não é só em Portimão, a nível de todo o Algarve é a questão dos alunos estrangeiros, esse é um dos itens que será salvaguardado no programa da promoção do sucesso escolar, onde depois há verbas para contratar técnicos, professores especificamente para determinados projetos, tendo em conta a realidade de cada escola. Apesar do projeto ser desenhado para o Algarve todo, podendo ter medidas comuns, será articulado depois com cada agrupamento e cada município as necessidades reais daquele município. Está nesta fase, estamos em reuniões de preparação, é com financiamento europeu, sim, é com financiamento europeu. Portanto, dia 8, eu por acaso infelizmente não vou poder estar nessa reunião, porque tenho uma reunião de Câmara nesse dia, gostava de estar, porque já é uma reunião que vão ser tomadas algumas decisões, mas vou preparar com a chefe de divisão e com a chefe de unidade bem a reunião, no sentido que sejam salvaguardados aqui os interesses das escolas de Portimão e das nossas necessidades. Disse, senhor Vice-Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **João Vasco Gambôa** que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que os elementos que o deputado Pedro Mota frisou ali na divisão de gestão urbana, são elementos de trabalho da revisão do PDM. Aproveito também para comunicar que nas últimas conversas de reuniões que tivemos, foi a Comissão de Ordenamento do Território que solicitou uma reunião, esses elementos serão todos apresentados, no fundo, o estado em que está a revisão do PDM e as peças podem ser apresentadas, pelo que deixo já o repto que fala-se muito na revisão do PDM, é sempre uma coisa muito generalista, espero bem que tragam alguns elementos e algumas propostas que possam incluir e que tenham cabimento na revisão do PDM, que o PDM não é tudo aquilo que às vezes se apregoa, é algo muito específico e está muito definido na legislação em vigor e, portanto, agradeço que também tragam esses vossos contributos para a reunião que será marcada nas próximas semanas. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para terminar então, respondendo então a todas as intervenções, no CRO faz falta ainda um equipamento. Foi aberto o concurso, está a aguardar as respostas, para depois podermos então fazer as cirurgias lá no CRO, mas na realidade também vamos precisar de mais um veterinário, porque só com este veterinário não vamos conseguir dar resposta. -----

----- Depois, quanto à questão da água, deixamos de estar em situação de alerta, estamos em situação de pré-alerta, portanto temos água entre nove a doze meses, água de superfície entre nove a doze meses. Ainda amanhã vai haver uma reunião, que há sempre uma reunião de avaliação neste momento com a AMAL e as Águas do Algarve e a Região de Turismo, que é quem faz a divulgação das medidas. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Dizer também que a resolução do Conselho de Ministros não é mais do que uma recomendação. Qualquer nota que se tenha que tomar tem que ir a reunião de Câmara e tem que vir à Assembleia também e, portanto, já assumimos que não vamos aumentar a água e, portanto, esse assunto está posto de parte.

----- Quanto às outras, estamos a analisar, ainda hoje fizemos uma resposta para a APA daquilo que achamos pertinente, porque achamos que não podem estar as fontes desligadas o dia todo, porque senão com isto vamos dar cabo também dos equipamentos e achamos também que a nível das plantas temos que fazer uma rega mínima para que não se partam as peças que temos nos nossos jardins e nos espaços e, portanto... mais que não seja nos dois que já estamos a fazer, senhora deputada. Portanto, não devia de estar a responder pelo seu repto, mas já agora vou-lhe dizer já nos dois que estamos a fazer, senhora deputada. -----

----- Quanto ao abrigo temporário, queremos é que esteja aberto o ano todo, portanto temos que ter o abrigo temporário aberto o ano todo, e é isso que vamos querer. De resto, acho que respondi a tudo, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que queria só dar um esclarecimento. Efetivamente, o executivo municipal na pessoa da senhora Presidente, solicitou uma reunião, digamos não oficial, informal para a apresentação do PDM... ó senhor deputado, não oficial no sentido que não é numa sessão, não é clandestina, senhor deputado se me deixar terminar, não passamos ainda à clandestinidade, mas é uma reunião, digamos assim não aberta ao público e, portanto, não aberta ao público. Haverá essa reunião, os serviços já estão encarregados de fazer essa comunicação para o dia 10 e, portanto, dando a informação para além daquela que o senhor vereador comunicou que é, há um pedido de reunião também da Comissão de Ordenamento e Território que é presidida pelo senhor deputado Carlos Martins, além dessa, há várias reuniões, uma delas também do senhor deputado Mário Espinha relativamente à educação que ocorrerá no dia 13 de maio e, portanto, há diversas reuniões das comissões, mas há uma reunião que eu gostaria de esclarecer, se o senhor deputado João Caetano me permitir, que será feita também essa reunião com o executivo municipal, com os serviços técnicos que o executivo municipal entender para o efeito, com os membros da Assembleia Municipal. Não é clandestina, porque estaremos cá todos. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, ora, insiro-me na divisão de habitação e desenvolvimento social e saúde, dois ponto cinco na página quarenta e quatro. A alteração estratégica local de habitação (ELH) do município, dando urgente prioridade à aquisição em detrimento da construção de cento e quarenta e duas frações habitacionais com as tipologias T1, T3, T4. A bancada municipal Chega gostaria de saber, ou ser informada sobre qual é a adesão que tem havido de candidaturas ao processo de venda, e qual a temporização processual entre a compra autárquica e a atribuição da habitação. -----

----- Passando à divisão de planeamento urbano, para quando a instauração do PDM atualizado? -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Outra pergunta. Como decorre a elaboração da proposta sobre as classificações e qualificações dos solos para a revisão do tão famigerado PDM? E desejava fazer uma observação que já tenho feito por duas ou três vezes. Temos o conhecimento que o serviço municipal de metrologia e não faltará muito para fazer um ano, continua com falência de um técnico aferidor. Que diligências é que o executivo tem feito para repor este técnico? Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que tanto quanto lhes é dado conhecimento, terminou a concessão do auto silo da praia da Rocha ao grupo Sol Verde a 31 de dezembro de 2023. Aquele parque de estacionamento, a sua concessão terminou. A pergunta que eu gostava de fazer é, quem é que está a explorar neste momento aquele parque, a que título e se está previsto algum concurso, alguma coisa, porque tanto quanto nos foi dado conhecimento até ao momento não temos notícia de ninguém, de nada, portanto estamos completamente às escuras sobre esse assunto e achamos que era oportuno se fosse possível nos esclarecerem. Agradecemos, muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, queria começar aqui por uma questão que tem que ver com a implementação da resolução do Conselho de Ministros 26 A de 2024, o senhor Vice-Presidente disse aqui ainda agora que é uma mera recomendação e que o município de Portimão está, enfim, está a aplicar conforme bem entende, vai revendo umas coisas, vai ligando umas fontes e tal, senhor Vice-Presidente, nem é exatamente assim, há orientações da ERSAR, que como sabe é a entidade reguladora no domínio da água, que não se trata propriamente de uma recomendação. Aliás, eu penso que o município de Portimão tem participado em reuniões periódicas com a ERSAR, que visam exatamente monitorizar a aplicação daquelas medidas que estão lá previstas na resolução, e, enfim, isto é tanto mais verdade o que eu acabei de dizer, que há avaliações periódicas que medem nomeadamente o grau de poupança que cada concelho está a fazer relativamente ao período homólogo do ano passado. Ora, eu se não me falha a memória, no último mês os números que saíram, creio que o município de Portimão era para aí o terceiro que menos tinha descido a poupança, ou menos tinha poupado a água relativamente ao período homólogo do ano passado. Ora, portanto, se calhar a ideia que o senhor aqui nos trouxe que era uma mera recomendação está um bocadinho subjacente a essa pouca poupança. Ora, a questão aqui é que vamos ter agora uma monitorização intercalar até final de maio dessas medidas que estão previstas na resolução e depois o governo irá decidir em conjugação, nomeadamente com a AMAL e com a ERSAR o que é que vai fazer às medidas que estão lá previstas, se vai mantê-las, se vai agravá-las, ou se vai desagravá-las. Eu temo que com abordagens como aquela que o senhor aqui acabou de nos trazer, se calhar, enfim, de mau grado as chuvas caíram no mês passado, que ainda assim não são suficientes, que se calhar as medidas irão manter-se, e o problema aqui é que temos aqui um grau muito díspar, isto foi falado hoje na intermunicipal, e o senhor Presidente da AMAL também não se alongou muito nos esclarecimentos, não quis dar esclarecimentos sobre a matéria, e o problema aqui é realmente essa disparidade que há entre os dezasseis concelhos. Há



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



concelhos que estão realmente apostados em dar cumprimento àquilo que está na resolução, há outros que nem tanto, e quer dizer e vai-se empurrando com o problema para a frente à espera que chova e infelizmente isso pouco tem acontecido. Isso é uma preocupação que eu aqui deixava e corrigindo aquilo que o senhor disse.

----- Depois, uma questão muito concreta. Foi dito aqui na reunião de líderes aqui há pouco tempo que relativamente ao barranco do Rodrigo, que o plano iria ser revogado, que já foi revogado em reunião de Câmara e que iria ser trazido aqui à Assembleia proximamente a proposta de revogação do plano. Eu pergunto em relação à UP3 qual é a proposta que há do executivo. Aquela faixa entre a praia do Vau e a Prainha, onde estavam previstas hotelaria, equipamentos hoteleiros, qual é a proposta do executivo relativamente a isso? Esse plano é para cair também, não é para cair. -----

----- Segunda questão, falou-se aqui dos imigrantes e da questão, enfim, falou-se até de imigrantes do Senegal, etc. Senhor Vice-Presidente, para quando aqui um plano específico e integrado de apoio aos imigrantes no concelho de Portimão? Temos um problema que começa a ser evidente no acolhimento, na inclusão dessas pessoas que procuram o concelho para residir e para trabalhar. Isso é uma questão que tem sido aqui repetidamente afluída. São pessoas que são necessárias à nossa atividade económica e à nossa vida e muitas atividades aqui no concelho. São pessoas que até ver são bem-vindas ao nosso concelho, só que têm que ser convenientemente acolhidas e integradas, sob pena depois de representarem um problema e isso não queremos, ninguém quer a nível de habitação, a nível de exclusão social, a nível de pessoas que caem na situação de sem-abrigo eventualmente, já acontece com alguns e a nível de situações que podem depois degenerar em delinquência e em confrontos na praça pública e, portanto, é urgente que haja aqui uma resposta integrada do município para acolher estas pessoas, para integrá-los na nossa sociedade e para lhes dar respostas a nível de integração e de habitação. Coisa que até agora pelo menos daquilo que nos tem sido dado a perceber tem sido insuficiente. Não digo que não haja, não estou a dizer que não há, se calhar é insuficiente para aquilo que é a realidade neste momento. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que vai responder ao senhor deputado Mário Espinha. Quanto ao metrologista, o metrologista, o município já tem um elemento que já fez a formação e já está neste momento com o curso feito para poder ser metrologista no município, mas como está a executar funções de fiscalização e como abrimos concurso para fiscalização, quando tivermos mais fiscais o município depois vai avaliar, porque este serviço tem sido executado por privados e, portanto, pode não haver a necessidade do município continuar com este serviço. Portanto, vamos avaliar, mas os nossos munícipes, quem precisa destes serviços, o serviço tem sido executado. -----

----- Quanto ao senhor deputado Vítor Couto, a última informação que tenho, é que o contrato, a prorrogação ainda estava em vigor, amanhã vou ver na realidade as datas precisas e depois darei esta informação. Portanto, a última informação tinha sido esta e, portanto, é esta que tenho por boa, mas depois irei dar. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Quanto ao que o senhor deputado João Caetano estava a falar quanto às recomendações, é a própria ERSAR é que diz que é recomendação, senhor deputado. Diz, diz senhor deputado, e nem pode dizer de outra maneira. -----

----- O que estamos a avaliar e com reuniões mensais sempre com a associação de Recantos, com a AMAL, com todos os municípios, ou com as entidades como é o caso também da nossa EMARP, é o que é que vamos fazer mensalmente e é isto que nos foi pedido, para dar contributos para que a ERSAR possa aperfeiçoar este documento e é isso que os municípios estiveram até dia 10, até hoje, não, que é para depois poder ser feito, mas é como recomendação, terá sempre que vir, tem sempre que vir à Câmara e tem sempre que vir à Assembleia Municipal, sim, senhor deputado. Não pode, não pode, senhor deputado, mas pronto. -----

----- Depois, quanto aos nossos imigrantes, todos concordamos também que o nosso CLAIM tem sido, apesar de executar até um bom trabalho tem sido muito pouco para o número de imigrantes que neste momento temos no nosso município e, portanto, temos que melhorar também esse trabalho e temos que melhorar também até colocando lá mais gente, porque só com as técnicas que temos, neste momento são poucas para o trabalho que têm feito e têm que se desdobrar e muito para que consigam fazer o trabalho que têm feito. Passaria agora a palavra ao meu colega João Gambôa por causa do barranco do Rodrigo e a UP3. - -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **João Vasco Gambôa**, sobre o barranco do Rodrigo, já passou pela Câmara Municipal a revogação do plano, terá que passar aqui pela Assembleia Municipal e passa por procedermos ao outro procedimento de planeamento, de modo a tratarmos o barranco do Rodrigo ou nomeadamente a parcela que se destina à universidade e que é essa a prioridade, de forma a ir de encontro aos nossos objetivos e que todos estamos de acordo para termos o campus universitário. -----

----- Relativamente à UP3, já dissemos aqui repetidamente que a UP3 cairá com a revisão do PDM e o assunto fica assim arrumado, hoje o plano está em vigor. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, relativamente a esta questão da água, aquilo que o senhor Presidente em exercício disse aqui, denota exatamente um estado de espírito que é a incapacidade de resolver algumas das situações. Aliás, pegando nas suas palavras e citando, o senhor disse, «não nós não estamos em estado de alerta, estamos em estado pré-alerta, portanto já temos água para daqui a nove a doze meses». Portanto, o que é que se vai fazer para daqui a nove ou doze meses não se sabe, é uma questão de fé e vamos rezar para que chova, porque de resto já chega ao ponto de vamos rever as coisas mensalmente portanto, e, uma autarquia estar nesta questão. É bom rever as coisas mensalmente, mas depois quando se olha para este problema a médio e a longo prazo, enfim, é fé e rezar, porque resolver o problema na essência é o que é, nem aqui, nem com a AMAL, nem com as diferentes, eu diria falta de uniformidade na resolução destes problemas e na falta de coragem pública de assumir este problema e, portanto, o executivo anda aqui, enfim, como diria o outro a empurrar com a barriga um problema quem sabe para depois das próximas eleições ou de outra que vem a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



seguir. De qualquer das maneiras, assistimos aqui durante esta, sensivelmente uma hora, vamos fazer, vamos fazer, vamos lançar a obra, vamos lançar, vamos concurso, vamos fazer, vamos fazer, e o histórico do ano passado eu volto a referir isto, cinquenta por cento da despesa cumprida de capital, portanto chegamos ao primeiro trimestre na informação da senhora Presidente, dez por cento do cumprimento da despesa orçamentada, das quais quatro por cento da despesa de capital. Os senhores falam aqui durante uma hora, vamos fazer, vamos lançar, mas no primeiro trimestre só cumpriram quatro por cento da despesa de capital e, portanto, das duas uma, ou definitivamente este executivo, esta autarquia sai da promessa senão vamos ter os próximos cinco a dez anos exatamente como tivemos os últimos vinte. Chega ao ponto de assistirmos, enfim, à degradação de alguns equipamentos da cidade como o auditório, que foi preciso chegar à degradação total e vai custar aos portimonenses não sei quantas vezes mais para o recuperar e, portanto, é de certa forma aquilo que eu concluo desta conversa aqui que o Partido Chega e a bancada Chega também observam, assim como há outras questões aqui que é, e eu deixo-lhe esta questão já que é, alegadamente a falta de segurança ou insegurança na cidade tem aumentado e, portanto, o que é que a autarquia pensa fazer relativamente a esta questão, começa-se a falar aqui de alguma forma envergonhada de algumas coisas, eu vi aqui o excelentíssimo deputado do Bloco de Esquerda Pedro Mota falar ali numas situações da casa inglesa, depois a imigração, o senhor Vice-Presidente fala naquele tipo de pessoas que foram ocupar, ou quem são aquele tipo de pessoas, portanto eu percebo, enfim, as palavras e as narrativas aqui utilizadas, mas enfrentar o problema, enfim, é difícil, eu percebo. Agora, como é que a autarquia está a pensar em resolver aquilo que alegadamente se começa a notar que é a falta de segurança na cidade. Tenho dito. - -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, relativamente à incerteza que o senhor Vice-Presidente transmitiu a esta Assembleia Municipal quanto ao contrato do parque de estacionamento silo auto na praia da Rocha concessionado por vinte e sete anos ao grupo Sol Verde, está plasmado na página sete do anexo da demonstração de resultados, página cento e vinte e um da deliberação 272/2024, que o termo foi a 31 de dezembro de 2023. Esta informação também é coincidente com outros documentos oficiais trazidos aqui a esta Assembleia o ano passado, recorde-me perfeitamente disso. Portanto, eu gostaria que se fosse possível amanhã nos darem alguma explicação e tentarmos perceber em que ponto é que está esta situação, agradecia se fosse possível. Muito obrigado.

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor deputado fez bem em referir, como está na prestação de contas poderá ser objeto da resposta mais tarde em sede de prestação de contas, uma vez que está lá referido e não está referido na informação escrita.

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para dizer que é só um esclarecimento. A continuação desta Assembleia, os meus colegas pronto não se lembram, pelo menos aqui o Carlos Martins, quando é que esta Assembleia tem continuidade, quando é que está marcada? -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor deputado, posso considerar que a informação escrita neste momento está encerrada. Não, é que quando chegarmos ao final, nós vamos. Ok. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, está bem. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que é só uma questão que ele colocou no início e o senhor Vice-Presidente não respondeu, tem que ver com a execução orçamental da receita em termos fiscais. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que a execução orçamental da receita será matéria também da prestação de contas. Não, não, ok. A questão da diminuição do IMT e do IMI, portanto a diminuição do IMT é porque se fez menos escrituras. É factual, essa é factual e, portanto, de IMI faça favor, senhor Vice-Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, realmente tinha-me esquecido de referir esse ponto, senhora Presidente. O IMT todos os anos o senhor deputado diz que se nós não estamos a subvalorizar o IMT. Sim, porque na realidade quando fazemos o orçamento o senhor está sempre com esse ponto. O IMT nós não conseguimos controlar a atividade económica do município, não, o que conseguimos pelos últimos três anos é a previsão, e o que é certo é que baixou neste primeiro trimestre e baixou o que baixou, portanto, se há menos habitações a serem construídas há menos IMT. Isso acho que é óbvio, e quanto ao IMI, o IMI até devia de baixar, porque nós também temos baixado o IMI todos os anos e, portanto, devia também, o senhor não quer, mas é assim mesmo, aliás, até pelas isenções que temos concedido, passamos as isenções de três anos para cinco anos, também sim, portanto o IMI, portanto isso aí é o que o senhor tem visto. -----

----- Depois, para o senhor deputado Paulo Canha, o senhor deputado se calhar nem sempre está atento nas reuniões se calhar e não tem ouvido então, que já em 2022 o executivo estava preocupado com a falta de água e, portanto, em 2022 o executivo já tinha baixado nos espaços verdes menos quinze por cento num ano. Depois, mesmo assim, metemos rega inteligente na maior parte dos jardins e das pracetas e do que queiram chamar da nossa cidade e, portanto, nos espaços verdes começamos logo a baixar em 2022, sempre tivemos essa preocupação, mas acho que já tinha ouvido aqui e vamos continuar, queremos cada vez continuar com mais espaços com a rega inteligente e é isso que vamos sempre continuar e nos edifícios também, porque na realidade temos que modernizar também os nossos edifícios e os nossos equipamentos para pouparmos água. Agora, é bom que todos tenhamos, que esta ação só pode ser feita em conjunto com todos os municípios do Algarve, com as associações de regantes, não é só o município que pode estar envolvido nesta ação e é isto que tem estado a ser feito este trabalho, reuniões mensais e é isso que vamos querer continuar, dar continuidade ao trabalho que temos desenvolvido. Eu sei que os senhores achavam que éramos só nós, nós não somos gestores de água em alta e, portanto, este assunto não é só do município



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de Portimão e é por isso que tem que ser tratado na AMAL e é isto que os senhores querem sempre fazer... desculpe lá, agora estou eu a falar, senhor deputado, eu oiço-o com tanta atenção, sempre que o senhor deputado quer dizer tudo, eu oiço-o com muita atenção, sempre o respeitei, portanto acho que também deve-me fazer o mesmo. -----

----- Quanto à falta de segurança que o senhor deputado também Paulo Canha falou e a percepção muitas das vezes de falta de segurança, porque muitas das vezes também não é pelas ocorrências que têm existido em Portimão e das reuniões que temos tido com as forças de segurança, é isto, é a percepção da falta de segurança. Muitas pessoas têm medo, sentem-se intimidadas, mas na realidade a insegurança não é muitas das vezes aquela que nós queremos fazer passar. Isto tem que ser trabalhado sempre com as forças de segurança. Tudo o que nos têm pedido o município tem colaborado, o município quer dinamizar a videovigilância no centro da cidade, zona ribeirinha, na rua do comércio toda, na Gare rodoviária que foi nos pontos que a PSP pediu e na estação da CP e, portanto, tudo aquilo que nos tem sido solicitado e nas reuniões que temos tido com as forças de segurança, nós temos o feito, portanto o concurso está aberto para ampliação da videovigilância e é isto que vamos continuar a trabalhar em conjunto para que possamos também fazer face a esta percepção de falta de segurança. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, gostava de ouvir a sua opinião também relativamente àquilo que eu abordei aqui que é o cumprimento da despesa de capital, quatro por cento no primeiro trimestre. A senhora Presidente há pouco falou sobre uma alegada reunião do PDM, sobre o PDM no dia 10, e não percebi bem qual é o intuito dessa reunião. Gostaria que me esclarecesse, por favor. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, o que eu tenho assistido aqui é águas, racionalização da água, são regas, é mangueira, é fechar a mangueira, é abrir a mangueira e a minha questão é o seguinte. Já ponderaram, não sei se já ponderaram o município tomar junto do governo central algumas medidas, ou recomendar junto do governo central algumas medidas como a canalização da água, uma estrutura, a canalização da água do Norte e pelo menos da barragem do Alqueva para o Algarve? É que eu estou a ver, vocês começam a falar... é que se fala muito no racionamento da água da torneira e uma medida básica e estrutural que o nosso país vizinho tem e não temos este problema no que é falado. Isto parece um país, quer dizer nós temos um país tão pequeno, que não sei se alguma vez este município aconselhou ou ponderou recomendar ao governo central esta solução, porque o que eu vejo é os senhores estarem, é o racionamento da água, é o fechar, é as plantas, é a piscina. Meus senhores é tão fácil, é bastante fácil, a água da barragem do Alqueva porque estava em excesso foi toda deitada para o mar, portanto infraestruturas neste país eu não vejo qualquer neste município, aliás não vejo apresentarem, não percebo, eu sinceramente faz-me confusão, faz-me confusão algumas intervenções.

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV), **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que gostaria de perguntar aqui nesta questão do abrigo temporário se estas instalações



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



do abrigo são ou não suficientes para acolher aquela população que está sinalizada. Se a carência de apoio a este tipo de população se deve à falta de meios como recursos humanos, infraestruturas ou financiamento.

----- Em relação à construção em Vale de Lagar, duzentos e vinte e sete fogos a custos controlados e que duzentos e quatro vão ser a custos controlados para jovens, quem é que financia. Gostaríamos de saber qual era o programa e quem é que financia. Os vinte e três fogos que ficarão de fora desta situação, de onde é que vêm as verbas? Segundo notícia do jornal, o destino da mesma é para certos profissionais. Gostaríamos de saber qual o cabimento legal para esta solução? -----

----- Outra questão. Se esta reserva para determinadas profissões, vai ser o decalcar da apresentação nesta mesma Assembleia da reserva de habitação do edifício da casa do Rio para precisamente essas classes profissionais? -----

----- Perceberam qual o cabimento legal? Estou a perguntar, não sei se perceberam. Existem vinte e três fogos, não é? Que estão fora dos custos controlados, não é? Gostaríamos de saber de onde é que vêm estas verbas? Segundo a própria notícia jornalística, é para certos profissionais. Qual o cabimento legal para esta solução e gostaríamos de saber também se esta reserva para determinadas profissões é o decalcar da apresentação neste mesmo salão da reserva de habitação no edifício da casa do Rio, para precisamente essas classes profissionais. -----

----- Depois, também queríamos falar aqui da falta de habitação, todos nós falamos e não é um problema de hoje. A medida anunciada da compra direta ao mercado por parte do município que prevê a aquisição de bens futuros, irá solucionar esta emergência? Portanto, a demora dessa questão e o que gostaríamos de saber era qual era, no fundo, o projeto desta Câmara em relação a este problema que é realmente um problema de muita gente e não só dos jovens, é de muita gente mesmo, qual é a estratégia para esta questão, qual a estratégia local para a habitação. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, depois do resumo que ouvimos aqui de tudo aquilo que a Câmara está a fazer, de todos os projetos que estão em cima da mesa, de tudo o que está a concretizar, eu apenas queria chamar a atenção e relembrar o executivo e o Partido Socialista de que as eleições são para o próximo ano. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, em relação à despesa, iria falar depois amanhã, mas em relação à despesa no ano passado, fizemos sessenta e oito por cento, sendo que se tivéssemos conseguido executar as obras até ao final do ano, existiram catorze milhões que foram transitados para este ano. Do lado da despesa o ano passado teríamos executado oitenta por cento e, portanto, o senhor deputado está a falar destes três meses e se calhar os outros números não viu, mas era bom que visse estes números, portanto se calhar está-me a fazer assim é sinal que viu, mas esses não lhe interessa dizer, interessa dizer agora estes três meses, mas na realidade o que executámos no ano passado foram oitenta por cento de despesa. Agora, gostaria de passar a palavra à minha colega Teresa Mendes. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, relativamente às questões colocadas, abrigo temporário se dá resposta. O abrigo temporário neste momento a loja diariamente cerca de quinze pessoas que são as pessoas que procuram o abrigo, não têm ficado pessoas de fora, ou seja, não há pessoas que procurem que cheguem lá e que diga que já não temos vaga. No entanto, conforme está na informação escrita da senhora Presidente na página quarenta e nove, estão aí as outras duas respostas no que diz respeito a abrigo e a integração de pessoas em condição de sem-abrigo. No projeto TMN, foram utentes referenciados setenta e seis e na casa MAI trinta e seis, sendo que alerta depois para os números que aí estão, acho que um número que é importante que este trabalho que é preciso fazer com esta comunidade para integrá-los, voltá-los a integrar no mundo do trabalho e para que eles consigam ter uma casa, onze no projeto TMN foram autonomizados e na casa MAI sete, para além de três de mais quatro que foram encaminhados para outras respostas, porque eram pessoas idosas e conseguiram ser integradas em ERPI, portanto não existe só o abrigo temporário para esta comunidade, existe também o projeto TMN, o projeto MAI e que também dá resposta. -----

----- Depois, relativamente à integração, o senhor Vice-Presidente já respondeu, no entanto, este é um trabalho que tem que ser articulado entre o AIMA, o CLAIM e na realidade a população tem crescido de uma forma quase diária, existe um grande trabalho feito pelo CLAIM, mas sem dúvida que temos que fazer aqui um programa de maior identificação e de seguir estas pessoas no sentido de podermos integrá-las de forma digna que nem sempre acontece. É preciso termos aqui um trabalho muito grande a fazer nesta área. --- -

----- Quanto à estratégia local de habitação, a estratégia local de habitação já foi aqui amplamente discutida mais do que uma vez, mas vou responder aqui no que diz respeito aos cento e quarenta e dois apartamentos a comprar. Houve um aviso, foi uma pergunta ainda há pouco colocada pelo senhor deputado Espinha, dizer que houve um aviso para a compra de cento e quarenta e dois apartamentos, houve duas respostas, uma de cento e dez apartamentos e outra de trinta e qualquer coisa, quase quarenta apartamentos, mas não chegam, portanto neste momento temos mais apartamentos propostos para com, portanto pessoas a dizer que têm apartamentos para nos vender do que o nosso aviso, o júri acabou de analisar a semana passada, está a fazer o relatório e depois isto tem que entrar ao mesmo tempo, com a alteração da estratégia local de habitação que já foi submetida ao IRU e foi aprovada aqui nesta Assembleia a assinatura do acordo para depois se poder efetivar a compra. Estas atribuições são feitas à luz do nosso regulamento e o nosso concurso terminou a 25 de março, tivemos seiscentas e qualquer coisa inscrições. Por isso, tendo em conta o número de fogos que vamos construir e o número de fogos que vamos adquirir, o número é mais ou menos semelhante, é normal que tenhamos que abrir uma segunda candidatura, aliás como para os custos controlados. Neste momento, os custos controlados conforme está, a outra pergunta são duzentos e três ou duzentos e quatro para venda, nós temos mais candidatos do que os apartamentos, mas agora como hoje esses candidatos têm que ir à banca porque têm que comprar, aquilo é uma compra, poderão existir alguns que não conseguem adquirir. Dos vinte e três apartamentos, é uma contrapartida, ou seja, nós comprámos um terreno, vemos o terreno com fundos próprios, não houve qualquer financiamento, demos o terreno ao



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



construtor, uma permuta e ficámos com vinte e três. Agora, à luz de um regulamento tendo em conta que também está identificado na nossa estratégia local de habitação, que temos a dificuldade de que as pessoas, os quadros técnicos consigam arranjar habitação de uma forma, nos primeiros tempos consigam arranjar aqui habitação e o que está identificado na nossa estratégia no diagnóstico foi professores, forças de segurança e profissionais de saúde. Como tal, é para dar resposta também à estratégia e ao diagnóstico já feito e a compra é feita com fundos próprios. Claro que esta atribuição será temporária, haverá lugar ao pagamento a uma renda, será construído aqui umas normas para podermos fazer esta atribuição a estes profissionais. Acho que respondi. -----

----- Quanto à estratégia, o que é que se pensa fazer quanto à habitação. Pois é a estratégia local de habitação que já foi discutida aqui, já disse quantos números de fogos, onde é que iam ser construídos, Coca Maravilhas, Cabeço do Mocho e Pontal, já foi aqui várias vezes, já disse os números, agora não vou estar a repetir aquilo que já disse várias vezes. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que pensa que já está tudo esclarecido. Eu queria depois deixar tempo para responder no final o que o senhor deputado Natalino Alves tinha levantado a questão e também o senhor deputado Paulo Canha. ---

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo Leonor da Conceição Mateus**, para dizer que é rápido. Nesta explicação do executivo, fazer a questão das propostas que receberam, portanto a oferta que receberam, para além da procura que foi feita ao mercado como é que estamos em termos de preços médios. Portanto, se todos responderam aos preços indicados pela Câmara, ou se há alguma fase negocial para nivelar os preços para favor da Câmara, como é que estamos, como é que foi a resposta do mercado, foi mais alta ou mais baixa. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, para dizer que o preço é o preço que está tabelado e está no nosso aviso no intervalo. O relatório ainda não tenho, existe um júri, acabei de dizer, foram analisar e estão a elaborar o relatório, portanto fizeram a análise. Sim, não tive acesso às candidaturas, porque é feito através de um júri e eu não faço parte desse júri. Por isso, durante esta semana conto ter o relatório, princípio da próxima semana e depois o executivo irá fazer a análise e nessa altura depois poderemos dar, aliás, será feito nota pública certamente e também irá a reunião de Câmara e para dar conhecimento depois também à Assembleia Municipal, uma vez que foi aprovado aqui também em sede de Assembleia Municipal, mas ainda não tenho esses dados específicos. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que vendo o que está escrito na página cinquenta do documento de prestação de contas de 2023, diz exatamente aqui, «despesas de capital orçamentadas, trinta e sete milhões de euros no ano 2023. Despesas de capital executadas, vinte e um milhões». Portanto, isto dá um rácio de cinquenta por cento, que era aquilo que eu dizia inicialmente. Portanto, senhor Vice-Presidente em exercício, ou senhor Presidente em exercício, penso que estas contas estão corretas. Portanto, o histórico o que me diz é que olhando para o



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



futuro, metade daquilo que os senhores dizem que vão fazer não vão conseguir fazer e neste primeiro trimestre quatro por cento de despesa de capital cumprida, já passou janeiro, fevereiro e março. -----

----- A pergunta que eu gostava de deixar é, se conseguem definitivamente dizer qual é que é a previsão exata este ano... -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez guerreiro**, para dizer ao senhor deputado que se ele lhe permitir, tendo em conta o adiantado da hora e uma vez que têm a prestação de contas amanhã, terão todo o tempo para esclarecer. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que são trinta segundos, já não é com a prestação de contas. O que eu ia perguntar é se o executivo consegue afirmar aqui uma data exata para a apresentação do PDM de uma forma formal na Assembleia Municipal. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para já o que posso dizer e era isso que eu queria informar. Eu já ainda agora expliquei isso, o executivo municipal através da senhora Presidente da Câmara Municipal e do seu chefe de gabinete, formalizou o pedido à Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de convocar os senhores deputados municipais para uma apresentação através dos técnicos e do executivo municipal daquilo que é o projeto, a revisão do PDM e, portanto, o senhor deputado saberá melhor do que eu, mas pronto, se não for o projeto de revisão é o ponto de situação, mas é uma linha aberta para a apresentação de acordo com aquilo que foi feito, de acordo com aquilo que foi feito no executivo municipal. Agora, eu não vou discutir tecnicamente o que é que nos vai ser apresentado. Vai ser apresentado aquilo que o executivo entender do ponto de vista técnico relativamente ao PDM. Se é o ponto da situação, se são as linhas estratégicas, se é as linhas orientadoras, o executivo municipal terá toda a liberdade de fazer a apresentação. Essa data foi-nos já apresentada, e eu tenho que fechar essa data, tinha uma data fechada esta tarde, terei que fechar amanhã, porque surgiu aí uma outra informação e, portanto, eu no final desta reunião falarei com o senhor Vice-Presidente em relação à questão do PDM, em relação à questão do PDM. Em relação à continuação desta reunião, respondendo ao senhor deputado Natalino Alves, amanhã às nove horas cá estaremos se deus quiser. Dia 30, senhor deputado municipal, o senhor deputado municipal é um espetáculo. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, o que temos para apresentar do PDM, é da primeira reunião que vai existir na CCDR que tem que ser até 30 de maio e, portanto, é aquilo que vamos ter para apresentar. A primeira reunião que vai existir na CCDR sobre o PDM é até 30 de maio. -----

----- Não havendo mais intervenções e esgotado o tempo regimental previsto para esta sessão, quando eram zero horas e vinte e quatro minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 1ª reunião desta 2ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e quatro, realizada no dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e quatro, e desde logo ficou agendada a continuação dos trabalhos para o dia trinta de abril, no mesmo horário e local.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----2ª Reunião da 2ª Sessão Ordinária de 2024 – 1º Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 30 de abril de 2024-----

-----Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a Presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, e **Sheila Gassin Tomé**, respetivamente Primeiro e segunda Secretários da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Cristiano Malha Gregório	Partido Socialista
José Luís Mateus Barbudo	Partido Socialista
Alzira Maria Maças Calha	Partido Socialista
Dário José Pereira dos Reis	Partido Socialista
Maria da Luz Cabeça Garrancho Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Francisco Manuel Vicente Correia Tesoureiro do Executivo da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Raquel Gonçalves Bernardino	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata
Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Rodrigo Jorge Tomé Jeremias	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido	PAN

----- Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOMES DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
CHEGA	Luís Filipe Custódio	1 ano	02/06/2023 A 02/06/2024	Patricia Alexandra G. Ferro
CHEGA	Patricia Alexandra G. Ferro	1 dia	30/04/2024	Jorge Daniel Alves de Melo
CHEGA	Jorge Daniel Alves de Melo	1 Dia	30/04/2024	Rodrigo Jorge Tomé Jeremias
BE	Marco Paulo Pereira	1 dia	30/04/2024	Marilu Veiga Correia Santana
PS	Pedro Jorge Marques Moreira	1 dia	30/04/2024	José Luís Mateus Barbudo
PS	Joaquim Paulino Duarte	1 dia	30/04/2024	Alzira Maria Maças Calha
PS	Andreia Filipa de Sousa	1 dia	30/04/2024	João Pedro Marreiros Rosa
PS	João Pedro Marreiros Rosa	1 dia	30/04/2024	Paulo Jorge Riscado
PS	Paulo Jorge Riscado	1 dia	30/04/2024	Maria de Lurdes Montêz Reis
PS	Maria de Lurdes Montêz Reis	1 dia	30/04/2024	António Alves Alferes Pereira
PS	António Alves Alferes Pereira	1 dia	30/04/2024	Dário José Pereira dos Reis



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PSD	Carlos Gouveia Martins	1 dia	30/04/2024	Ricardo Jorge da Silva Viana
PSD	Américo da Conceição Mateus	1 dia	30/04/2024	Bruno Miguel Candeias
PAN	Daniela Marlene Duarte	1 dia	30/04/2024	Ricardo Nuno Cândido

-----Apresentaram pedido de representação, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, o seguinte membro: -----

Força política	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Ivo Miguel Inácio Carvalho	1 dia	30/04/2024	Francisco Manuel Vicente Correia

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista
João Vasco da Glória Rosado Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA

-----Por Parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não estiverem presentes: -----

Isilda Vargues Gomes	Presidente – Partido Socialista
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador – Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Quando eram vinte e uma horas e oito minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **2ª reunião da 2ª Sessão Ordinária de 2024**, referindo que cumpre-lhe anunciar na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal que a Exma. Dra. Isilda Gomes, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Portimão, lhe comunicou



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



por escrito a suspensão do exercício das suas funções, como consequência da sua candidatura integrada na lista do Partido Socialista ao parlamento europeu. -----

----- «O Exmo. Senhor Vice-Presidente Álvaro Bila, pelo facto de ser o cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Socialista, que foi candidata à Câmara Municipal de Portimão nas últimas eleições autárquicas, passa a exercer as funções de Presidente da Câmara Municipal de Portimão durante a suspensão do mandato até 9 de junho». -----

----- A decisão da Exma. Dra. Isilda Gomes, prende-se com o facto de estar prestes a iniciar a campanha para as eleições europeias, integrando a lista como número sete apresentada pelo Partido Socialista. As eleições para o parlamento europeu, como é do conhecimento público estão marcadas para o próximo dia 9 de junho, desejo as maiores felicidades a ambos no período que se segue e um especial cumprimento ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Portimão, senhor Álvaro Bila. Os meus cumprimentos, as minhas maiores felicidades no período que se segue. Em seguida cumprimentou todos os presentes. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a interpelação à mesa era para que vossa excelência informasse à Assembleia e esclarecesse à Assembleia a que horas e quando é que entrou o pedido de suspensão do mandato da senhora Presidente de Câmara Isilda Gomes, e a quem é que foi dirigido esse pedido de suspensão, se foi à Assembleia Municipal, se foi à Câmara, porque acho que era fundamental que a Assembleia Municipal fosse informada desses dois factos e depois após essa informação, gostaria também de ter a oportunidade para fazer uma intervenção sobre esse facto. Era isso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que agradece a questão que foi colocada e, portanto, ela recebeu, aliás conforme já teve a oportunidade de anunciar, recebeu a comunicação da senhora doutora Isilda Gomes, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Portimão, por escrito, quer através de via eletrónica, quer por entrega em mão no gabinete da Assembleia Municipal e, portanto, passa a ler. «Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Portimão Dra. Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica. Assunto, suspensão de funções. -----

----- Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, serve o presente para dar conhecimento a vossa excelência que por força da minha candidatura ao parlamento europeu, suspendo funções no período de 29 de abril a 9 de junho do corrente ano, sendo substituída pelo senhor Vice-Presidente vereador Álvaro Miguel Bila. Com os meus melhores cumprimentos, a Presidente», assinado e com a data de Portimão, 29 de abril de 2024. -----

----- Eu tomei conhecimento hoje ao final da manhã através do meu telemóvel, eu estive hoje em duas assembleias também, não municipais, mas assembleias... não, mas vou-lhe dizer porquê. Portanto, recebi via telemóvel, portanto remetido o pedido digitalizado no meu telemóvel, depois reencaminhei ao final da manhã, penso que por volta das treze horas, treze e dois, treze e três minutos e depois assim que tive oportunidade reencaminhei para o gabinete da Assembleia. Isto para vos dizer e para esclarecer esta Câmara, que depois



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



tive a oportunidade de remeter de imediato para os serviços da Assembleia Municipal através do meu telemóvel o pedido digitalizado e sei que também foi entregue em mão no gabinete da Assembleia que posteriormente assim que recebeu também me deu conhecimento do original que tinha sido dado entrada nos serviços da Assembleia. Portanto, foi dirigido a mim enquanto Presidente da Assembleia por escrito e, portanto, tomei conhecimento digamos assim pelas duas vias. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, agradeço a explicação tão detalhada que incluiu a sua agenda de hoje, que era desnecessário, mas eu fiquei sem perceber senhora Presidente, se calhar por distração minha com certeza, a que horas é que entrou essa mensagem dirigida à Assembleia por parte da senhora Presidente de Câmara, porque a senhora disse que a mensagem é datada de 29 de abril de 2024, foi ontem, e a questão que eu coloquei na primeira intervenção que fiz foi muito clara. Eu perguntei a que horas é que foi dado conhecimento e a quem, a que órgão, do pedido de suspensão do mandato. Portanto, eu gostava que a senhora informasse de uma forma clara e objetiva à Assembleia, presumindo que foi por correio eletrónico que veio o pedido de suspensão de mandato porque não terá sido por correio registado com aviso de receção, não é, presumo eu, tendo sido por correio eletrónico quase de certeza absoluta, portanto deve ter uma hora de envio, presumo eu e, portanto, eu gostava que fosse dada essa informação clara e simples. Era a que horas é que foi rececionado o e-mail, a mensagem de correio eletrónico com a comunicação da senhora Presidente Isilda Gomes, pedindo a suspensão do mandato, é tão somente isto, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que queria só responder porque já respondeu. O senhor deputado começou por dizer, salvo distração minha. E estava distraído porque eu já expliquei isso. Disse, disse, treze horas, dois ou três minutos, treze horas e dois minutos, três minutos. Portanto, é isso que eu tenho registado no meu telemóvel. Hoje, ao final da manhã, por volta das treze horas, recebi. Foi isso que eu disse claramente. Vamos lá ver, eu não disse que recebi ontem, 29 de abril, eu disse que recebi hoje ao final da manhã por volta das treze horas, logo que tive acesso aos dados, porque foi através dos dados que eu tive acesso e por isso eu expliquei claramente quando é que recebi. Recebi por via eletrónica, eu não disse nem por mail, nem por nada, eu disse por via eletrónica e recebi depois através dos serviços da Assembleia Municipal que estão obviamente no seu horário normal, recebi o original que foi entregue em mão. Eu não recebi em mão, eu própria, eu recebi via eletrónica. A comunicação que me foi feita, eu reencaminhei por mail para os serviços da Assembleia Municipal e, portanto, foi essa a situação e a carta está datada de 29 de abril e eu passarei depois a distribuir aos senhores membros, aliás, dou já instruções para tirar uma cópia e distribuir a todos os membros e inclusivamente obviamente ao senhor Presidente da Câmara Municipal e aos senhores vereadores. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, nós além da carta, portanto com o pedido



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de suspensão do mandato... senhora Presidente, eu tinha pedido a palavra também para fazer uma intervenção depois dos esclarecimentos, mas tudo bem. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, indo direto ao assunto, nós de facto não temos como tão exasperantes essas necessidades efetivas de resposta a aspetos de ordem formal, quanto as questões de ordem substantiva. Nós estamos absolutamente certos e seguros de que quer a bancada do Partido Socialista, quer as bancadas da oposição estarão absolutamente orgulhosas, já que por elas passa de facto um bairrismo tão afincado, estarão certamente orgulhosas desta situação, desta circunstância que conduz exatamente à ausência da senhora Ex Presidente da Assembleia Municipal, no caso será a senhora Presidente da Câmara, pelos motivos que estão efetivamente aqui em pauta, que são a sua candidatura a um parlamento europeu. Penso que todos, mas todos sem exceção independentemente da coloração política deste hemiciclo, que nos deveríamos sentir efetivamente orgulhosos dessa circunstância. Portanto, aqui na ausência da pessoa em causa, o desejo de que de facto possa singrar, no sentido de vir a ser incluída, incorporada numa votação que sugira que figure no parlamento europeu.

----- Simultaneamente com esta circunstância e estas é que me parece que são questões substantivas, aproveitamos também para desejar, para augurar ao senhor Presidente da Câmara, não vou tecer considerações de forma elogiosa porque acabou justamente agora de encetar o seu mandato nessa condição, embora em condição anterior já se tenha revelado um trabalhador afincado, alguém desejoso de ampliar significativamente o bem-estar da sua terra, mas desejar-lhe obviamente que possa ter um bom percurso político, significando com isso dar de si o melhor a esta cidade e, portanto, são as circunstâncias substantivas que determinam estas observações que têm levantado alguma contundência acerca de pormenores que me parecem absolutamente irrisórios no que respeita ao dia, à hora, ao minuto em que estas decisões foram conhecidas, mas dou também de barato senhora Presidente da Assembleia, daí a confusão de há pouco, quanto à fidelidade do seu discurso, a fidelidade, isto é, o rigor e até a excessiva justificação da hora, do dia, etc. e se estava bem-disposta ou maldisposta. A esse propósito quero dizer, também quero felicitá-la pelo facto de ser tão aberta, tão transparente e tão disponível. Da parte do PS, encerramos aqui, enfim, esta constatação de que hoje deverá ser para todos nós um dia de consagração de facto ao desejo de um êxito político, porque é esta região que também está em causa e dificilmente nós tivemos uma experiência anterior de um deputado de Portimão ao parlamento europeu e com isto me fico, pensando ter traduzido pelo menos ao nível da minha bancada um sentido muito especial. Muito obrigado, senhora Presidente, peço desculpa, enfim, pelo exagero das minhas palavras. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, agradeço a sua intervenção e realmente ainda agora quando referiu a ex Presidente da Assembleia Municipal, a Dra. Isilda Gomes exerceu as funções de Presidente da Assembleia Municipal para lá de outras que também são conhecidas de governadora civil, mas eu fiz parte da Assembleia Municipal enquanto vereadora no período em que exerceu essas funções como Presidente da Assembleia Municipal. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu dispensava este orgulho hétero imposto, o senhor deputado Figueiredo Santos quis aqui impingir à restante Assembleia, mas, ao mesmo tempo, agradeço, agradeço a intervenção, e queria dizer que, senhor deputado Figueiredo Santos, que não sinto orgulho nenhum. Antes pelo contrário, sinto um bocadinho de vergonha alheia pela forma como este processo foi conduzido. E as questões formais não são de somenos importância, as questões formais numa democracia como o senhor deputado Figueiredo Santos saberá, penso eu que saberá e acredito que saiba, as questões formais não são de somenos importância, têm toda a relevância e há questões substantivas também. E quanto às questões formais, começámos a falar delas ontem, e ontem era claríssimo para quem quisesse ver, até para quem tem miopia como eu era fácil ver que o procedimento foi todo mal feito desde o início, porque a lista do PS foi entregue ontem no tribunal constitucional e aquilo que a senhora doutora Isilda Gomes tinha que fazer, tinha obrigação ética de fazer era, se queria ser candidata na lista do PS ao parlamento europeu tem toda a legitimidade para isso, era previamente à entrega dessa lista fazer chegar o pedido de suspensão de mandato. Era tão somente isto, e o assunto morria aqui, em relação à questão da forma, o assunto morria aqui. Era aquilo que a ética republicana que o PS que reclama guardião e herdeiro na democracia portuguesa, era aquilo que a ética republicana impunha. Parece que algumas pessoas às vezes se esquecem da ética republicana, especialmente nessas alturas, são surtos de amnésia circunstanciais e circunscritos a alguns períodos que nós conseguimos identificar como é evidente. E depois há a questão substantiva senhor deputado, há a questão substantiva, a questão da forma já é suficientemente lamentável e grave para merecer um reparo e uma crítica. E depois há a questão substantiva. A questão substantiva é muito simplesmente esta, a senhora Presidente de Câmara foi eleita pelos portimonenses para ser Presidente de Câmara, não foi para abandonar o cargo para o qual foi eleita legitimamente em 2021 para ser candidata ao parlamento europeu ou o que quer que seja. Mais, não foi para suspender o cargo para o qual foi eleita e aguardar serenamente pelo dia 9 de junho a ver se consegue ser eleita para o parlamento europeu, porque se eventualmente os eleitores portugueses não derem esse mandato à Dra. Isilda Gomes, fica aqui uma pergunta aqui para quem quiser responder. O que é que acontece a seguir? -----

----- A senhora Presidente de Câmara volta à base e reassume o mandato como se nada tivesse acontecido? É isto que vai acontecer? É porque, enfim, dado o lugar pelo menos a olhar para as sondagens que têm saído, dado o lugar que a senhora ocupa na lista, pelo menos é uma possibilidade de não ser eleita, não sei se vai ser ou não, ninguém sabe, só deus saberá, para quem acredita em deus, eu acredito, só deus saberá e os eleitores, já agora no silêncio da urna da cabine de voto, mas se não for eleita, imaginemos só este cenário. Se não for eleita por acidente e por vontade popular o que é que vai acontecer? Vamos receber de braços abertos a Dra. Isilda Gomes como se nada tivesse acontecido e como se isto fosse uma coisa normal, quer dizer, alguém que está no exercício do seu mandato legitimamente diz assim, «bom, eu agora vou ali ser candidata, enfim, a um cargo sem grande importância e também mal pago, não é, e com poucas regalias, que é ser deputada europeia e depois vou ver se dá. Se for eleita, excelente, lá vou eu para Bruxelas. Se não



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



for, asar dos asares, não é, eu volto aqui à base». Ó senhor deputado, isto é a perversão daquilo que deve ser a política e a ética na política, e isto é o melhor serviço que os senhores prestam, os senhores do Partido Socialista, é o melhor serviço que os senhores prestam para o crescimento dos populismos, dos radicalismos que verberam a torto e a direito os políticos que só pensam nos privilégios, nos tachos e nas pré-vendas. É o melhor serviço que os senhores podiam prestar a esses radicais que medram por essa sociedade fora e, portanto, se os radicais precisassem de alento, a senhora doutora Isilda Gomes, com esta forma e esta substância neste procedimento, fez um grande favor. Era só isto que eu tinha para dizer, eu como democrata que sou, senhora Presidente, confio nos eleitores, sempre, até quando os eleitores não me dão razão e, portanto, se deus quiser no dia 9 de junho estaremos cá para aceitar seja ele qual for o juízo dos eleitores. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que é lamentável que a senhora Presidente só lhe tenha dado a palavra depois dela ter intervindo e chamar a atenção à senhora Presidente. A ordem de trabalhos nesta Assembleia tem regras, não é quando a senhora Presidente considera que eu deva intervir ou não. -----

----- Senhora Presidente, já agora, no seguimento, fala-se aqui em subjetividade de muitas coisas e eu não percebo qual é o problema de um exercício responder a um exercício efetivo do direito de informação que nós temos, e o direito de informação não é subjetivo, é muito objetivo. Eu tenho aqui uma carta, por acaso eu até estava a relevar isto que eu acho que isto não é assunto, mas perante as vossas atitudes e as vossas intervenções, não me resta dizer o seguinte. Eu tenho aqui uma carta, colocaram-me aqui uma carta de Portimão a 29 de abril de 2024, a suspensão das funções da senhora Presidente da Câmara Municipal. A Dra. Isabel, Presidente da Assembleia Municipal, acabou de informar que recebeu esta carta hoje, hoje às treze horas. Agora, pergunto qual é a justificação de receber uma carta hoje dia 30 de abril às treze horas e esta carta que foi colocada na minha secretária por si, por livre iniciativa da senhora Presidente, tem dia 29 de abril de 2024. Isto há qualquer coisa que não bate certo, mas isto é muito fácil, senhora Presidente da Assembleia Municipal, e a senhora Presidente da Assembleia Municipal acabava já com esta controvérsia, nomeadamente se recebeu um correio eletrónico e o correio eletrónico tem uma data, é, em vez de estar a circular esta carta, é facultar a todos os deputados municipais o correio eletrónico, porque o correio eletrónico não engana, o correio eletrónico até às vezes pode enganar, mas tem a data do envio, ou a data de receção, é *tudo* pura e simplesmente muito fácil, senhora Presidente da Assembleia Municipal. Portanto, eu agradecia que a senhora Presidente da Assembleia Municipal exibisse a todos os deputados, uma vez que isto aumentou mais do que este tema, que não é tema e a senhora também contribuiu, a senhora Presidente também contribuiu para isto e contribui para muitas intervenções que não devia contribuir, é uma perda de tempo, então, eu convido a senhora Presidente da Assembleia Municipal mostrar a todos os deputados o correio eletrónico que recebeu, é muito fácil e acabamos a controvérsia. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, para dizer que queria só aproveitar este preâmbulo para felicitar o senhor Presidente Álvaro Bila pelas suas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



funções e desejar-lhe muitas felicidades e que Portimão e os portimonenses possam ser melhor servidos do que até então. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, hoje é de facto um dia especial, um dia que mostra à sociedade que nós não sentimos, porque pensamos uma sociedade de iguais, nós não sentimos orfandade política. Nós sabemos muito bem autodeterminarmo-nos e não rolamos as nossas cabeças atrás de líderes, sejam eles mais ou menos carismáticos. -----

----- Um dos aspetos respeita essa orfandade política, um outro tem a ver com o facto justamente das minhas palavras incidirem no facto de Portimão sentir-se mais feliz com a circunstância de não nos sentirmos identificados com a pauta das acusações da falta de ética republicana. De facto, assiste à senhora Presidente de Câmara a faculdade de se fazer substituir nas reuniões deste órgão, assim como nos assiste a nós também o dever de não menosprezar nem amesquinhar as figuras seguintes, nomeadamente a figura do seu Vice-Presidente, daí que eu não tenha proferido as minhas palavras senão num encontro de contas entre ambos. Não há falhas de ética na exata medida em que a senhora Presidente sempre justificou as suas faltas, podemos nós aceitar ou não a natureza dessa justificação. Agora, no que se trata efetivamente do aqui e do agora, a justificação é de todo em todo plausível, não se percebe a natureza desta polémica, deste pulemos que se quer inaugurar. Portanto, a questão das falhas de ética parecem-me perfeitamente desarrazoadas, até pela circunstância de que há uma pessoa integrada numa lista para o parlamento europeu que depende obviamente da aceitação do tribunal constitucional. -----

----- Estas questões são factuais a nosso ver, são compreensíveis, são razoáveis, por saber que uma pessoa nestas circunstâncias deverá realmente estar sediada por um mundo de problemas, por alterações significativas na sua vida e isto usar de um pouco de empatia seja com quem for, não nos fica nada mal, já que somos políticos, mas aquilo que é menos aceitável é justamente, enfim, a parte discursiva do senhor deputado João Caetano, com o devido respeito, relativamente a estas projeções de um futurismo político que está a fazer. Nós não fazemos futurismo político e agora quando a senhora Presidente se não ficar se vem, se não vem, ó senhor deputado, isso interessará à cidade? Naturalmente que sim, mas numa fase posterior. Eu não ponho em causa a legitimidade, não deixo é de dizer que o senhor está a fazer indevidamente futurismo político, pronto. Portanto, e com isto obviamente fecho as observações que entendia que efetivamente eram as mínimas que se deveriam fazer e com todo o respeito pelas suas preocupações, pelas suas causas, mas retirando efetivamente esse odor pouco abonatório da falta de ética, da Presidente de Câmara, da ex Presidente de Câmara, neste caso, até pela circunstância de que a senhora não está presente para se defender. Isso é o mínimo desejável que se pode fazer. Não, são opções, pois eu não faria isso, não seria capaz de atacar alguém na sua ausência, não e, portanto, menos aceitaria e menos aceito e suponho que a bancada me acompanha nesse sentido, que a senhora Presidente esteja de facto aqui a incorrer em falta de ética republicana. Disse, senhora Presidente, não voltarei a este assunto, dou o assunto por encerrado, independentemente das adversidades argumentativas que possam surgir. Muito obrigado. ----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que queria reiterar aquilo que já tinha pedido. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, então se é para reiterar, já reiterou, nós já todos compreendemos. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, não, não, vou reiterar agora, se me permitir, mas são vinte segundos. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não, eu peço desculpa, nós temos que terminar, temos que terminar. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhora Presidente, são vinte segundos. Era importante que a senhora Presidente pedisse aos serviços que fizessem a gentileza, tirar uma fotocópia do e-mail da mensagem de correio eletrónico através do qual foi enviado este requerimento e que fosse facultada essa fotocópia hoje ainda durante aqui a sessão aos membros desta Assembleia. Era somente isso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor deputado da Assembleia Municipal João Caetano, eu fui muito clara e muito transparente no início da minha intervenção e expliquei... eu posso fazer a minha intervenção? Agradecia. Eu tenho toda a calma e toda a tranquilidade e quem me conhece e já me conhecem há muitos anos no exercício de diversas funções, Presidente de Junta, vereadora, Presidente da Assembleia Municipal, deputada à Assembleia da República e acima de tudo como advogada no exercício da minha profissão. Portanto, sempre tive a máxima lealdade, quer com os colegas advogados, quer com colegas no exercício das funções que tive, autarcas e, portanto, sempre usei da máxima lealdade e transparência no exercício das minhas competências e das minhas funções e orgulho-me disso e, portanto, foi com essa lealdade e essa transparência que fiz a intervenção no início e que expliquei detalhadamente, aliás fui acusada até de excesso de algum detalhe e, portanto, que ninguém ponha em causa aquilo que foi a minha palavra, aquilo que é a minha palavra e aquilo que é as declarações que estão gravadas. Como também que ninguém ponha em causa aquilo que foi e que eu transmiti relativamente aos serviços da Assembleia Municipal. O que eu disse e volto a reiterar, recebi no meu telemóvel, e eu tive hoje duas assembleias que estiveram presentes uma notária que pode atestar onde é que eu estive o dia todo desde as onze da manhã, onze e meia até agora às sete e meia e, portanto, posso atestar isso, podem atestar isso, há atas, pronto, e em função disso o que eu referi e referi de uma forma muito expressa e muito clara, recebi no meu telemóvel através de comunicação eletrónica, o documento da senhora Presidente no exercício das suas competências de Presidente da Câmara Municipal de Portimão, o pedido de suspensão de funções. Foi no exercício dessas competências que me comunicou a suspensão das funções. Eu de imediato, reencaminhei para o e-mail da Assembleia Municipal esse documento. Também da



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mesma forma tinha sido entregue em mão na Assembleia Municipal esse documento que também me foi dado conhecimento a mim e, portanto, esse documento está datado de 29 de abril, cuja cópia do original eu mandei transcrever, não vou mandar transcrever mais nada agora, vamos prosseguir os trabalhos, não recebi por correio eletrónico, nunca disse isso, o senhor deputado está a pedir uma coisa que eu nunca referi. Eu referi através de dados, recebi a carta através de dados. Agora, o senhor pode retirar a forma como eu recebi essa comunicação e, portanto, senhor deputado, eu só quero que me diga uma coisa. Qual é a norma legal sob a qual a senhora Presidente da Câmara Municipal Dra. Isilda Gomes, falhou na comunicação. Eu só quero saber isso, porque eu ainda não percebi onde é que está a questão, eu não percebi qual é a questão. Há uma carta de 29 de abril, há uma comunicação à senhora Presidente da Assembleia Municipal no exercício das funções, que sou eu, Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica, que recebi hoje. Os serviços da Assembleia Municipal receberam hoje, não têm conhecimento que a senhora Presidente da Câmara Municipal de Portimão entrou ontem e hoje, tenha exercido ou tenha comparecido nesta Câmara Municipal, uma vez que ontem conforme foi transmitido e informado a esta Câmara, não estava aqui porque estava no exercício das suas funções o senhor Vice-Presidente e fazia-se substituir pelo senhor Vice-Presidente Álvaro Bila e, portanto, é essa a comunicação que temos, é esse o processo que foi feito, portanto para mim parece-me absolutamente legal e correto e, portanto, que eu saiba não infringi qualquer norma legal. Pode-se concordar, os juristas terão uma posição, os arquitetos terão outra posição, os médicos terão outra posição. Agora, a formalidade foi esta, não há nada a dizer sobre a formalidade, é esta. Quem entender que a formalidade legal não foi cumprida que diga e que expresse aqui taxativamente qual foi a norma legal o incumprimento do ponto de vista material que a senhora Presidente da Câmara Municipal não cumpriu ou entrou em incumprimento relativamente a essa norma legal. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, então mas a Sul Informação, o jornal teve conhecimento mais cedo que nós? Eu não percebo, então já saiu nos meios de comunicação social. Ó senhora Presidente, a senhora Presidente falou num correio, recebi por correio, mas que tipo de correio é que a senhora recebeu? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, eu não recebi pelo correio, eu nunca disse que recebi pelo correio. Eu não recebi pelo correio. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, pombo correio? Os pombos correio geralmente, isso era antigamente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não, não falei de e-mail e não falei, eu recebi por via eletrónica, disse isso já três vezes. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, então pronto, ó senhora Presidente, mas qual é o problema se recebeu via eletrónica, tem o comprovativo da data e da hora da via eletrónica, portanto basta transcrever, portanto eu não percebo porque é que é esta necessidade de estar a comunicar, a apresentar uma carta, eu sinceramente...-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhora Presidente, eu queria antes de mais que ficasse aqui bem claro o seguinte. Eu quando pedi ainda agora na intervenção anterior que fosse facultado a todos os membros desta Assembleia um documento comprovativo da hora em que esta mensagem foi enviada, seja de que forma for, não estava a pôr em causa a sua palavra nem a veracidade da informação que a senhora tinha prestado à Assembleia, vamos lá a ver se nos entendemos. Já nos conhecemos há anos suficientes penso eu, já nos conhecemos os dois há anos suficientes aqui dentro e fora daqui, até noutras sedes, digamos assim para a senhora fazer uma justiça de quando eu pedi aquilo que pedi ainda agora, não estar sequer a imaginar que a senhora estaria a faltar à verdade, ou estaria a esconder algum dado à Assembleia. Vamos lá a ver se nos entendemos e eu quero que isso fique aqui bem claro. - -

----- Aquilo que eu fiz foi uma coisa muito simples, foi exercer um direito que é, um direito de qualquer membro desta Assembleia, que é ter a informação completa sobre este procedimento todo. A senhora e bem fez chegar a cada um dos membros uma cópia do requerimento da senhora Presidente de Câmara, muito bem, como o requerimento não chegou cá por osmose invertida nem através da cegonha, nem de correio registado com aviso de receção, a senhora disse que foi por via eletrónica, via eletrónica poderá ser e-mail, poderá ser transferência de dados, poderá ser WhatsApp, poderá ser, enfim, uma outra forma qualquer e normalmente a transferência eletrónica consegue-se atribuir uma hora para a receção. Esse elemento para nós, pelo menos para nós aqui neste grupo. -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que já referiu a hora. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, não, a senhora referiu a hora a que teve conhecimento, não foi isso que eu perguntei. Eu perguntei a hora a que foi rececionado, não foi a hora a que a senhora teve conhecimento e nem é relevante senhora Presidente, eu peço imensa desculpa nem é relevante, aliás, é completamente irrelevante saber se a senhora esteve em duas assembleias com notários, com quem quer que fosse, não queremos saber da sua agenda pessoal e laboral, por amor de deus, nem sequer está em causa. A minha questão inicial foi tão somente esta, é tão simples, era saber a que horas é que foi rececionado este requerimento nos serviços, seja da Câmara, ou da Assembleia, ponto, isso aí é fácil de fazer prova disso sem pôr em causa a palavra de ninguém, sem pôr em causa a informação que foi dada, é um elemento adicional que nós aqui nesta bancada reputamos como importante, e temos todo o direito a pedi-lo à mesa, se necessário por escrito, senhora Presidente, se necessário por escrito. Portanto, a questão aqui...-----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhor deputado, já alguém disse que não lhe dava essa informação? -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, não, não, mas eu pedi. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, então pronto, então vamos lá ver se nos entendemos. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, a senhora está aqui a contornar aqui a questão, e está a dizer que estão a pôr em causa o seu nome e a sua palavra, por amor de deus, ninguém fez isso, ninguém fez isso, pedir aqui um dado que é relevante para nós não é pôr em causa a palavra de ninguém, era o que mais faltava. Portanto, a questão aqui é tão somente esta. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor deputado municipal, essa informação vai ser distribuída amanhã aos senhores deputados todos. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, amanhã eu volto a dizer é feriado, mas tudo bem, se a senhora entende que é amanhã... -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que então não é amanhã, é no dia a seguir, pronto, portanto, e, terão essa informação e, portanto, não há qualquer problema. O que eu disse, é que não seria distribuído agora, porque eu preciso que a dona Paula esteja disponível aqui e não esteja lá em cima a fazer cópias de e-mails e, portanto, mas nunca disse que não dava essa informação, eu não disse isso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu também não disse que a senhora disse que não dava. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ah! então pronto, vamos lá a ver se nós nos entendemos. Temos uma agenda para cumprir, a informação foi detalhada e, portanto, vamos continuar no exercício... peço desculpa, vamos lá iniciar o ponto da ordem de trabalhos. -----

----- Eu queria só referir o seguinte. Eu desejo e reitero, no início da minha intervenção, ao senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Bila, as maiores felicidades, facilidades não vai ser, mas felicidades no exercício do seu cargo de Presidente da Câmara Municipal dos seus vereadores, e pode contar com a Assembleia Municipal, da senhora Vice-Presidente e eu agora estou a ser, da senhora Vice-Presidente que eu não vi o despacho, mas que existe obviamente e, portanto, como não funciono como certos tribunais que funcionam através de recortes de jornais e, portanto, e eu tive o cuidado de distribuir a carta, terei o cuidado de distribuir o e-mail e, portanto, dizer-vos o seguinte. Ao senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Álvaro Bila, pode contar com esta Assembleia Municipal, pode contar com a mesa da Assembleia Municipal, pode contar com a senhora Presidente da Assembleia Municipal, para tudo aquilo que precisar no exercício das funções que eu sei que são muito exigentes e, portanto, poderá contar com esta Assembleia em tudo o que for necessário no decurso do próximo período que se avizinha até ao dia 9 de junho. E desejar também a máxima felicidade à senhora Presidente da Câmara Municipal que pediu a suspensão de funções, Dra. Isilda



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Gomes e esperar que a lista do PS tenha o melhor resultado possível, a exemplo das outras aqui o povo é quem mais ordena, há pouco tempo celebrámos o 25 de Abril e, portanto, a voz neste momento será dada ao povo e é o povo que tem a legitimidade para o fazer. Isto é a verdadeira ética republicana e, portanto, a ética republicana é o estado de direito, e o estado de direito está a funcionar e, portanto, é com isso que nós vivemos. -----

----- Senhora deputada Lurdes Melo, esqueci-me efetivamente, mas vossa excelência recordou-me e eu cumpro a minha palavra. A senhora deputada tinha ontem pedido a palavra para pôr uma questão relativamente à questão da habitação, se não me falha a memória, não foi sobre isso, mas foi nesse âmbito e, portanto, vamos dar a palavra muito rapidamente para pôr a questão que queria pôr. Faça favor. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que queria também em nome da CDU, desejar as maiores felicidades ao senhor Álvaro Bila pelo novo cargo que vai ocupar. E ontem faria a pergunta através da senhora Presidente precisamente para um esclarecimento, ontem como Vice-Presidente, hoje como Presidente, que era naquela questão quando se falou da segurança. Perante aquela intervenção, percebi que existia informação ou se calhar percebi mal, em concreto fornecida pelas entidades policiais do aumento da criminalidade na nossa cidade. Gostaria de saber se têm essa informação e se a tiver gostaria que nos enviasse por escrito essa informação da parte das entidades policiais. Posso ter entendido mal, era só esse esclarecimento. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que em primeiro lugar quer agradecer as palavras que lhe foram dirigidas pela senhora Presidente, pela senhora deputada Lurdes Melo, pelo senhor deputado Vítor Couto e pelo seu caro amigo Figueiredo Santos. -----

----- Quanto aos números, não temos, portanto o que temos tido é várias conversas com a PSP quanto à perceção que foi aquilo que já disse ontem de insegurança. E este é o trabalho que temos estado a fazer com a PSP, mas não temos números, que esses números não são transmitidos para a autarquia. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que só queria fazer uma questão sobre também a informação da senhora Presidente, que é uma coisa muito rápida. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, mas não tinha pedido a palavra ontem, peço desculpa. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que era deveras importante. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não, eu peço desculpa, se quiser depois de um âmbito da prestação de contas e meter por aí pelo meio sem nós repararmos não tem problema, mas esta era realmente uma falta minha, porque a senhora deputada tinha



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



pedido a palavra e eu encerrei os trabalhos sem lhe dar a palavra ontem e, portanto, hoje tinha que cumprir a minha palavra. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o ponto **4-a)** – Discussão e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Individuais, relativos ao exercício económico do ano de 2023 e proposta de aplicação de resultados, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº262/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, como é do conhecimento de vossas excelências, em 2023, a economia portuguesa registou um crescimento anual de dois ponto três, assentando-se sobretudo no aumento do consumo privado e no aumento do investimento, aumentando a indústria turística. -----

----- O turismo é o principal motor da economia regional que consolidou a sua recuperação e crescimento, ultrapassando pela primeira vez a marca de vinte milhões de turistas da região. E a nível municipal registou um aumento de quatro ponto sete por cento do número de dormidas, com reflexos claros para o nível da atividade económica do município. Não obstante, em 2023, marcou igualmente o aumento significativo dos preços com a inflação atingir a oito ponto nove por cento e consequente aumento das taxas de juro, o que se traduziu na degradação do poder de compra e no agravamento da situação socioeconómica dos portimonenses, sobretudo ao nível da habitação que obrigará a autarquia a assumir um papel mais interventivo na adoção de políticas médias a médias e a longo prazo que permitam mitigar as situações de emergência social. Neste contexto e por forma a dotar o município de uma maior e eficaz capacidade de resposta, promover a modernização e simplificação e inovação administrativa com foco principal no cidadão, foi implementado um novo canal de atendimento totalmente online, que permitirá os processos através de formulários mais fáceis, disponível no portal da autarquia onde se registaram novecentos e cinquenta utentes, sendo que destes, quatrocentos e dezasseis apresentaram formulários online para os serviços disponibilizados por esta via. -----

----- Em 2023, foram registados num total de cinquenta e um mil trezentos e setenta processos administrativos, que corresponderam a cerca de mil e oitocentos atendimentos presenciais. -----

----- A nível do capital humano, o município de Portimão contava a 31 de dezembro de 2023, com um total de novecentos e sessenta e sete colaboradores, sendo que destes, trezentos e sessenta e seis na categoria de pessoal não docente afeto às atividades do Ministério da Educação e quinhentos e noventa e cinco afetos às atividades do município. -----

----- No que concerne ao exercício financeiro de 2023 de Portimão, podemos hoje confirmar a consolidação das boas contas, da recuperação da autonomia financeira e do bom desempenho económico traduzido nos seguintes indicadores: -----

----- Eliminação do excesso de endividamento face ao limite de endividamento, registando-se um excedente de cerca de cinco milhões; -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Integração do saldo de execução orçamental de 2022 no valor de trinta e três milhões de euros no orçamento da receita e da despesa do ano 2023, assim como os projetos e as grandes opções do plano para o quinquénio 2023-2027; -----

----- Resultado líquido do exercício, trinta ponto um milhões de euros positivos, mais sete ponto três milhões de euros comprovativamente com o ano 2022; -----

----- A diminuição da rubrica de financiamentos obtidos a médio e longo prazo em nove ponto nove milhões de euros; -----

----- Saldo de execução orçamental em 2023 na ordem dos cinquenta e três ponto oito milhões de euros;

----- Fundos disponíveis de quarenta e quatro milhões de euros no final do exercício; -----

----- Prazo médio de pagamento somente de, e acordo com a metodologia e cálculo da DGAL, seis dias;

----- Inexistência de pagamentos em atraso e ainda o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental em cinquenta e um ponto cinco milhões de euros. -----

----- Para estes resultados e no que concerne às receitas, permitam-me destacar, uma excecional execução orçamental e as receitas totalizaram um valor de cento e vinte e quatro ponto cinco milhões de euros, com um acréscimo de vinte ponto dois milhões de euros, isto é, mais vinte e dois ponto quatro por cento do que o ano anterior. -----

----- As receitas correspondem e registam um aumento de onze ponto oito milhões de euros em vinte por cento fortemente impulsionadas pelo aumento da receita de IMT, mais dez milhões de euros, e o aumento da derrama na ordem do um ponto dois milhões de euros e do IMI que se cifrou em novecentos e nove mil euros. -----

----- As receitas de capital registaram um aumento de oito ponto quatro milhões de euros, justificando o acréscimo verificado nas rubricas com o saldo de gerência anterior de sete milhões de euros e a transferência de capital de cerca de um ponto cinco milhões de euros. -----

----- Por último, quanto às taxas, multas e outras penalidades, foram arrecadados dois ponto sete milhões de euros. -----

----- Relativamente à despesa, os resultados alcançados ascenderam nos seguintes indicadores: -----

----- Boa execução orçamental da despesa de sessenta e sete ponto sessenta e oito por cento; -----

----- Os cabimentos da despesa representam perto de oitenta e seis por cento do valor total do orçamento da despesa de 2023, cifrados em sessenta e quatro ponto cinco milhões de euros; -----

----- O montante de compromissos assumidos e não pagos foi de catorze milhões de euros, explicando-se sobretudo pelo atraso na conclusão dos procedimentos concursais e a execução de empreitadas e de obras públicas que estão hoje em curso; -----

----- A despesa paga em 2023 totalizou setenta ponto sete milhões de euros e uma redução de zero ponto oito, face ao valor do exercício anterior; -----

----- Aumento de despesa corrente no valor de cinco milhões de euros para um total de quarenta e nove milhões, representando um desvio de onze por cento relativamente ao exercício anterior e explicado



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sobretudo pelo aumento da despesa com o pessoal de dois ponto quatro milhões de euros decorrente do aumento das remunerações de bases e do subsídio de alimentação da função pública e pelo aumento de transferências das despesas correntes; -----

----- Despesa de capital inferior em cinco ponto cinco milhões de euros ao valor registado em 2022; -

----- Execução das GOP na ordem dos quarenta e seis milhões de euros, uma taxa de execução de sessenta ponto seis por cento, pese embora os condicionalismos orçamentais e a função com maior preponderância no total de despesa, foi as funções sociais que representaram um total de dezassete ponto dois milhões de euros, correspondendo aos serviços culturais e recreativos com oito milhões de euros, os serviços relacionados com a educação com quatro ponto dois milhões de euros e os serviços relacionados com a habitação de três ponto dois milhões de euros; -----

----- Por último, a segurança com a ação social, um ponto oito milhões de euros. Destaque sobretudo para as despesas de aquisição de bens de capital que totalizaram uma despesa do total de doze ponto oito milhões de euros, cerca de quarenta e quatro por cento do orçamento para 2023, valor que só foi possível devido aos resultados operacionais dos últimos exercícios. -----

----- Gostava de lembrar que o investimento anual previsto pelo PAM estava fixado em seis milhões de euros, o que permitiu a concretização de um novo paradigma da gestão municipal com a realização de um importante e diversificado conjunto de investimentos em obras públicas concluídas ou iniciadas em 2023. Início da empreitada da requalificação do parque da juventude, conclusão das intervenções de requalificação dos estabelecimentos escolares EB1 e o jardim de infância das Vendas e o jardim de infância do Fojo. Conclusão da empreitada de construção do skate parque de Portimão, início da empreitada de requalificação dos espaços circundantes à igreja matriz de Portimão, abertura da nova ligação rodoviária e requalificação urbanística do largo Primeiro de Dezembro e largo do Dique, requalificação e alargamento da rua das Sesmarias, execução da empreitada do parque da professora Paula Teixeira, aquisição e reabilitação da exposição da traineira Portugal Primeiro na zona ribeirinha, criação do futuro núcleo museológico da casa Manuel Teixeira Gomes, assim como do salva-vidas de Alvor, requalificação da lota de Alvor, início da empreitada de execução do jardim Gonçalo Ribeiro Teles proposto pelos alunos da escola Manuel Teixeira Gomes, o nome, conclusão da empreitada de construção da casa mortuária de Alvor e abertura do novo centro de recolha de animais de Portimão e sobretudo a aprovação da estratégia, da alteração da estratégia local de habitação, no sentido de adquirir cento e quarenta e dois fogos no mercado. -----

----- Podemos assim concluir que o exercício de 2023, em linha com os orçamentos que se precederam, foram pautados pela manutenção do equilíbrio e a consolidação de contas municipais e a sustentabilidade estrutural do equilíbrio e recuperação da autonomia financeira do aumento do investimento sem, no entanto, descurar as funções sociais tão importantes para os nossos concidadãos num contexto económico socialmente particularmente exigente. Com efeito da redução sustentada da dívida municipal, cinquenta milhões de euros em oito anos, bem como a antecipação dos pagamentos ora alcançados, permitiu finalmente desencadear os procedimentos para a rescisão do contrato do Programa de Ajustamento Municipal que em vigor desde 2016



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e o mais importante permitirá ao município num contexto económico e particularmente difícil para as famílias, derivado do aumento da inflação, o desagravamento da política fiscal do município. -----

----- Como tive a oportunidade de enunciar em dezembro passado por ocasião da apresentação do orçamento provisional para 2024, o excelente desempenho económico-financeiro permitiu já prever um exercício, um importante conjunto de medidas de investimentos, entre os quais passo a destacar: -----

----- - Medidas de desagravamento fiscal, nomeadamente, a nova redução do IMI, de antes estávamos obrigados a zero quarenta e cinco, passando para zero trinta e nove por cento, permitindo uma poupança total nestes anos para os munícipes de três ponto dois milhões de euros; -----

----- - Redução da taxa de IMI de imóvel destinado à habitação própria e permanente em funções do número de dependentes, representando uma poupança estimada de oitocentos mil euros; -----

----- - A aplicação da possibilidade de aumentar o período de isenção temporária de pagamento de IMI de três para cinco anos; -----

----- - Prorrogação do prazo em dois anos para a isenção de IMI dos prédios destinados à habitação própria com um valor patrimonial até cento e vinte e cinco mil euros; -----

----- - A participação variável em IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Portimão à taxa máxima hoje, cinco por cento e a taxa da derrama de um ponto cinco sobre o lucro tributável sujeito e não isento a impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas. -----

----- Medidas de cariz social: -----

- A manutenção dos programas de apoio ao arrendamento; -----

----- - Apoio à alimentação e à medicação e na rede de emergência social, tarifas sociais e o reforço às instituições do concelho na ordem de dois ponto cinco milhões de euros, um aumento de trinta e nove por cento comparativamente com o ano anterior. -----

----- Medidas no âmbito da educação: -----

----- - O reforço da oferta da rede escolar com a conclusão dos projetos de adaptação das instalações da antiga Escola de Hotelaria e Turismo, para o centro escolar das novas salas de creche, pré-escolar e primeiro ciclo; -----

----- - A nova creche pública em Vale Lagar; -----

----- - Requalificação e ampliação das escolas do primeiro ciclo de Chão das Donas, Alvor e Pedra Mourinha, bem como a escola Manuel Teixeira Gomes que já está terminado o projeto; -----

----- - Levantamento e elaboração de projetos de requalificação da fortaleza de Santa Catarina; -----

----- - Elaboração dos projetos de requalificação dos polidesportivos dos Montes de Alvor e do bairro do Sal e do pavilhão da Quinta do Amparo, onde o investimento já em 2024 ultrapassará os quatro milhões de euros; -----

----- - A criação de um centro de desportos náuticos que reforce a nossa ligação histórica e cultural com o mar e incremente a prática desportiva neste setor; -----

----- - Requalificação e valorização do espaço público; -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- A nova ligação à estrada nacional 125 da zona industrial Vale da Arrancada no valor de um milhão de euros; -----

----- O prolongamento da via V2 lançado o concurso para a obra em 2024; -----

----- Repavimentações nas três freguesias do município com o valor de um milhão de euros; -----

----- Requalificação dos arruamentos e urbanizações da Quinta do Pinheiro, obra orçada em um milhão de euros; -----

----- Requalificação da praça Tengarrinha na urbanização da Raminha e nas ruas Bento Jesus Caraças, Heróis da Restauração e ainda o largo António Pedro na Mexilhoeira Grande num investimento global de cerca de oitocentos mil euros; -----

----- Expansão do sistema de videovigilância ao centro da cidade e à zona ribeirinha. -----

----- Concluo, reafirmando uma vez mais o compromisso assumido com os portimonenses e a recuperação da equidade financeira institucional do município. Como fica bem expresso neste relatório de prestação de contas de 2023, verificou-se um aumento das receitas e um aumento significativo na redução dos serviços da dívida que permitirá libertar o município do Programa de Ajustamento Municipal e iniciar um novo paradigma de gestão preconizando um investimento de execução robusta dos processos fundamentais para o reforço e competitividade e a sustentabilidade no nosso concelho, sem honrar e comprometer as gerações vindouras. Muito obrigado a todos. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que aproveita também em nome da bancada para felicitar o senhor Presidente da Câmara, dando-lhe os parabéns em nome da sua bancada e desejando as melhores felicidades no exercício do resto do mandato que se adivinha. -----

----- Relativamente à certificação legal das contas e à prestação de contas individuais que aqui vêm, infelizmente a nossa bancada não vai poder acompanhar e votar favoravelmente este ponto e com o respaldo e com o conforto que nos dá o relatório do revisor oficial de contas que a junta a essa mesma documentação. Como o executivo não ignorará, o revisor oficial de contas faz aqui algumas reservas e apresenta também alguns ênfases. A nível das reservas, menciona antes de mais, os ativos do património histórico tangível que não estão valorizados ainda corretamente. Portanto, ao longo dos anos é uma questão que continua a subsistir, o inventário dos bens da Câmara não temos bem a noção do valor e isso de facto continua a ser uma reserva aqui para a certificação do ROC. -----

----- Outra reserva é no âmbito da delegação de competências. Na área da educação, houve transferência de ativos edifícios e equipamentos que também não estão avaliados nem quantificados e também a nível de transferência de competências, a nível da área portuária e marítima, há nomeadamente um contrato de concessão que também não está avaliado o seu valor de acordo com as normas contabilísticas. E relativamente aos ênfases, continuamos com a questão dos passivos contingentes das decisões judiciais de processos instaurados contra o município, há aqui contabilizado onze milhões seiscentos e setenta mil



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



seiscentos e noventa e cinco euros, que não saberemos se este montante será suficiente ou não em caso de caimento dos processos judiciais que foram instaurados contra o município e daí o ênfase que o ROC faz, e depois outro ênfase e este senhor Presidente é que me faz mais espécie e sinceramente acho que deve envergonhar o executivo, que é, a questão da empresa municipal Rio Adentro S.A., que não tem atividade nem presta contas desde 2012. Ora, estamos em 2024, passaram doze anos e não temos contas da Rio Adentro. Ninguém sabe, houve aqui uma aprovação da dissolução e liquidação em 30 de novembro de 2020, portanto há quase quatro anos e a decisão era de liquidação imediata. Ora, para uma liquidação que seria imediata, decorreram mais três anos e continuamos na mesma e nem contas temos, eu acho que de facto, eu não sei o que é que me vai responder a isto, mas eu acho que sinceramente não há justificação plausível para depois decorrido tanto tempo estarmos na mesma e sem contas da Rio Adentro. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que para analisarem a prestação de contas do exercício de 2023, há uma coisa que lhes salta logo à vista, que é a baixa taxa de execução. Nas GOP chegou ali aos sessenta por cento, mas se formos a olhar para o plano plurianual de investimentos nem sequer chegou aos quarenta e cinco por cento essa parte, e mesmo o plano de atividades municipais não ultrapassa os setenta por cento. Eu gostava de saber quais foram os constrangimentos sentidos pelo executivo para cumprir aquilo que afinal por sua iniciativa tinha programado para 2023 e porque é que não o fez e porquê estas baixas taxas de execução a nível orçamental. Igualmente, na parte do relatório da EMARP, vejo que há ali um plano de investimentos de cerca de oito milhões de euros e que só foram executados três milhões daqueles projetos, e eu perguntava se os oito milhões estavam projetados para serem cumpridos todos em 2023, ou se é, os projetos vão ser repartidos ao longo dos anos, que não conseguindo no documento perceber isso, eu gostava também de saber como é que está a execução desses projetos. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Motta**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que também dá os parabéns ao Presidente para este novo cargo e também à senhora Vice-Presidente, também este novo cargo, foi pena saber que era Vice-Presidente pela comunicação social. Eu começo logo pelo relatório de contas, não vou falar da mesma situação que falou a deputada do "Portimão Mais Feliz", não vou fazer as mesmas palavras, mas começo aqui também pelo relatório. Achei estranho este relatório nem sequer estar assinado e, ao mesmo tempo estar aqui com um *draft*, com uma marca de água por cima. Acho que ele devia de ter vindo assinado para nós vermos, acho que devia ter vindo assinado, mas pronto, o relatório final devia estar assinado e não vir com um *draft* como marca de água. -----

----- Também nos documentos da apresentação de contas da Expo Arade Estrutura, não está evidenciado também quem são os administradores, estão lá umas rúbricas que não se consegue perceber os nomes e não estão lá os nomes desses administradores. Também ficamos assim um bocado, não gostamos da apresentação destes documentos, deviam estar lá pelo menos os nomes dos administradores e também não se vê o fim à vista destas empresas, é sempre a mesma cassete, desde 2012 que estamos a dizer que nunca



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mais tivemos contas da Rio Adentro e também estas empresas nunca mais se vê o fim à vista do encerramento destas empresas. E então o Bloco de Esquerda considera que tem-se verificado uma evolução positiva no que concerne à situação financeira da Câmara Municipal, que reflete dos documentos apresentados sobre a prestação de contas do ano económico de 2023, tendo como evolução da receita o IMT. O executivo devia enveredar também por outro rumo no que concerne à amortização da dívida e a redução dos impostos municipais, sabemos que o esforço de oito anos amortizaram cinquenta milhões, mas tem fundos disponíveis de cinquenta milhões, e eu agora também gostava de saber onde é que estes cinquenta milhões vão ser alocados, mas também não podemos esquecer que temos uma dívida que ainda se encontra nos cem milhões. -----

----- O município encontra-se ainda a abrigo do Programa de Ajustamento Municipal o FAM, ao amortizar a dívida libertava-se do PAM e do FAM que poderiam proceder à redução dos impostos municipais, principalmente àqueles que ainda estão na taxa máxima, que é a participação variável do IRS e a isenção da derrama para as micro e pequenas empresas e médias empresas do concelho de Portimão, isto é, fazer com que a derrama seja só tributável a partir dos cem mil euros -----

----- Vimos também que aqui no caso da EMARP, terminou o ano económico com um resultado de exercício que ascendeu os dois ponto oito milhões de euros. Gostaria de saber se é este valor que a EMARP vai entregar à Câmara e se este dinheiro vai também para os fundos disponíveis, e também mais uma vez como já foi falado aqui o plano de execução de investimentos para a EMARP que foi de três milhões de euros que representou apenas trinta e sete por cento em oito milhões e também as GOP da Câmara que variou ali entre os sessenta, sessenta e cinco por cento. Achámos muito pouco para o que esta Câmara podia fazer com tanto dinheiro que tem na mão. Ah! mais uma coisa, desculpe, peço perdão, já agora acabo logo tudo. Pois são notórias muitas, o que é notório é isso mesmo, não fizeram essa execução, mas depois continuámos a ver por arranjar jardins ao abandono, passeios, passadeiras apagadas, falta gritante de habitação social ou de custos controlados, a degradação cada vez maior do parque habitacional, habitação não municipal e a falta de um parque industrial municipal com a constituição de direito de superfície sobre uma parcela ou lotes de terreno para atrair e manter empresas no concelho. Para já, fico-me por aqui. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que desejava parabenizar o senhor novo *new* Presidente de Câmara e dizer-lhe que a bancada do Partido Chega estará aqui sempre para o ajudar, facilitar e fluir a sua missão no bom e no melhor desempenho possível. -----

----- Ora passando agora à deliberação em causa, poderei fazer aqui uma pequena introdução que os meus colegas depois de bancada finalizam contabilisticamente. Ora, todas as rubricas de impostos municipais que os portimonenses pagam progressivamente mais impostos em detrimento dos melhores serviços públicos. A mediocridade graça nos horizontes dos munícipes. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- À imagem da gestão do governo da República, pagamos mais impostos para termos menos serviços públicos. Promover nova ordem socioeconómica de acordo com o modelo que promova maior justiça fiscal e alocação dos dinheiros públicos, eficientes em transparência e causa pública. -----

----- O exercício económico do município de Portimão alusivo ao ano de 2023, além de extenso, emaranhado e nada abrangente, deixa de contemplar alusões feitas pelo Partido Chega, tais como: -----

----- - Implementação da ISO 37001, norma anticorrupção sistema de gestão, na criação do Conselho Municipal Anti-suborno para a transferência e combate a corrupção; -----

----- - Na reabilitação das instalações da antiga adega cooperativa de Portimão e sua respetiva vitalidade, como, por exemplo, com a criação de um museu do vinho; -----

----- - Na loja de ação social para munícipes com carência económica e social; -----

----- - Na reabilitação das rotundas em Turbo. Rotundas para melhor escoar e delinear o trânsito e em prol da mobilidade cidadina, etc. -----

----- Nos últimos três anos, o Partido Chega sugeriu ao executivo o pagamento antecipado da dívida e a consequente diminuição dos impostos, IMI, derrama e devolução da participação de cinco por cento do IRS às famílias portimonenses. Estas medidas permitiriam às famílias portimonenses e agentes económicos melhores condições de vida e investimento através desse rendimento adquirido. -----

----- É de salientar e lamentar que o concelho de Portimão acarreta graves problemas de cariz socioeconómico e de desordem pública. Só dizer-se que os investimentos efetuados pelo executivo não foram totalmente direcionados aos setores mais gritantes e precários de civilidade municipal. E por agora fico-me por aqui. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, permitam-nos então que tenhamos algumas considerações acerca do relatório de gestão. Uma das considerações desde logo acerca do rigor do relatório financeiro ou da falta dele e não teremos problemas obviamente em abordar os aspetos em que o relatório é menos rigoroso, e o relatório é menos rigoroso justamente porque se associa ao campo das reservas da BDO. Reservas quanto aos ativos do património. Estes ativos do património, estamos a falar de património cultural e é sabido pelos economistas, pelos advogados, por uma série de especialistas que não é fácil trocar importâncias relativas a capitais simbólicos trocar por capitais económicos. Não é fácil avaliar um quadro, mas atenção este é um aspeto que mais tarde ou mais cedo se impõe, porque se um dia nós estivermos imagine-se que isso não aconteça, isto é um cenário absurdo, que há um furto de um quadro. Como é que a Câmara, o executivo camarário vai assegurar esse valor, não é, de restituição através de um seguro, por exemplo, mas não desconheçamos as dificuldades. -----

----- Quanto aos ativos que eu designo de contabilização em trânsito, nomeadamente o património resultante da descentralização de competências, etc. portanto, nós sabemos que esses processos a nível patrimonial são complexos e o estado é uma máquina burocrática pesada e consequentemente, portanto não podemos fazer incidir aqui uma culpabilização pelo facto deste património em curso não estar devidamente contabilizado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- A empresa Rio Adentro já veio aqui imensas vezes e nós já somos conhecedores por mais suficientemente conhecedores do que se passa, das dificuldades que exista, não é, em conseguir a deteção das pessoas e o encontro que seja, enfim, demolidor para a existência formal, não é substantiva para a existência formal desta empresa. -----

----- Há algumas considerações que se possam fazer à EMARP, nós temos que ter em vista que a EMARP é uma empresa municipal e consequentemente não vejo grandes dificuldades em podermos observar que os fluxos financeiros correm no mesmo leito seminal. -----

----- Quanto à dimensão económica do exercício em si, e isto porquê? Porquê passo à fase seguinte da análise. Passo à fase seguinte da análise porquê? Porque as reservas são um aspeto que não colide nem omite ou não faz com que a BDO omita o seu parecer, e o parecer da BDO é claro, que seja aprovado o relatório de gestão, as referidas demonstrações financeiras e orçamentais e os correspondentes anexos e demonstrações financeiras fundamentais para o órgão executivo relativos ao exercício de 2003, mas a este respeito gostaria também de abrir um parênteses, um parênteses para evidenciar aquilo que atendemos que é positivo por parte do Chega e que tem a ver com o facto de agregando a essa massa documental, nós encontramos sempre notas do vereador Pedro Xavier, esclarecendo a sua posição nesta matéria, possamos ou não nós concordar com elas, a verdade é que isso é feito ao passo que os outros partidos o não fazem. Portanto, temos que fazer justiça às pessoas, o céu a seu dono e isso é importante sobretudo para quem? Para um órgão fiscalizador como é o caso deste que tem justamente por missão fiscalizar a ação do executivo. Portanto, eu deixarei aqui esta nota de agrado relativamente a esse aspeto, portanto ao relato, ao conjunto argumentativo que transmite a natureza das posições nas sessões de Câmara. Portanto, estes são aspetos que a nosso ver merecem ser objeto de alguma apreciação séria. -----

----- Quanto ao exercício económico, o nosso Presidente oportunamente já teve a oportunidade de frisar e de fazer realçar o exercício positivo com um superavit de trinta milhões, mais receitas menos despesas, bem como o resultado positivo financeiro de vinte milhões de entradas e, portanto, saídas de dinheiro. -----

----- Quero dizer que há uma boa gestão do prazo médio de pagamentos e dos recebimentos, evitando assim mais custos financeiros com juros. Portanto, os juros que estão ínsitos a estas contas são os juros herdados, não são juros constantes de um exercício atual. E agora vamos ao aspeto político desta coisa, não é, porque para nós não há dúvidas quanto à seriedade, ao rigor deste documento, para nós não há dúvidas quanto à natureza do parecer dos especialistas, agora, há divergência, sim, na natureza das aplicações dos dinheiros e essa é uma constante que nos tem dividindo um pouco as propostas de liquidação da dívida. A nosso ver, as propostas de liquidação da dívida, eu não diria que são absurdas, mas são exageradas, no sentido em que se for tomado em consideração, elas deixariam de existir recursos dirigidos aos investimentos considerados prioritários e urgentes, como, por exemplo, imaginem os dirigidos à educação. Tanto quanto é do nosso conhecimento, só a escola Teixeira Gomes, ou só para a escola Teixeira Gomes irão vinte e cinco milhões. Então, nós temos de ter em consideração que efetivamente a Câmara não pode ficar espoliada da capacidade de manter níveis de investimento, ainda que níveis de investimento aceitáveis, razoáveis, que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



não ponham em causa obviamente o seu endividamento, endividamento excessivo, porque o endividamento existe, permanece, dirão por culpa do PS, exatamente, relativamente à qual culpa nós já fizemos aqui imensas vezes a nossa autocrítica, mas é uma autocrítica que nos surge aliviada pela consciência de que efetivamente estes rumos têm sido diferentes, têm sido rumos no sentido realmente de atingirmos o saneamento financeiro da autarquia. -----

----- Quanto aos impostos, é óbvio que quaisquer considerações que se façam acerca da natureza dos impostos que nem todos, enfim, tiveram aumento, houve alguns que, enfim, regrediram no seu montante. Quanto aos impostos é sabido que nós temos impostos condicionados naturalmente e impostos pelo FAM, não é, enfim, cuja negociação é sempre curta, digamos assim. -----

----- Há considerações também depois, considerações de natureza política acerca, por exemplo, da política feroz do controle de estacionamento e isto aqui não pode deixar de ser importante também à autarquia, porque é a autarquia que está efetivamente aqui num plano do sancionamento do cidadão. -----

----- Agora, coloca-se a questão. Há excessos, mas onde é que estão os excessos? São os nossos que justificam o quê, abusos de autoridade, sanções aplicadas indevidas? Bem, se assim for, há excessos e há que combater esses excessos. Caso não, dir-se-ia que o controle do estacionamento funciona a mobilidade e não o seu contrário. Portanto, nós temos que aceitar que o primado da mobilidade dos indivíduos foi ou radicou justamente no pagamento dos estacionamento, portanto como sendo uma fonte de receita dessas. -----

----- Como é que nós podemos e devemos compreender uma política cultural numa cidade turística? Isto porquê. Porque são feitas apreciações críticas que têm que ser aceitáveis. Podem não ser justificadas, mas o poder político não pode ficar cego, surdo e mudo relativamente a estes aspetos. Há quem ache excessiva a aposta, por exemplo, de oito milhões em animação sociocultural em eventos de ordem cultural que têm obviamente contaminação ou que pretendem ter contaminação turística. Agora, eu questiono, em que é que os senhores se baseiam para dizer que esta importância é excessiva? Vamos ver uma coisa. Os senhores dão-se ao cuidado de avaliar a natureza das despesas se não conhecem a natureza do retorno? Qual é o retorno que advém ao município dessas atividades culturais? Eu gostaria de ver um estudo vosso nesta matéria, para que a vossa justificação fosse absolutamente compreensível e racional, e estudos nesta matéria efetivamente que eu conheça não existem, já existiram no passado, já existiram no passado, mas quem o faz, faz com o propósito de que haja uma contaminação turística, portanto não faz por gostar de ver a rapaziada a dançar e a bailar o rock and rol. -----

----- Quanto à falta de habitação do património municipal e ao património nacional de venda, nós questionamos. A Causa, a falta de habitação pode ser atribuída ao município, isto é, tem dimensão municipal? Todos nós sabemos, só por deitante política isso é aceitável que não é um atributo a planificação da habitação por parte das autarquias, mas sim do governo central, daí que estas morosidades e implementação que só agora começa efetivamente a ter lugar. -----

----- No que diz respeito à falta de pessoal em diferentes áreas dos serviços políticos... acaso nós não teremos presente o decréscimo da força de trabalho a nível nacional e uma esfera significativa de áreas que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



a nível nacional carecem de pessoal, mas nós continuamos a brandir contra os imigrantes, eles não são suficientes, vamos dizer, é necessária uma política que confira uma articulação entre as necessidades do país e os perfis imigratórios? Sim, mas isso só é possível depois de ser uma avalanche mais normativa. -----

----- Eu penso termos brandido digamos os argumentos suficientes com alguma pretensão de rigor, com alguma racionalidade sem criar digamos quadros emocionais para que a política expetável possa brandir e dizer, «bom, e se estivesse aqui a comunicação social, queria ver como é que era». Não, isso, isso, é uma grande preocupação dos senhores, é a política espetáculo. Ora bem, na verdade, o que se passa aqui é que nós procuramos de uma forma razoável admitir que não há política que aborde a perfeição e isso só na cidade deus do santo Agostinho, mas isto para vos dizer que sem estas atenuantes que algumas questões até já podiam eventualmente estar elencadas no sentido de se terem iniciado, mas o executivo dirá, porque nós aqui estamos para fiscalizar também, ou seja, nomeadamente esta questão do património cultural e, enfim, da não avaliação até à data do mesmo que não impede que a BDO seja clara, precisa e concisa na matéria que diz respeito justamente à aprovação do relatório. -----

----- Nestas circunstâncias, tendo presente que do ponto de vista financeiro e do ponto de vista técnico, não vou discutir a natureza técnica deste relatório, conheço, conhecemos bem a capacidade técnica das pessoas que aqui estão ao serviço da autarquia. Tendo como cenário os aspetos negativos que respeitam às reservas e tendo em conta que, não obstante dessas reservas, elas não põem em causa de modo algum a credibilidade das contas, a credibilidade do relatório e, aliás, é atestado pelo parecer da BDO, o Partido Socialista irá votar favoravelmente este documento. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que já muito aqui foi dito e gostaria que se possível que o executivo confirmasse que existe, porque agora a bancada do PS novamente reforçou, a questão do relatório da BDO e a competência da BDO e tudo mais, o que reconheço também. Porém, questionar se existe um relatório que seja final e que esteja assinado para que possamos com base no mesmo, confirmar aquilo mesmo que foi apresentado anteriormente pela bancada do PS, não descurando obviamente todas as questões que já foram afloradas das reservas deste *draft*, deste rascunho de relatório.

----- Questionar o executivo quanto à estratégia para aplicação do excedente orçamental, já foi aflorado também os grandes projetos e também já foi falado no passado relativamente ao abatimento de dívida, mas algo mais específico quanto a isso e também dizer que este excedente orçamental que aqui se verifica resulta de esforços da população que nomeadamente através do IMT resulta da especulação imobiliária e também dos valores da derrama que resultam do esforço sobre as empresas que estão no nosso município e nesta medida que medidas e estratégias específicas tem o executivo para a devolução destes esforços sem ser estes grandes projetos. Estes grandes projetos obviamente que são também uma devolução, mas a realidade é que apesar destes investimentos de grande porte, ainda que gota a gota, os munícipes acabam por não sentir no seu dia-a-dia que os seus impostos que pagam e que resultam neste excedente orçamental têm reflexo na sua vida, nomeadamente na falta de habitação e de todas as condições que isso gera, na falta de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



segurança ou de insegurança que já aqui foi falado na sessão anterior, no acesso à saúde, também que se verificam grandes dificuldades e nas infraestruturas de todos os tipos, nomeadamente nas infraestruturas rodoviárias, que falámos ontem novamente, grandes projetos, grandes intervenções, finalmente ouvimos o senhor Presidente assumir, ontem senhor Vice-Presidente em exercício, hoje Presidente, assumir a repavimentação, ou seja, um projeto um bocadinho de menor monta, mas não esquecer que os projetos de menor monta são aqueles que têm impactos diretos e imediatos na vida dos munícipes e por vezes, ou melhor, pelo menos no passado o PS esquecia-se muito destes pequenos projetos que têm impacto no dia-a-dia em prol de grandes megaprojetos. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho** **Alambre Bila**, do que falaram do relatório da BDO, está aqui a Dra. Helena que se for necessário pode dar essa explicação também, só depois das contas aprovadas pela Assembleia é que eles emitem o relatório definitivo e vem assinado e, portanto, esse é o trabalho que fazem, antes vinha logo assinado e agora a certificação de contas, só depois das contas aprovadas é que emitem o relatório final e vem assinado. ---

----- Quanto à senhora deputada e vou responder a todos no geral, mas a deputada Marta Caetano, do património, nós temos tido sempre este problema com o património histórico e ninguém mais do que eu que já destes anos que estou aqui, gostava que este assunto já estivesse tratado, porque eu também me custa estar a ouvir sempre os senhores deputados com estas questões e tenho pena que não se consiga e os serviços do nosso museu não consigam fazer o inventário, o inventário, mas valorizar, no inventário eles estão todos lá detalhados, a valorização do património, gostávamos muito que também estivesse e para deixarmos de ter estas questões e, portanto, nestas funções se dantes já o queria que ele estivesse valorizado, agora ainda mais e vamos fazer todos os esforços para que isso seja possível. -----

----- Quanto à área da educação e das transferências de competências, o Dr. Pedro Pereira não está cá porque está de férias, ele todos, todos os meses tem mandado para os organismos que transferiram competências para o município para mandarem a falta de documentação e os registos que ainda têm de alguns imóveis. Tem sido um trabalho, ele vai sempre mandando, sempre manda com o meu conhecimento, mesmo assim, aliás e às vezes quando falamos dos projetos também que têm atrasado, o trabalho dos projetos das escolas muitas vezes atrasam porque temos de começar do início total, porque não tinham projeto nenhum que dê para a posse da autarquia. Estou-vos a falar, por exemplo, do processo da escola Manuel Teixeira Gomes, o Alto Alfarrobal, não temos o projeto inicial e, portanto, temos que mandar fazer um levantamento do existente para depois podermos mandar fazer o processo a seguir. Portanto, estão aí a ver o tempo que decorre destes processos e o que é que gostaríamos de já estar muito mais avançados e, portanto, este processo tem estado a ser assim trabalhado, porque é muito complicado com uma transferência de competência da maneira que ela foi feita. -----

----- Depois, quanto às empresas municipais. O Rio Adentro como sabem não tem atividade há longos anos e também já falámos com a conservadora para ver como é que conseguimos, porque não conseguimos juntar os acionistas. Por muitas comunicações que sejam feitas, não e eu estou-lhe a dizer já isto pela segunda vez



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e, portanto, tinha muito gosto em que fossem já extintas todas estas empresas, como já foi extinta a Eventos do Arade, que essa finalmente já acabou. -----

----- Também dar já agora a boa nova, se calhar quando for a Rio Adentro extinta, podemos quase extinguir também a Expo Arade Estrutura, porque neste momento o Portimão Arena já falámos com os outros acionistas para ver se conseguimos liquidar o Portimão Arena na sua totalidade, deixamos de ter aquela despesa e extinguir também esta empresa. Portanto, gostava de neste ano, ou nas contas deste ano que estas duas empresas já tivessem terminado, porque gostava muito que o Portimão Arena também já estivesse todo liquidado e que já não fosse necessário aquela empresa municipal. -----

----- Depois, o senhor deputado Vítor Couto, quanto aos investimentos, os investimentos temos este problema também com os processos. Temos que fazer um procedimento para os projetos, depois temos que fazer um procedimento quando tem que ir a tribunal de contas e o tempo que leva, depois temos que fazer outro procedimento para a empreitada. Posso-vos dizer que o departamento de compras só no passado ano existiram quatrocentos e sessenta procedimentos e isto tenho sempre que agradecer ao pessoal que trabalha no departamento de compras por todo o trabalho que fizeram. -----

----- Quanto ao investimento que faltou em 2023 da EMARP, neste momento, está todo a ser executado. Portanto, a pergunta que tinha feito, neste momento está tudo a ser executado, o investimento que tem sido proposto para a EMARP 2023, está a ser executado agora esta grande parte que falou aí em 2024. -----

----- Quanto ao deputado Pedro Mota, eu na minha intervenção disse logo que queríamos reduzir os impostos municipais, senhor deputado e, portanto, com o termos parado ou termos estancado o endividamento excessivo e é isto que queremos fazê-lo, é neste momento podermos reduzir também além de não só o IMI, mas também o IMT e a derrama que vamos querer propor depois para reduzirmos também. -----

----- Depois, quanto ao senhor deputado Ricardo Cândido, também as perguntas, já respondi às perguntas todas. --- -----

----- Eu gosto sempre de ouvir os comentários do senhor deputado Natalino, mas o senhor deputado Natalino quando me conhecer bem, vai-me permitir que lhe diga isto. Eu não gosto de dizer que vou fazer e não fazer as obras, senhor deputado e, portanto, tenho este mau feitio que o que digo prefiro dizer menos mas cumprir, do que dizer e não fazer e, portanto, senhor deputado estou-lhe a responder diretamente a si, tenho pena que as obras já não estejam todas em curso, mas espero até ao final deste mandato cumprir o máximo que puder, porque não gosto senhor deputado e vai-me desculpar, o senhor deputado diz sempre isto, mas eu espero que um dia possa-me dizer que sim senhor disse e cumpriu, e é isto que eu espero que possamos fazer daqui para a frente. Muito obrigado a todos. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e endereçar as felicitações e desejar que tudo corra bem para o mandato do senhor Presidente Álvaro Bila, e gostei de ouvir as suas palavras agora, e quando diz que mesmo não o conhecendo, mas ficou aqui patente que o senhor quando diz que vai fazer é para cumprir, o que espero que isso seja uma mudança de paradigma nesta cidade e na gestão desta cidade a partir de agora



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e, portanto, já traz aqui uma responsabilização diferente daquilo que vinha sendo até agora. Porque aquilo que assistimos durante estes anos foi muita promessa, muita promessa e pouca obra, obra que seja relevante e que mude a cidade, porque aquilo que ouvimos hoje aqui da sua apresentação, continua a ser aquilo que eu considero e que nós consideramos aquilo que é a gestão corrente do município, não é? Portanto, fazem uma série de coisas e anunciam uma série de coisas, mas que decorrem da gestão corrente do município, porque a obra, verdadeira obra que mude efetivamente a cidade no presente e no futuro, continuamos a ver muito pouca e que seja realmente aquela que seja suficiente para olhar para o futuro e diga assim, «esta cidade está no caminho certo». Eu gostaria de fazer aqui e, enfim, como alguns excelentíssimos senhores deputados já aqui disseram hoje e já muita coisa foi falada, eu volto aqui a um tema que ainda ontem questionei e que não ficou claro para nós, que é a questão da segurança e do aumento da criminalidade na cidade. Eu acho que é uma coisa que nos deve preocupar a todos com certeza e que preocupa a todos, e eu ao olhar para esta prestação de contas do exercício de 2023, eu vejo que realmente há uma mudança de 2021 para 2022 e naquilo que é a conta de vigilância e segurança da cidade com a alocação de quinhentos mil euros para um milhão e cento e qualquer coisa de euros e cuja dotação no exercício de 2023 foi basicamente o mesmo, o que quer dizer que, e a questão é exatamente esta, o que é que um executivo prevê fazer para o ano 2024 e qual é que é a dotação que vai fazer de acordo com aquilo que é a perceção do aumento da criminalidade na cidade de Portimão. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que o senhor Presidente em exercício disse aqui que, enfim, gosta de cumprir aquilo que promete, é uma frase que lhe fica bem nem que seja, como foi aqui já dito, nem que seja para mudar um bocadinho aqui a mensagem, mas disse mais vezes que tem pena, tem pena, tem pena, tem pena, tem pena que não seja de outra maneira, tem pena que continue a vir aqui a mesma coisa ano após ano, tem pena que o problema não esteja resolvido, enfim, pena temos todos, senhor Presidente em exercício, pena temos todos. É seguramente aqui uma matéria em que estamos todos de acordo e há unanimidade aqui entre executivo e Assembleia. A questão é que ter pena não é propriamente uma resposta que esta Assembleia mereça digo eu, porque hão-de haver, creio eu em relação às questões que foram aqui colocadas ainda agora pela bancada, que o senhor manifestou pena por não estarem ultrapassadas, hão-de haver cremos nós, explicações do ponto de vista técnico que, no fundo, permitam esclarecer porque é que as coisas continuam ano após ano a manter-se assim, mas indo aqui a questões concretas e voltando aqui à intervenção inicial da bancada. Falou-se aqui da questão dos passivos contingentes, e eu verifiquei que este ano contrariamente ao que acontecia creio que até ao ano passado se não estou em erro, veio aqui identificado um montante que está provisionado para os processos que estão em curso, mas não está identificado o montante que o município eventualmente pagaria se perdesse as ações todas que estão em tribunal e, portanto, pergunto porque é que não há esse dado aqui para nós compararmos. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Depois, há aqui uma questão que também já foi aqui creio eu afluída, que eu acho que merecia aqui uma explicação mais detalhada da sua parte à Assembleia, que é a questão da forma de aplicação do resultado aqui do exercício. Temos um milhão e meio para reservas e o remanescente vinte e oito milhões e qualquer coisa para o resultado transitado, creio que é essa a designação e porquê essa disparidade. A questão tem que ver com a primeira questão que acabei de colocar, porquê não destinar mais algum dinheiro a reservas, eventualmente porque havendo aqui uma ou outra surpresa que possa acontecer e porquê quase totalmente aplicar este dinheiro aqui em resultado transitado. -----

----- Depois, dizer o seguinte. Isto que vou dizer a seguir também já é, enfim, é uma evidência que não é novidade, que já decorre daquilo que aconteceu nos anos anteriores e também já foi aqui de alguma forma referido anteriormente aqui numa outra intervenção. -----

----- O resultado que temos aqui em cima da mesa para discutir e para votar, decorre fundamentalmente da arrecadação de receita fiscal, nomeadamente dos impostos diretos, enfim, eu não tenho a pretensão, porque não tenho esse problema com o lucro que o plano aqui revelou, quer dizer, eu não penso que a receita de IMT decorre exclusivamente ou primordialmente de especulação imobiliária, porque estar por demonstrar que quando eu vendo uma casa a alguém, o comprador tem que pagar IMT porque o valor é um bocadinho acima do montante da isenção, se eu estou a especular ou não relativamente ao valor da casa, se calhar até nem estou, se calhar é o valor de mercado ou eventualmente até é um bocadinho mais baixo eventualmente que o valor de mercado. Portanto, dizer-se que a receita de IMT é necessariamente especulação imobiliária, se calhar remete-nos aqui para uma conceção um bocadinho marxista da questão do lucro, não é, não sabia que o plano perfilhava desse tipo de teses ou de orientações ideológicas, mas se calhar vai lá buscar alguma coisinha. Portanto, mas o Bloco nem é marxista, o Bloco é trotskista, entre outras coisas. O marxismo é mais ali para aquele lado e, portanto, a questão aqui é, receitando aqui a intervenção, a questão aqui é que, momento deste resultado, ou melhor, este resultado assenta sobretudo mais uma vez, não é no esforço que é pedido aos portimonenses, é num verdadeiro esbulho fiscal que é feito sobre os portimonenses em sede de derrama, em sede de IMI, em sede de participação variável no IRS todos os anos e depois aí não é um esbulho, porque enfim, decorre de transações imobiliárias numa realidade que é completamente tangível e, aliás, falámos ontem sobre isso que é a questão do IMT e da receita de IMT. Felizmente para o município e para os corpos municipais tem havido um aumento considerável de ano para ano, mas que ninguém nos garante que isso se mantenha sempre assim e, portanto, voltando aqui atrás, mais uma vez, e repito isto não é uma intervenção deste ano, é de há dois anos, de há três e se calhar até do mandato anterior, os resultados que os senhores aqui trazem em grande medida resultam de factos que não são diretamente atribuíveis a uma ação deste executivo. -----

----- Ó senhor Presidente em exercício, depois há aqui outra questão que eu fiquei um bocadinho espantado com a sua resposta. O senhor falou aí na questão das escolas, falou da Teixeira Gomes e do Alto do Alfarrobal que não receberam os projetos, ou seja, quando querem fazer uma intervenção vão ter que fazer o projeto inicial. Então, mas eu pensava que a transferência de competências tinha sido uma grande conquista para o



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



poder local democrático. Tanta pressa que houve da parte deste executivo, tanta pressa, tanta fã de receber as competências logo no primeiro ano, nomeadamente na área da educação, enfim, a senhora Presidente de Câmara declarou publicamente que estava na primeira fila, porque queria receber as competências e afinal foram presentes pelo menos daquilo que o senhor acabou aqui de dizer, foram presentes tão envenenados dessa forma que nem um projeto de uma escola veio com a transferência das competências. Os senhores para fazer uma requalificação de uma escola vão ter que refazer os projetos de base. Olhe, eu se fosse do mesmo partido do Primeiro-Ministro, do então Primeiro-Ministro que apurou essa reforma, dizia-lhe «obrigadinho ó António, mas podias ter ficado com essas competências». Quer dizer, porque convenhamos isso é um presente mais que envenenado, e era bom que os senhores assumissem também isso, porque enfim, há muita tendência para vangloriar aquilo que foi feito, mas depois essas partes mais escabrosas, digamos assim depois são escondidas. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que em primeiro lugar e em relação àquilo que o senhor deputado José Figueiredo aqui disse e referiu, e ele não percebeu e por isso pede desculpa pelo facto de não ter percebido e por isso a sua questão. Falou aqui em vinte e cinco milhões em projeto na escola Teixeira Gomes. O dinheiro é da Câmara, ou o dinheiro vem de alguma entidade, enfim, que eu não sei. Para estarmos aqui a referir aqui no orçamento estes vinte e cinco milhões, fiquei com a ideia que era a Câmara que ia gastar esses vinte e cinco milhões. Isso é uma dúvida, porque isso não vale a pena falar, não vale a pena enaltecer, não vale a pena estar aqui com, enfim, com essa situação, porque não é o executivo seguramente, nem os portimonenses penso eu seguramente que vão gastar esse dinheiro na escola Teixeira Gomes. Já agora, gostava de saber qual é esse projeto para gastar vinte e cinco milhões numa escola que está feita. Por outro lado, as minhas preocupações como membro desta Assembleia Municipal e sempre foi desde o princípio e há muitos anos, mas já agora antes disso, aproveitar as palavras do senhor Presidente, disse que eu quando o conhecer, portanto eu já o conheço há muitos anos como o senhor sabe, não é? Já ando na política há alguns anos e, portanto, já o conheço há muitos anos e fico agradado pelo facto de o senhor dizer que fala pouco, mas aquilo que fala cumpre. Eu espero que sim e é esse o bom objetivo e é esse o desejo que eu lhe quero dar, portanto na sua nova função, é cumprir com aquilo que se diz, porque nós estamos habituados ao executivo dizer que faz tudo que está em projeto, que está em estudo, que está não sei quê e algumas coisas vai concretizá-las no último ano do mandato, por isso é que eu estava até a pensar em propor que os mandatos autárquicos passassem de quatro para dois anos, para que haja obra todos os anos e para que os portimonenses beneficiassem dessas obras com maior regularidade, mas já que o senhor diz que o que promete cumpre, é um bom indício e eu desejo-lhe sinceramente que continue nesse pensamento, porque esse é um pensamento positivo. Por outro lado, dizer que a minha preocupação é com os portimonenses e por isso ao longo destes últimos anos e com o excedente que a Câmara tem demonstrado de milhões, eu sempre disse aqui e ninguém me aqui desminta, nem tem condições para o fazer, de que a Câmara deveria ter amortizado mais cedo a dívida que tinha do FAM, para quê? Para que tivesse autonomia



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



própria e para que pudesse ajudar os munícipes, ajudar os munícipes em como? Primeiro, já foi aqui dito, na baixa máxima do IMI, e os outros municípios aqui ao lado fazem a todos e isso é um benefício que se dá aos portimonenses, àqueles que aqui residem. Por outro lado, baixar o IRS até cinco por cento é também um benefício que a Câmara não fazia porque tinha a dívida, a tal dívida que não quis pagar e não quis amortizar até poder beneficiar os portimonenses dessa questão e por outro lado, também não percebo, com o excedente que a Câmara todos os anos apresenta aqui em transição para o exercício seguinte, como é que é possível não ajudar os munícipes e os portimonenses, aqueles que aqui trabalham na taxa de ocupação da via pública, ou seja, no estacionamento. Antes, o estacionamento era livre e era gratuito até junho de cada ano. Agora, começou só até às dezoito horas, mas porquê? É época de inverno, época de inverno não há turistas, há os portimonenses, há aqueles que aqui residem, há aqueles que aqui trabalham e que têm que pagar até à saída do seu trabalho. Eu já paguei duas ou três multas, não peço nada a ninguém, pago e inclusive com os faróis em pisca a dizer que era rápido a minha execução, mas provavelmente como não tenho o cartanito, o cartanito do Partido Socialista, o senhor multou-me. Não pedi nada a ninguém, nem peço, sou um cidadão normal, pago os meus impostos aqui e faço tudo o que puder dentro da legalidade e dentro da lei. Cometi um erro, paguei que acho que é excessivo, excessivo é levar a que os munícipes, aqueles que aqui trabalham, o estacionamento pouco que existe pagar até às seis horas, quando nos outros anos não era pago até junho. Porquê, senhor Presidente? Isto é que é ajudar aqueles que aqui trabalham, isto é que é ajudar os munícipes portimonenses, é a forma que a Câmara deveria de ajudar quem cá está, quem cá reside, quem cá se desloca, quem gosta de ir à casa inglesa de inverno e os senhores fazem tudo ao contrário, com o excedente que tem não justifica e isto tem que ser dito aos portimonenses. Aliás, é uma coisa, quando discutirmos as taxas e taxinhas dessa questão e das pessoas que antes andavam a pé, agora andam de motorizada, agora andam de carro, agora até em sítios que não há trânsito eles multam. Isto deve ser a orientação com certeza da entidade, nem é da EMARP, porque a EMARP não é uma entidade privada, a EMARP é uma entidade da Câmara e a Câmara passa cada vez mais os seus poderes para a EMARP, provavelmente não é ser escrutinada, penso eu. -----

----- Bom, eu acho que deveria de pensar a Câmara e o executivo, deveria de pensar um bocadinho mais nos portimonenses, nas pessoas que aqui residem, nas pessoas que aqui trabalham. E o senhor deputado José Figueiredo na sua magnífica, enfim, aquilo que aqui disse, portanto não referiu uma vez uma coisa que beneficiasse os portimonenses, que você é portimonense, não sei se nasceu cá, eu nasci, o senhor não sei se nasceu, mas vive cá há muitos anos, portanto já é considerado portimonense e, portanto, deveria mencionar, não sei, eu não sei, estou-lhe a dizer, não sei, deveria de mencionar os benefícios que os portimonenses têm, não é beneficiar o dinheirinho que a gente vai buscar fora, os vinte e cinco milhões que você aqui referiu da inovação ou da reconstrução da escola Teixeira Gomes. Não, eu percebo porquê, esses vinte e cinco milhões, tem que me explicar de onde é que eles vêm e que projeto é esse, não é? Portanto, não é dinheiro do município, é, é. Obrigado, é tudo o que tenho para dizer por enquanto. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que não têm razões para desconfiar deste documento de prestação de contas, refletem as opções da Câmara do Partido Socialista, eleita democraticamente e pela vontade popular dos eleitores portimonenses. -----

----- Quanto à questão, também me admira imenso ser apontada aqui dos vinte e cinco milhões da requalificação da escola secundária Manuel Teixeira Gomes, porque foram muitos avisos da nossa bancada que nunca deveriam ter aceite que não fosse o governo central a assumir esta responsabilidade e como o não fizeram, vão herdar este ónus para prejuízo de toda a população de Portimão. Iremos votar contra este ponto, desde logo, porque somos coerentes e como votámos contra o orçamento e dado que este documento reflete as opções do Partido Socialista, daí o nosso voto. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, é assim, após uma análise detalhada e crítica dos resultados apresentados, algo que consideramos crucial para garantir o escrutínio da gestão dos recursos públicos que compete a esta Assembleia Municipal, observamos que no decorrer do último ano, a Câmara Municipal de Portimão registou um aumento significativo de vinte milhões de euros nas receitas correntes, comparativamente com os valores que inicialmente tinha orçamentado. -----

----- Destacamos ainda um desvio considerável de cento e trinta e oito por cento na arrecadação de impostos indiretos em relação àquilo que estava no orçamento inicial, que corresponde a uma variação positiva de vinte e três por cento em comparação com o ano anterior. Neste capítulo, é importante ainda referir e por ser relevante, que a receita obtida com um imposto municipal com as transmissões onerosas de imóveis, o IMT, ultrapassou em dezassete milhões de euros o montante que estava inicialmente projetado para 2023. Este aumento substancial suscita questões sobre a eficácia das políticas fiscais adotadas e a sua consonância com as necessidades e prioridades da comunidade. -----

----- No que concerne à despesa, é preocupante constatar que a Câmara Municipal de Portimão deixou por executar despesas orçamentadas inicialmente no valor de quase trinta e quatro milhões de euros, com destaque para um desvio negativo verificado nas despesas de capital, comprometendo assim o investimento municipal, pelo que importa avaliar as suas implicações para o desenvolvimento e para o bem-estar da nossa população. -----

----- O saldo orçamental de 2023, expurgado no saldo de gerência do ano anterior, demonstra que sem colocar em causa o equilíbrio financeiro e a prudência necessária a uma boa gestão da coisa pública por opção deste executivo municipal, não foi utilizada uma verba disponível no valor de vinte vírgula sete milhões de euros, o que nos suscita questões sobre a eficácia na gestão dos recursos públicos e a capacidade de converter as disponibilidades financeiras em proveito da nossa comunidade. -----

----- Ao analisar ainda a gestão, a execução das grandes opções do plano e das atividades planeadas para 2023, constata-se uma execução aquém das expectativas com apenas quarenta e quatro vírgula cinco por cento dos investimentos previstos no plano plurianual efetivamente concretizados e menos de setenta por



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cento da atividade planeada, o que nos levanta preocupações com a capacidade de implementação das políticas e dos projetos municipais, bem como a coerência entre os objetivos estabelecidos e os resultados alcançados, sendo imperativo recordar que o Partido Socialista governa este município há cinquenta anos, como ainda há pouco tempo nas comemorações do 25 de Abril foi referido pela senhora Presidente na altura, e este executivo está há dez anos com a mesma presidência até ao dia de hoje em que passou para o senhor Presidente Álvaro Bila. -----

----- Assim, as explicações que há um bocado nos foram aqui trazidas pelo senhor Presidente não podem colher a nossa concordância, ou seja, não podemos dizer que vamos fazer uma coisa e depois no ano a seguir chegamos aqui e dizemos, «não, nós não fizemos, porque isto um projeto, é preciso fazer isto, é preciso fazer aquilo». Meus senhores, vocês estão em maioria absoluta nesta Câmara, vocês é que definem os timings e é que dizem o que é que vão fazer, ninguém vos impõe prazos, ninguém vos impõe que vocês prometam isto para concretizar naquele ano, vocês é que chegam aqui e apresentam o orçamento e é que dizem e é que se comprometem em executar naquele ano aquele projeto, e esses projetos não foram feitos. Pouco mais de metade dos projetos que foram anunciados é que foram concretizados, isso é grave no nosso entender. -----

----- Meus senhores, constata-se um aumento substancial das receitas, especialmente as proveniente de IMT que não se produziu numa melhoria significativa nem na resolução dos problemas habitacionais ou de mobilidade que afetam a nossa comunidade. Este é um sinal claro que as prioridades desalinhas e uma falta de visão estratégica na alocação dos recursos municipais. Os excedentes financeiros poderiam e deveriam ter sido canalizados igualmente para outros projetos urgentes, para a requalificação de vias, para melhoramento do parque escolar, mas lamentavelmente nada disto aconteceu apesar de haver recursos disponíveis para tal. -----

----- Em matéria de habitação, apesar do executivo frequentemente verbalizar nesta casa as suas preocupações com esta problemática, faz desta a sua principal fonte de financiamento, passando de uma receita de cinco milhões no início dos mandatos, em 2015, para no ano passado ter atingido trinta e oito milhões de receitas arrecadadas com o IMT, mas pasme-se, mas não consegue cumprir os prazos delineados na estratégia local de habitação que aqui trouxe, que aqui fez aprovar e que disse quando é que queria fazer, como queria fazer e não o fez. Isso é o que os portimonenses sentem na pele, promete-se muito, faz-se pouco, o senhor Presidente diz que agora vai mudar, esperemos que sim, mas também não foi só na habitação que falhou. Falhámos também, por exemplo, na mobilidade. Este excedente podia ter sido usado para resolver muitos dos problemas que Portimão tem nessa área. Com esse excedente este executivo poderia ter requalificado a V10 que liga Alvor à Penina, poderia ter construído a V2 para ligar a V6 à Bemposta, poderia até requalificar a V7 entre as 4 Estradas Marachique, ou simplesmente já ter criado a nova entrada em Portimão ligando a estrada nacional 125 ao Vale da Arrancada, como tem prometido fazê-lo há anos e nunca o fez e não foi por falta de recursos financeiros, volto a dizê-lo. São tudo projetos, cuja execução está prevista há muitos anos e orçamentados para 2003, não foram executados. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Temos ainda urbanizações, algumas até bem recentes, que apresentam problemas graves ao nível de lugares de estacionamento para os seus residentes, que apesar de pagarem IMI quase à taxa máxima não têm lugar para estacionar as suas viaturas, nem quem os visita. Tal acontece talvez devido à aprovação de projetos urbanísticos pouco sustentáveis, porventura projetos esses como aqueles que defende o senhor vereador com o pelouro nesta matéria, quando perante as preocupações dos partidos da oposição com o atraso na aprovação do novo PDM, referem não ter pressa nenhuma para o aprovar, porque senão muita da construção em que está em curso nesta cidade deixava de ser aprovada, pois às tantas era melhor não ser aprovada construção como tem sido aprovada, urbanizações que depois não garantem o mínimo de qualidade de vida àqueles que comprem ali os seus imóveis. Mais vale fazer pouco, mas fazer bem. -----

----- Igualmente, não foi usado o excedente obtido para melhorar o parque escolar tão deficitário no ensino básico e no ensino secundário com as escolas a precisar de obras há vários anos, como é o caso da Manuel Teixeira Gomes que hoje aqui já foi referido. Muitas das nossas crianças estão hoje a ter aulas em locais mais ou menos improvisados à última da hora por falta de um planeamento. -----

----- Outros exemplos poderiam ser aqui dados, tanto é aquilo que existe por fazer nesta cidade, mas temos um excedente que não o usamos. -----

----- Este ano a ação representa um desperdício de recursos, uma falha na responsabilidade para com os cidadãos de Portimão. -----

----- Em suma, meus senhores, o resultado financeiro aqui hoje trazido que parece ser um sonho cor-de-rosa depois de analisado, não passa de um atestado de incapacidade a este executivo, incapaz de cumprir aquilo que promete e de executar aquilo que tem programado, resultando assim num enorme prejuízo para todos aqueles que aqui residem, estudam, trabalham, ou investem nesta terra. -----

----- Foi mais um ano de promessas não cumpridas, de atraso na resolução dos problemas que afetam este município. Resta-nos a esperança que o recém empossado Álvaro Bila cumpra aquilo agora que diz que vai prometer, cumpra as suas promessas e que seja capaz de inverter este ciclo para bem de Portimão e dos portimonenses. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que gostaria de fazer algumas considerações, vai tentar que sejam muito sintéticas acerca do assunto que lhes tem trazido aqui em pauta. Eu tenho ouvido com muita atenção as apreensões do Chega, o partido, que coloca à cabeça como se fosse o dado, enfim, sem qualquer ceticismo, a questão do aumento da criminalidade na cidade. Eu chamaria a atenção pelo seguinte. Eu suponho que a política deva ser assente em bases de trabalho empíricas, que a gente deva olhar aquilo que os académicos com ou sem experiência na matéria das famílias possam dizer, possam fazer. E digo isto chamando a particular atenção para o facto de na penúltima Assembleia, embora de uma forma telegráfica, a ação social, portanto na informação da Presidente da ação social, ter dito que foi elaborado um diagnóstico social pela Universidade do Algarve, diz-se aqui PROTA Universidade, não está em causa. E chamo a atenção para isto porquê? Porque esse diagnóstico contém no mínimo dezasseis itens, portanto da saúde, à pobreza, à demografia, enfim, não me vou esticar,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



estender nas considerações acerca dos itens, estou seguramente convicto de que terão interesse em olhar para esse documento e tê-lo como base para as vossas reflexões mais empíricas, ou seja, ter uma base empírica para a nossa reflexão. -----

----- Eu diria que nesse diagnóstico, no período de 2011 a 2021, não há registo de aumento de criminalidade. Estamos a falar de um período específico, 2011 a 2021 em Portimão. Não quer dizer que efetivamente de 21 até aos dias de hoje isso não possa ter sido plausível, temos que ser sérios e rigorosos em termos intelectuais, pronto. É uma justificação que não é a do aumento, é uma justificação para termos alguma apreensão relativamente ao problema, não podemos deixar de ter. Não, de acordo, de acordo, tratando-se de perceção, há que verificar se efetivamente em termos empíricos isto acontece e nada mais fácil do que solicitar elementos, quer à PSP, quer à GNR, eles dá-los-ão com toda a simpatia, enfim, com toda a prontidão. -----

----- É uma informação singular, por exemplo, também não se verifica aumentos de casos de violência familiar, sobretudo de famílias destruturadas, enfim, que têm que ir ao encontro da CPCJ. Eu digo isto porque há cerca de vinte anos que superintendo nas famílias destruturadas, portanto não é só o académico que fala, isto sem cinismos, estou a falar com o coração nas mãos e com a atenção que merece quem nesta casa se inquieta, traz o livro do desassossego debaixo do braço e, portanto, penso que este diagnóstico pode apesar de tudo constituir uma boa base de trabalho para termos aqui um trabalho sério sobre isto, eu não digo que as afirmações políticas que nós façamos, a nossa prática política não seja séria, pode é não ser tão bem fundamentada. -----

----- Relativamente àquilo que se constitui as preocupações do senhor deputado João Caetano. Pois nós até podemos compreender o esbulho a nível dos impostos, até podemos aceder a essa palavra que me parece um tanto ou quanto excessiva. No entanto, o que eu gostaria de ouvir da oposição era justamente qual a opção de financiamento alternativo dos municípios, neste momento ou num prazo, ou curto, ou a médio prazo. -----

----- No que diz respeito ao nosso querido amigo Natalino Alves, sempre com as suas preocupações bairristas, bairristas no sentido de dizer que é portimonense e não sabe se eu sou portimonense se outra coisa qualquer, eu não estou aqui para ser questionado quanto à minha residência, mas como faço parte integrante de um partido e essas questões não colocou a ninguém, mas se está com imensa curiosidade, a verdade é que eu tinha um ano quando nasci em Estômbar e vim para a Rocha morar e, portanto, penso que sou quase tão portimonense como o senhor, porque é uma questão mais formal do que substantiva. Não, é só para o deixar tranquilo, não é, porque o senhor faz muita questão em ser portimonense e, portanto, por conta desse bairrismo, o que eu gostaria de dizer, é que nós enquanto órgão temos que entender os indivíduos numa base única que é da sua condição de cidadania e é como cidadão português que eu estou aqui e é nessa medida que devo ser objeto de alguma alteração se for caso disso, não é? Mas, portanto, se necessitar de mais notas bibliográficas dá-las-ei, dá-las-ei. Pronto, ok, se ficou esclarecido ótimo, passaremos então à frente. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Relativamente ao assunto em pauta que me colocou, naturalmente que ao falar na educação, talvez como professor sempre tive e mantenho problemas muito direcionados para a educação, e quando falei na Teixeira Gomes, falei já na sequência das preocupações refletidas pelo senhor Presidente da casa. A título de quê? Da execução de projetos, não é, que têm os seus encargos, têm os seus encargos. Isto para dizer o seguinte. Não é que a discordância seja de fundo relativamente à questão da aplicação dos fundos para a amortização, não há uma intervenção de fundo que seja discordante. A nossa discordância baseia-se muito mais num outro elemento e que tem a ver com aquilo que nós consideramos ao nível do Partido Socialista que ainda são os benefícios face aos montantes dos juros no mercado, que como se sabe se nós tivermos agora que avançar para o investimento e recorrer aos juros de mercado, eles serão seguramente mais altos do que aqueles que são praticados pelo FAM, suponho que não estarei a incorrer, a laborar em erro, a laborar em erro. Por outro lado, temos que ser conscienciosos, no sentido de admitir que o PS não tem sido cego, surdo e mudo, relativamente às vossas propostas, ou seja, tem havido aqui um sentido de equilíbrio provocando justamente que esses abatimentos já foram na ordem dos dois lanços de abatimentos. Portanto, não há aqui uma surdez relativamente àquilo que, não há uma cegueira relativamente às sugestões da oposição. Portanto, de uma maneira ou de outra, não nos sentimos em falta, isto porque muitas vezes nós dizemos que a oposição é necessária, é uma exigência do próprio sistema da democracia adversativa e é bom que haja uma boa oposição, naturalmente que sim. Agora, se a oposição de facto alude que nós não temos em conta as suas propostas, é óbvio que naturalmente teremos que ter em conta e devemos ter em conta aquelas propostas que parecem mais coadunáveis com aquelas que são programa do Partido Socialista que está incumbido de governar a autarquia. Portanto, é este o contexto em que eu gostaria obviamente de abordar e naturalmente finalizaria com as observações do senhor deputado Vítor Couto, que merece um grande apreço porque são sempre intervenções muito válidas e muito pertinentes. -----

----- O senhor deputado porventura não conhecerá de perto ao vivo e a cores, conhece o termo, mas seguramente não conhecerá as implicações do termo, e o conceito chama-se corpos intermediários burocráticos no estado. Não esqueça senhor deputado que a classe política qualquer que ela seja numa autarquia é sempre uma classe só, que tem pela sua frente um conjunto de pessoas que ali estão em permanência, têm muito mais segurança que os políticos, porque têm um código de trabalho que de facto lhes permite essa segurança toda e que muitas das vezes não obstaculizando propositadamente, têm o andamento e também se confrontam com processos relativamente aos quais muitas vezes têm insegurança, uma insegurança patrocinada até pela, eu diria pela ambiguidade da legislação e, portanto, também têm que se segurar. Portanto, eu diria que também compreendendo os corpos intermediários das autarquias, compreendendo a sua função e admirando a sua função, reconheço que eles também muitas vezes têm algumas resistências produto de determinado tipo de inseguranças que eu agora não vou aqui escarpelizar, mas isto para dizer que não é fácil, isto para dizer que nós aqui verbalmente temos um dom milagreiro de oposição, que é de tudo resolver, mas não sendo milagreiro, pelo menos tem aí um dom muito apreciado, que é o de picarem o executivo no sentido de o acicatarem, no sentido de o mobilizarem para a ação e,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



portanto, esperemos, nós estamos confiantes que este Presidente da Câmara possa ser um bom *Leitmotiv*, uma boa locomotiva para que os processos, porque são pessoas que estão mais frescas, não é, e naturalmente porventura até têm sensibilidades diferentes, porque nós somos um partido plural como sabem, e consequentemente, portanto, iremos também dar todo o nosso melhor a este executivo, no sentido dele poder galvanizar Portimão para que atinja um patamar de dignidade municipal que outras cidades no Algarve têm e que nós perdemos. Muito obrigada, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que não ia intervir, mas já aqui por duas ou três vezes falou-se em insegurança e em perceção de insegurança. Fico admirado que o executivo não tenha acesso aos dados estatísticos que são públicos. Basta consultar o SIEJ, é o sistema de informação das Estatísticas da Justiça que até já está atualizado a 2023 e que os dados são curiosos, a perceção por vezes não condiz com a realidade. É verdade que houve um pequeno aumento, por exemplo, posso dizer que crime contra as pessoas em Portimão em 2023, houve setecentos e duas participações policiais contra seiscentos e quarenta e dois mil e dezanove e quinhentos e cinquenta e nove em 2022. -----

----- Interveio o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer mas não necessariamente autóctones, não necessariamente autóctones. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, para dizer que sim. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que não caracterizam. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, para dizer que não. -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que queria só referir uma situação. Eu tinha a ideia que nós estávamos a discutir a prestação de contas, eu tinha a ideia, mas neste momento já tenho dúvidas e não... eu sei que os senhores deputados são soberanos no seu sentido de intervenção, eu sou apenas a Presidente da Assembleia que dirige os trabalhos, mas chamo a vossa atenção que o ponto da ordem de trabalhos, sem querer coartar a vossa liberdade de expressão, é discutir a prestação de contas. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, mas senhora Presidente, mas vai perceber onde é que eu quero chegar. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não está agora a dirigir a sua... -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, claro, por isso é que vai ter uma conclusão. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para o senhor deputado Ricardo Viana, estou para toda a Assembleia. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, e, portanto, por exemplo, e outra questão que tem a ver com o sentimento e com essa percepção que as pessoas têm, são os crimes quanto ao património, não é? E é aí que efetivamente as pessoas apresentam ou não e percebem o aumento ou a diminuição da criminalidade. Curiosamente, nós estamos ao nível de 2010, abaixo dos níveis de criminalidade de 2010 e 2011. Portanto, não acho que seja um problema assim tão elevado, mas onde é que eu queria chegar com isto? Qual tem sido, e acho que esta percepção de insegurança tem a ver com o abandono do espaço público, e este executivo ao longo dos anos tem abandonado o espaço público em várias matérias e, portanto, este abandono de falta de investimento no espaço público provoca este sentimento de insegurança nas pessoas, não é? E, portanto, estamos aqui a falar de orçamento e era aqui que eu queria chegar. O executivo deverá investir novamente no espaço público, investir no espaço público pode ter a certeza que este sentimento e esta percepção que as pessoas têm de insegurança vai ser esbatido. Ah! E já agora, um concelho. Eu pergunto se o Conselho Municipal de Segurança tem reunido, porque seria nesse órgão no Conselho Municipal que se deveria discutir estas questões. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que é verdade. É verdade, isto é, o Conselho Municipal de Segurança discute essas questões. Isto tendo em conta a intervenção anterior que eu fiz, portanto, termino dizendo isso. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, é só para fazer uma interpelação, porque eu deixei uma questão ao senhor Presidente em exercício sobre a questão da conta da vigilância e segurança e a dotação orçamental de 2022, 2023 para 2024, portanto prestação de contas. Esta derivação não foi o Chega que provocou. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, o senhor deputado Paulo Canha conseguiu na rubrica de vigilância e segurança, que é a segurança privada dos nossos edifícios, conseguiu transformar isto para a vigilância do município e, portanto, por isso esta vigilância estamos a tratar dos nossos edifícios todos. Essa vigilância que está aí e segurança estamos a tratar desde os edifícios todos municipais que temos e estamos a tratar também de segurança e vigilância para os eventos que fazemos e, portanto, é esta rubrica que está aqui e é este o valor que está aqui, não tem nada a ver com a segurança que temos estado aqui a falar e que já falámos ontem neste assunto, portanto hoje não vou estar aqui outra vez a repetir. -----

----- Quanto ao senhor deputado João Caetano, os passivos contingentes também já é recorrente o senhor deputado fazer sempre esta pergunta, os passivos contingentes, é sempre pedido ao nosso advogado quais são as provisões do que é que podemos perder. E este valor é o que fica aqui e, portanto, este é o valor que está cá e é o valor que é expetável e que foi dado pelo nosso advogado. -----

----- Quanto às reservas, aos resultados transitados e quanto às reservas, o que fazemos em reservas é os cinco por cento que são os cinco por cento obrigatórios. Aliás, tivemos muitos anos com reservas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



negativas, ainda continuamos com reservas negativas e, portanto, neste momento o que temos estado a fazer é cumprir com aquilo que é de lei, cinco por cento é o mínimo e é isso que temos estado a fazer. ---

----- Quanto ao resto, ao senhor deputado Vítor Couto, quando falou aí o termos maioria absoluta, por termos maioria absoluta não é isso que nos leva que não cumprimos e que não temos cumprido com todos os procedimentos que temos que fazer para tratar das coisas como são e como a lei manda e, portanto, não é por termos maioria absoluta que podemos fazer tudo e que temos que ultrapassar os prazos e que temos que passar por cima de outras coisas, não podemos fazer. Temos que cumprir e é isso que fazemos senhor deputado. -----

----- Ah! Mas eu gostava só de falar ainda, falou também na habitação. E a habitação, então o que queremos fazer e a nossa estratégia local de habitação que está no IRU para ser assinada e, portanto, até temos todo o interesse de todos que os nossos contratos sejam assinados, que é para depois podermos fazer obra. Agora, uma coisa não tem, a estratégia local de habitação não tem nada a ver com o valor do IMT, senhor deputado. Quando falou no IMT e a estratégia local de habitação, falou que temos recebido tanto de habitação e construção. Nós temos os projetos todos aprovados já na estratégia local de habitação, o que nos falta é os contratos com o IRU serem assinados para depois podermos pôr a obra a funcionar. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, eu quando me referia à conta de vigilância e segurança, provavelmente o sistema de vigilância da autarquia que quer alargar também está nesta conta, não é? O sistema de vigilância que a autarquia quer implementar e alargar está nesta conta, com certeza que sim, não é? Portanto, eu não percebo porque é que vai falar em segurança privada, não sei, mas eu percebo essas derivações. De qualquer das maneiras a nossa preocupação é evidente e acho que estas perceções, estes dados sobre a segurança para a cidade é uma coisa que nos deve preocupar a todos e, portanto, não há aqui, eu acho que não deve haver sectarismo neste tipo de situação. Aliás, ainda hoje o senhor Presidente Álvaro Bila respondeu à excelentíssima senhora deputada Lurdes Melo que não havia dados concretos da sua questão sobre criminalidade. Portanto, eu percebo a intervenção do excelentíssimo senhor deputado José Figueiredo, com mais uma vez estas questões empíricas, aliás essa análise que fez inclui os anos 2020 e 2021, salvo erro, nomeadamente 2020 e 21, são anos de pandemia, portanto é natural também que a criminalidade tenha diminuído. De qualquer das maneiras, recordo-lhe o seguinte que é, também pelo seu concelho e eu percebo a sua preocupação, nós marcamos uma reunião já na próxima quinta-feira com o subintendente Pinto da esquadra da PSP em Portimão, exatamente para colhermos dados concretos sobre a insegurança e criminalidade na cidade. Portanto, como vê estamos em cima do acontecimento e certamente recolheremos os dados que acharemos interessantes, uma vez que até o próprio executivo não os consegue divulgar e não passamos de perceções atrás de perceções, mas isto é o que, enfim, caracteriza de alguma forma aquilo que tem sido a gestão da autarquia até aos dias de hoje, que é tomar decisões baseadas em perceções e, portanto, enfim, e é o que é. De qualquer das maneiras, deixo aqui duas questões, até porque o tempo não é muito. O senhor Presidente referiu aqui que, e já provavelmente há mais de seis meses que o oiço falar que é, vamos terminar com o



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Programa de Ajustamento Municipal para podermos, enfim, fazer uma gestão normal da autarquia, porque o programa de intervencionamento, a chamada Troika portimonense está a terminar. A questão que eu lhe coloco é exatamente, qual é que é definitivamente o *timeline* para estas negociações chegarem a bom porto, porque senão estamos aqui há seis meses a dizer que vamos fazer, vamos fazer, vamos negociar, vamos acabar, isto vai terminar e vamos abater. Qual é que é exatamente a calendarização para esta negociação, para isto definitivamente terminar? -----

----- Depois, o senhor Presidente também referiu que vamos diminuir o IMI, vamos diminuir a derrama, vamos fazer devolução da participação do IRS dos munícipes, a minha questão é concreta. Quando é que isto vai acontecer e quais os valores previstos para estas três rubricas. -----

----- Depois, outra questão. Eu percebo o seu lamento e, enfim, eu compreendo, sou solidário com o seu lamento quando faz aquela intervenção que eu diria quase até envergonhadamente por ter recebido através da descentralização de competências, nomeadamente o edificado e não têm qualquer registo formal sobre isto. Isto, enfim, eu percebo a dificuldade que o senhor tem em exprimir, gabo-lhe a transparência e o sentimento que trouxe a esta Câmara, mas aquilo que o senhor acaba aqui de refletir é exatamente o estado da administração em Portugal, o estado da administração local que muitas vezes se recebe estas transferências de competência sabe-se lá em nome de quê e se calhar em nome de um sétimo lugar, mas isso o tempo dirá. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, primeiro fazer aqui um esclarecimento. Quando eu falei de habitação, estava a falar da área da habitação e como tal das receitas provenientes desta área, IMT, IMI e companhia, e depois das despesas que há a nível de habitação e aí invoquei a estratégia local de habitação. Não há qualquer ligação entre uma coisa e outra e espero que isso tenha ficado esclarecido. -----

----- Outra coisa que o senhor deputado José Figueiredo referiu, eu percebo eu tenho trinta anos quase de função pública e sei os constrangimentos que há e as dificuldades que de facto acontecem na administração pública muitas vezes em que se conseguir planear e concluir um projeto, mas também os senhores às tantas ainda têm mais experiência do que eu, andam cá há muito mais tempo e sabem disso também, e sabendo disso têm que ter isso em atenção quando prometem ou quando programam algo para ser executado. Têm que perceber se a capacidade instalada é suficiente ou não para fazer esse planeamento, porque prometer muita coisa e depois fazer pouco mais de metade disso é que não pode ser, isso é criar falsas expectativas às pessoas, isso é desiludir a população, depois dá azo depois à população chegar aqui e dizer, «estes políticos são todos os mesmos, prometem, prometem, mas depois não fazem». Portanto, nós quando prometemos temos que pensar se temos capacidade instalada para executar isso tudo, senão mais vale dizer, «não, este ano só orçamentámos isto e para o ano vamos orçar outros projetos». Reconhecer essa incapacidade de fazer tudo ao mesmo tempo, ninguém vos exige isso. Agora, exige-se é que aquilo que vocês definem e orçamentam para cumprir num determinado ano, o façam, ou pelo menos uma grande parte, não é fazer



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



pela metade, era isso que eu queria ter dito ou procurei transmitir com a minha exposição de há um bocado. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que vai já terminar. A videovigilância está na parte do investimento e não na parte dos serviços e, portanto, os serviços que temos em vigilância, isso que o senhor deputado falou, é serviços, aquisição de serviços e não em investimento, foi o caso da empreitada que fizemos para a videovigilância.

----- Depois, queria realçar ao senhor deputado que estamos aqui no documento da prestação de contas, não estamos aqui a falar dos impostos que vamos querer baixar para o próximo ano. Isso vem quando falarmos no orçamento, e aí nessa altura sim quando chegar a essa altura depois logo será aqui, o executivo logo trará a proposta, leva à reunião de Câmara e depois é que vem para esta Assembleia. De resto, é tudo senhora Presidente, tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que em vinte e nove segundos queria dizer o seguinte ao senhor Presidente em exercício. Eu fiquei na mesma relativamente aqui aos passivos. É Presidente em exercício, exatamente é Presidente em exercício. Eu agradeço também a tolerância da mesa, porque enfim, fui interrompido, eu também gosto de interromper, mas também permito que me interrompam, não tem problema nenhum. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, é o senhor Presidente, é o senhor Presidente. Se o senhor deputado quiser e entender que é o senhor Presidente em exercício, ficará esse registo. Eu acho que é uma falta de elegância, eu acho que é uma falta de elegância.

----- Interveio o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques** Caetano, para dizer que é uma precisão e é uma precisão. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não, não, é uma falta de elegância, mas fica com quem a profere. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhora Presidente, agradeço muito o adjetivo, mas quer dizer é uma evidência do ponto de vista formal e jurídico, mas pronto, enfim, e inicialmente até já disse porque é que acabei de dizer isto, mas enfim, quem quer perceber, quem não quer não percebe. Voltando aqui à intervenção, passivos contingentes, eu fiquei na mesma, fiquei na mesma, porque o senhor disse que o valor que está aqui na nota quinze é com base na informação dos advogados do município. Bom, quero crer que os advogados não conseguem adivinhar o desfecho dos processos e depois aquilo que eu disse foi que nos documentos dos anos anteriores, além da questão do valor da provisão que era destinado a esse tipo de rubrica, vinha um valor que eventualmente poderia ter que ser exigido ao município caso perdesse as ações. Agora deixou de vir esse valor e eu pergunto porquê? Nem é pela provisão, enfim, porque os advogados a não ser que tenham alguma bola de cristal, não conseguem fazer provisão de quantas ações é que vão perder, penso eu a não ser que tenham mais elementos do que eu e, portanto, ó



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



senhora Presidente, eu perguntava novamente qual é a razão de não vir aqui esse valor nesta nota número quinze. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que gostaria de saber quem é que são os administradores da Expo Arade Estrutura. Não me disseram quem eram os administradores, não sei quem é que assina os documentos, gostava de saber, é curiosidade. Eu, parecendo refletir corretamente o exercício dos estritos cumprimentos de dispositivos legais, parecendo que a firma BDO apesar de não estar assinada, mas como o senhor Presidente disse que tecnicamente é legal, pelo exposto, esta deliberação da Câmara Municipal de Portimão 262/24 apresentada, tecnicamente nada temos a obstar, o Bloco de Esquerda vai-se abster desta presente deliberação, mas gostaria de saber quem é que são os administradores. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, reitero a pergunta que fiz ao senhor Presidente sobre a calendarização da negociação com o PAM. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, a negociação com o FAM já está a ser iniciada, portanto o Dr. Pedro Pereira já está a dar início à negociação com a documentação toda, dado que deixamos de estar em endividamento excessivo, já iniciámos, portanto pensamos que para o mês de junho, julho, deixamos de estar em endividamento excessivo. Portanto, ficamos... -----

----- Depois, os senhores administradores é o senhor vereador José Cardoso, é o João Santana da EMARP, é o Pedro Poucochinho e o Luís Elísio. -----

----- Quanto ao mapa, o mapa dos contingentes e ativos contingentes, isto é um mapa que veio agora do tribunal de contas que tem que ser enviado e já não tem com esse valor, tinham que pôr aqui com o valor total das ações e, portanto, é por isto que esta informação é dada, é de acordo com o documento que é feito para o tribunal de contas. Não porquê, é porque o documento hoje é diferente, o modelo de documento é diferente e não obriga a ter essa rubrica. Mudou, mudou. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, é só para dar uma informação, senhor Presidente muito obrigada, só para dar uma informação. Houve alteração de normas, o novo orçamento geral de estado de 2024 alterou uma série de normas e foi por isso que a integração do saldo foi possível fazer já em fevereiro, ainda antes da prestação de contas e isso não... portanto, houve uma player de normas que foram alteradas com o orçamento geral do estado relativamente à gestão das autarquias locais. Esta determinada não posso informar, mas é do conhecimento geral que o orçamento, isso está plasmado no parecer que foi feito da Associação Nacional de Municípios a propósito da proposta de orçamento de 2024. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, bom perante uma série de questões formuladas já ao longo deste mandato, nomeadamente em 2023 e já nesta própria Assembleia e tendo em conta também o elevado rácio e incapacidade de cumprimento da



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



despesa prevista face ao orçamento e até promessas efetuadas, o Partido Chega demonstra-se muito discordante sobre a forma pouco responsável como o dinheiro dos contribuintes é gasto. -----

----- O município de Portimão está obrigado a um conjunto de procedimentos fruto da intervenção do PAM, Programa de Ajustamento Municipal, cuja assistência financeira resulta de uma dívida atual de cerca de noventa milhões de euros, prevalecendo uma política de investimento de ações que consideramos não produtivas ou de até um grande cariz festivo. -----

----- Esta deliberação reflete mais uma vez muita da limitação presente e futura que foi condicionada por um passado irresponsável que também aqui já foi falado, em que a ascensão ou manutenção do poder foi o principal objetivo e em que a gestão autárquica foi baseada na acumulação de dívida e sem nada contribuir para a evolução do concelho nas últimas décadas. -----

----- Atualmente, assistimos a um contexto de receitas extraordinárias favorável, principalmente através do IMT e IMI, que em conjugação com o orçamento da despesa por cumprir se traduz em saldos positivos transitados enormes. Paradoxalmente, para o executivo não impacta na vontade racional de acabar com o facto de ser o município com maior volume total de despesa paga em juros entre 2010 e 2020, e uma simulação desse custo indica-nos que cada habitante de Portimão pagou só em juros perto de oitocentos euros, o que perfaz desde 2010 até 2023 mais de cinquenta milhões de euros pagos só em juros e encargos com a dívida. -----

----- Na prática, o município apenas tenciona pagar o excedente da dívida, mas esquece-se de definir uma estratégia para os restantes oitenta milhões. -----

----- O município orçamenta despesa para fazer obra, mas os dados e factos de anos anteriores, nomeadamente 2023 referem que apenas cinquenta por cento ou pouco mais foi cumprido, o que reflete a incapacidade e até a falta diria de qualidade do executivo na gestão do presente e futuro da autarquia, promovendo e cingindo-se apenas a uma gestão corrente dos destinos do concelho. -----

----- O Partido Chega não se revê nesta política e gestão autárquica, em que o despesismo do executivo municipal muitas vezes acontece, sendo exemplo o gasto previsto para o que foi, aconteceu nas comemorações do 25 de Abril, que ascende a meio milhão e mais o exagero orçamentado para as comemorações do Dia da Cidade, ou seja, é um concelho pobre, endividado e com tiques de riquismo. ---

----- Continuamos a assistir ano após ano a uma ausência de uma política local que seja realmente inovadora e com capacidade para desenvolver social e economicamente o concelho. Não há diminuição significativa do IMI e da derrama, não há devolução do IRS para os munícipes, não há uma política de habitação definida, não há atratividade para as empresas ou para os jovens se fixarem no concelho. Tudo isto incompreensivelmente em contraponto com uma autarquia endividada, mas com saldos transitados positivos de um ano para o outro perto de mais que cinquenta milhões de euros. Adicionalmente, nenhuma das medidas sugeridas em reunião de Câmara e Assembleia Municipal nos anos 2022 e 2023 foram incluídas no orçamento, nem após incorporação do saldo transitado. -----

----- Pelos motivos apresentados entre outros, o Partido Chega vota contra esta deliberação. Tenho dito.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, somos dos municípios com mais jovens, senhora Presidente, dada esta intervenção também e também que não estamos no limite do endividamento, estamos abaixo, cinco ponto um milhões abaixo do endividamento. É só para corrigir e para pôr um ponto, a verdade tem que ser dita também. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-a)** – Discussão e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Individuais, relativos ao exercício económico do ano de 2023 e proposta de aplicação de resultados, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº262/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:** ---

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	2	0	1	0	3
VOTOS CONTRA	0	5	3	2	0	1	0	1	12

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

----- **Foram aprovados, por maioria**, os Documentos de Prestação de Contas Individuais, relativos ao exercício económico do ano de 2023 e proposta de aplicação de resultados, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº262/24.** -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4-b)** – Apreciação do Inventário dos Bens Patrimoniais registados contabilisticamente no exercício económico do ano de 2023, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº243/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que haverá só a apreciação, não haverá a votação, uma vez que a lei não obriga à votação. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, para dizer que há sensivelmente um ano nesta casa, foi pedido que lhes fosse fornecido o inventário global e não relativamente só àquele ano dos bens deste município. Tem-me sido referido pelo senhor Presidente Álvaro Bila, que já fez chegar isso à Assembleia Municipal. Acontece que nós ainda não recebemos, hoje que estamos aqui os três pelo menos, gostava de saber se já foi enviado ou não o inventário do município e porque é que ele ainda não foi distribuído pelos deputados desta Assembleia conforme tinha sido pedido há cerca de um ano atrás. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, o Bloco de Esquerda também esteve a ver aqui relativamente a este ponto e vimos que temos aqui a fortaleza de Santa Catarina edifícios que já estão na Câmara Municipal de Portimão. Então, porque é que não dão um alento à Santa Catarina, não dão o jeito e que possam alugar aqueles espaços para rentabilizar aquela zona.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Também questiono se também já têm na vossa posse o prédio da avenida Guanaré, o primeiro andar e o rés-do-chão, também está aqui neste documento, gostaria de saber também se já têm na vossa posse.

----- Também ao ver aqui, vi que muitos artigos que a Câmara tem estão avariados e obsoletos. Porque é que não abatem esses artigos que estão aqui, não constam aqui, já que eles estão obsoletos e/ou estão avariados? -----

Também gostava de saber porque é que não está aqui os desfibriladores, que a Câmara comprou os desfibriladores, porque é que não consta neste documento também os desfibriladores. E também gostava de saber porque é que não estão aqui os terrenos na rua do Beco das Aroeiras no sítio da Amoreira, estão lá dois terrenos que não constam aqui e a adega também não consta aqui. Gostaria de saber porquê. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, a questão já foi aqui colocada, não combinámos, mas tem que ver com a fortaleza de Santa Catarina. Eu tenho ideia que aqui há uns meses, creio eu não há muitos, há uns três ou quatro meses pelo menos, a senhora Presidente Isilda Gomes disse aqui numa Assembleia quando questionada o porquê de não avançar, porque é que não avançava a requalificação da fortaleza, disse que estavam à espera de um protocolo com uma entidade qualquer para receber a competência para poderem intervir na fortaleza de Santa Catarina. Ora, vem aqui no inventário, aqui na verba 123519, página três ou quatro, que a fortaleza faz parte do património imobiliário da Câmara. A questão é muito simples, o que é que tem impedido o executivo de iniciar os procedimentos necessários às empreitadas de requalificação daquele espaço, porque ano após ano o espaço vem-se degradando cada vez mais, enfim, ainda por cima é um edifício e é uma zona emblemática da praia da Rocha, que carece há muito de requalificação e, portanto, não consigo entender estando aqui no inventário este bem imóvel, o que é que tem impedido o executivo até agora de lançar os procedimentos administrativos e concursais necessários à requalificação daquele espaço. Era isso que gostava que fosse esclarecido. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que o senhor deputado Vítor Couto realmente já devia de ter recebido o documento total, já pedi à Dra. Helena, vamos enviar novamente para a Assembleia, é um documento muito pesado, mas vamos enviar tudo que temos e o património todo que temos. Portanto, a Dra. Helena depois na quinta-feira fará o envio para a Assembleia, para depois a Assembleia poder distribuir por todos.

----- Depois, quanto ao edifício Guanaré e aos desfibriladores, todos os equipamentos que estão aqui foi só os que foram comprados em 2023. Portanto, o que foi comprado antes já não vem e por isso é que o senhor deputado Vítor Couto estava a dizer... não é o total dos equipamentos, todos que estão no inventário da Câmara, só veio o que foi adquirido em 2023, senhor deputado, mas os outros estão também no inventário da Câmara. O que está para trás, está no inventário da Câmara. -----

----- Quanto à fortaleza de Santa Catarina, só a gestão é que é do município, não temos a posse. No entanto, eu disse na minha primeira intervenção, não temos a posse do edifício de Santa Catarina. Não, está no inventário e estava aqui já a trocar impressões com a Dra. Helena, foi de uma obra de uma empreitada



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que a Câmara fez, que a APS fez e que deu isto como um ativo que fez na fortaleza de Santa Catarina, e estava mesmo a dizer à Dra. Helena que não estou a perceber como é que isto pode estar aqui, o edifício não é nosso, nós vamos ter a gestão. Temos a gestão do imóvel, a posse não e, portanto, a propriedade do imóvel não é nossa, é do estado, é património do estado e, portanto, estamos a fazer o levantamento daquilo para fazermos o projeto para depois propormos para que façamos a recuperação daquele edifício. Temos que ver como é que está aqui este valor e como é que está aqui esta empreitada que a APS fez e que transitou para a autarquia, que fez na parte de uma reabilitação no edifício da fortaleza e, portanto, foi isso que veio para o ativo do município, mas a fortaleza recorde que não é do município. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, mas se entrar no nosso património podemos sempre com a gestão adquiri-la por usucapião e daqui a uns anos resolvemos essa questão. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, eu diria que sobre esta deliberação, que alguns pontos já foram focados, eu se me repetir peço imensa desculpa. Ora, eu diria que a extensa lista de páginas dos bens patrimoniais do município de Portimão e de acordo com o relatório de certificação legal de contas e o relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras através da empresa BDO Associados, transcreve que o município de Portimão tem ainda em análise o método mais adequado para aquilatar certos ativos que mais recentemente passaram a integrar o domínio municipal à data de 31 de dezembro de 2023. De certo modo, o município não põe à aprovação um inventário sucinto, pois advêm falhas nas demonstrações financeiras e nos resultados dos ativos tangíveis. Perante esta realidade demonstrada, o executivo do Partido Socialista terá que informar cabalmente qual o valor identificado em falta no imobilizado. Melhor esclarecendo a dissertação anterior, direi que o património adquirido através das transferências de competência, tais como na área da educação em aquisições de edifícios e equipamentos do estado para o município, como também na transferência das competências da administração central no domínio das áreas portuárias e marítimas. -----

----- O Partido Chega mais uma vez, alerta e denuncia a situação resultante da transferência de competências do governo Socialista à não transmissão dos respetivos contratos e patrimónios afetos. Por todas as incongruências supra explícitas, a bancada do Partido Chega irá abster-se. Disse. Peço desculpa, dará uma má apreciação, ou medíocre. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que ficou na dúvida relativamente aos esclarecimentos sobre a fortaleza de Santa Catarina, que, enfim, para já a descrição que vem aqui relativamente ao bem, é um bocadinho lacónica, é um bocadinho lacónica, não é, e qualquer leitor médio de um documento deste cariz se calhar vai dizer, «bom, mas isso é a forma legal de redigir o documento eventualmente». Eu não ponho isso em questão. Estou a dizer, um leitor médio que não seja nem contabilista, nem jurista, nem entendido em questões financeiras que leia este documento, olha para aqui e o que é que interpreta? É que a referência que está aqui, a descrição que está aqui que é a fortaleza de Santa Catarina-



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



DS (edifício) com um valor patrimonial de um milhão e qualquer coisa mil euros, um milhão cento e setenta e dois mil euros, enfim, depreende-se que seja o edifício da fortaleza de Santa Catarina. -----

----- Depois, o senhor disse aí que teria sido aqui a incorporação de uma requalificação que a APS teria feito no imóvel da fortaleza, peço desculpa, se calhar estive distraído, mas eu não me apercebi de qualquer requalificação ali no conjunto de Santa Catarina, na fortaleza, só se é lá uma parcela muito, muito recôndita do imóvel que, enfim, que nem é visível que tenha sido reabilitado e recuperado de tão escondido que lá esteja no conjunto da fortaleza. E depois há uma questão de princípio, quer dizer, estamos aqui a tratar ou estamos aqui a apreciar, melhor dizendo que o inventário dos bens do município, bens imóveis e bens móveis, e lá está, vem aqui a descrição um bocadinho genérica, mas vem aqui a descrição deste imóvel como fazendo parte do património imobiliário do município. E depois a questão que eu coloquei ainda agora também ficou por esclarecer, o senhor disse aí, «bom, nós não temos a posse, temos a gestão», ou seja, não têm a posse nem propriedade do imóvel, têm a gestão, foi aquilo que o senhor disse, se eu entendi bem. Então, mas se têm a gestão, qual foi o constrangimento para até agora não ter sido lançado procedimento para a qualificação do edifício? Se o município já tem a gestão daquele edifício, o que é que impediu até agora de lançarem os concursos, nomeadamente a empreitada, fazer o projeto e lançar a empreitada para requalificar o edifício, que enfim, a propriedade se calhar não vai passar para o município, mas no âmbito da gestão, parece-me, salvo melhor opinião, parece-me, mas gostava que esclarecesse essa questão aqui, parece importante. No âmbito da gestão daquele edifício, o executivo tem toda a legitimidade para lançar os procedimentos que bem entender para requalificar o mesmo e volto a dizer, eu não estou a falar disto por ser um edifício qualquer. É o edifício que é, tem um valor patrimonial e histórico que tem e tem a importância que tem em termos identitários na praia da Rocha. Não é um edifício qualquer e infelizmente está no estado de degradação que é conhecido de todos. É por isso que eu estou a fazer aqui um bocadinho finque pé nessa questão, porque me parece ter suficiente importância e relevância em termos de património municipal, ainda que sobre a forma de gestão municipal para se referirmos aqui a ele. Portanto, gostava que isso fosse mais bem esclarecido. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho** **Alambre Bila**, não, não, o património do estado mesmo. -----

----- Interveio o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para dizer ah! É património, está bem, peço desculpa. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho** **Alambre Bila**, quanto à questão do inventário, dado que isto é para apreciar, vamos também fazer, vamos apreciar bem isto com os serviços e depois vamos enviar esta informação por escrito, porque também quero ficar bem esclarecido, até eu quero ficar bem esclarecido quanto a isto que está aqui no inventário. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que vai ser difícil, mas vai conseguir. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho** **Alambre Bila**, vamos tentar e, portanto, depois vamos mandar. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para **dizer que isso é um edifício cuja propriedade foi discutida.** -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente d Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho** **Alambre** Bila, quanto ao senhor deputado João Caetano, aquilo passou para o município em julho de 2023 e eu disse na minha intervenção que estamos a fazer um levantamento. Já tinha dito logo, ainda agora já tinha dito que estamos a fazer o levantamento que é para depois ser feito o projeto para a recuperação, também estamos de acordo que aquele edifício deve ser recuperado, porque é uma das joias que temos no nosso município e, portanto, não podemos deixá-lo degradar mais e, portanto, eu sei que os senhores deputados trabalham muito depressa, mas é o que é e temos que trabalhar com o que temos e, portanto, tem sido com os serviços do nosso museu que têm estado a fazer também, têm estado a dar esse apoio e é isto que vamos continuar a fazer. Senhora Presidente, tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, nesta deliberação faz parte com certeza e faz parte do património o valor do terreno público. O Partido Chega insistiu durante várias assembleias e vários pedidos que fizemos, porque gostaríamos de ter, ou gostávamos de ter a informação de qual o valor do terreno público em Portimão. Finalmente essa informação chegou. Agradecemos pela amável e simpática resposta, mas esse documento gerou-nos alguma dúvida, até porque aquilo que diz é que, por exemplo, entre habitação unifamiliar, direito de superfície, posse plena, habitação coletiva ou indústria e comércio, aquilo que apresenta aqui foi que o valor do metro quadrado acima da estrada nacional 125 ou a sul da estrada nacional 125 é diferente, e acima da estrada nacional 125 o direito de superfície é vendido a três contos cento e noventa o metro quadrado, e a norte quatro mil e quatrocentos contos. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhor deputado, eu peço desculpa, mas... -----

----- Interveio o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que estão a falar de património, terreno público, faz parte. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não. Estamos a falar de um assunto completamente diferente. Uma coisa é inventário, outra situação é o valor comercial a que o município. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, faz parte do inventário o valor do terreno público. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não, eu peço desculpa, estamos tecnicamente a misturar duas realidades. Se quiser, portanto discutir essa situação poderá discutir através de uma moção, de outra situação qualquer. Nós estamos na



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



apreciação do inventário de bens patrimoniais. É um documento absolutamente técnico, perfeitamente regulado com normas próprias. -----

----- Aquilo que o senhor deputado estava a colocar e que tem pertinência, que coloque obviamente, mas não neste ponto, que é o valor do preço o metro quadrado pelo qual neste momento a Câmara Municipal está a transacionar os imóveis de que é proprietária em direito de superfície ou em propriedade plena. Eu penso que terá sido isso. -----

----- O que nós estamos a discutir é algo completamente diferente, inventário dos bens patrimoniais registados contabilisticamente no exercício. Contabilisticamente, o valor contabilístico nunca é o valor comercial e vossa excelência sabe isso certamente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que agradece. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, por isso é que temos que apreciar este assunto. Eu gostaria que apreciássemos o assunto em concreto, inventário dos bens patrimoniais. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, eu agradeço a sua intervenção senhora Presidente e vou levar como um conselho positivo, mas vou continuar a minha intervenção. Faz parte dos bens patrimoniais e da análise contabilística dos bens patrimoniais aquilo que é a detenção da autarquia de terrenos públicos. E quando nós pedimos essa informação e dão-nos um documento de 1992 manuscrito que eu apresento aqui a todas as pessoas, manuscrito com os valores em escudos, se é assim que fazem gestão daquilo que é o inventário patrimonial da cidade de Portimão e o transitam para documentos contabilísticos, a minha questão é exatamente esta, quando é que nos enviam a tradução sobre o valor do terreno público que ele está inserido no documento contabilístico do inventário dos bens patrimoniais da autarquia, que faz parte os terrenos que a autarquia é detentora. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que o senhor Presidente já referiu que vai responder por escrito. É isso. Portanto, clarificará essa situação por escrito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, muito obrigado senhora Presidente, como viu eu estava certo. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ok, é aí que a doutrina se divide, mas ficamos por aqui. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, isto é só apenas uma curiosidade, porque no meio de setecentas páginas de inventário descobre-se coisas interessantes e é só perguntar porque é que isto aparece aqui. Eu cheguei à conclusão que o complexo desportivo de Alvor está impraticado, porque todo o inventário do complexo desportivo de Alvor está danificado. Está aqui, o bem está danificado. Portanto, eu pressuponho que é possível ir ao complexo



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



desportivo. Pronto, é o que diz aqui, não é, são duas páginas e meia de inventário a dizer que está danificado. Qual é o procedimento para, isto se está danificado, não tem valor, não está para uso, sai daqui do inventário. A questão é porque é que mete-se aqui páginas e páginas de material danificado. Pronto. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que a questão está colocada. Senhor Presidente, tem hipótese de responder? Então, responderá posteriormente por escrito. Não, não é isso, é uma questão técnica, o danificado tanto pode ser o software que pôs lá danificado, ou pode ser uma norma técnica que obrigou a que colocasse danificado. Como nós não sabemos, o senhor Presidente vai responder por escrito. Então, se não se importa, depois daria o esclarecimento depois. -----

----- Mais alguma intervenção neste período da apreciação? Não havendo outra intervenção, agradeço aos senhores deputados e, portanto, podemos encerrar este ponto. Tendo em conta a hora, são meia-noite e vinte e cinco, prosseguiremos de acordo com aquilo que foi a discussão na conferência de líderes que houve a hipótese depois se eventualmente continuasse no dia 6 segunda-feira, 6 de maio e, portanto, se não houver impedimento da parte do senhor Presidente e dos senhores vereadores, continuaríamos os trabalhos aí sim para discutir o regulamento, a alteração do regulamento, o Contrato-Programa da EMARP, pedir a paciência dos senhores diretores da EMARP e, portanto, aqui estaremos na segunda-feira se deus quiser. Obrigada.

-----Foi apreciado o Inventário dos Bens Patrimoniais registados contabilisticamente no exercício económico do ano de 2023, nos termos da Proposta – Deliberação de Câmara nº243/24.

-----Não havendo mais intervenções e esgotado o tempo regimental previsto para esta sessão, quando eram zero horas e vinte minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 2ª reunião desta 2ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e quatro, realizada no dia trinta de abril de dois mil e vinte e quatro, e desde logo ficou agendada a continuação dos trabalhos para o dia seis de maio, no mesmo horário e local.-----

-----3ª Reunião da 2ª Sessão Ordinária de 2024 – 1º Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 06 de Maio de 2024 -----

-----Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a Presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, e **Sheila Gassin Tomé**, respetivamente Primeiro e segunda Secretários da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Cristiano Malha Gregório	Partido Socialista
José Luís Mateus Barbudo	Partido Socialista
Alzira Maria Maças Calha	Partido Socialista
Maria da Luz Cabeça Garrancho Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Ivo Miguel Inácio Carvalho Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata
Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Rita Sónia de Barros Reis	Partido Social Democrata
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Jorge Daniel Alves Carneiro de Melo	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
César Rodrigo Simões Valente	PAN

-----Não esteve presente, a seguinte deputada municipal: -----

NOME DO MEMBRO DA	Força Política
-------------------	----------------



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente

-----De acordo com o artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal, apresentou pedido de justificação de falta, a senhora deputada Independente Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros, o qual se anexa a esta ata, dela fazendo parte, para a seguinte reunião: -----

3ª Reunião da 2ª Sessão Ordinária de 2024	Data: 06 de maio de 2024
---	--------------------------

----- Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOMES DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
CHEGA	Luís Filipe Custódio	1 ano	02/06/2023 A 02/06/2024	Patricia Alexandra G. Ferro
CHEGA	Patricia Alexandra G. Ferro	1 dia	06/05/2024	Jorge Daniel Alves de Melo
BE	Marco Paulo Pereira	1 dia	06/05/2024	Marilu Veiga Correia Santana
PS	Pedro Jorge Marques Moreira	1 dia	06/05/2024	José Luís Mateus Barbudo
PS	Rui Miguel da Silva Algarve	1 dia	06/05/2024	Alzira Maria Maças Calha
PSD	Carlos Gouveia Martins	1 dia	06/05/2024	Ricardo Jorge da Silva Viana
PSD	Américo da Conceição Mateus	1 dia	06/05/2024	Bruno Miguel Candeias
PSD	Raquel Gonçalves Bernardino	1 dia	06/05/2024	Maria Augusta Pires Rodrigues
PSD	Maria Augusta Pires Rodrigues	1 dia	06/05/2024	Filipa Maria António Marques
PSD	Filipa Maria António Marques	1 dia	06/05/2024	Rui Filipe Duarte Norte
PSD	Rui Filipe Duarte Norte	1 dia	06/05/2024	Susete Madalena Rocha Santos
PSD	Susete Madalena Rocha Santos	1 dia	06/05/2024	Miguel Afonso da Silva Mendes Pereira



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PSD	Miguel Afonso da Silva Mendes Pereira	1 dia	06/05/2024	Rita Sónia de Barros Reis
PAN	Daniela Marlene Duarte	1 dia	06/05/2024	César Rodrigo Simões Valente

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Presidente em Substituição – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador – Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Por Parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não esteve presente: -----

João Vasco da Glória Rosado Gambôa	Vereador – Partido Socialista
------------------------------------	-------------------------------

-----Quando eram vinte e uma horas e sete minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **3ª reunião da 2ª Sessão Ordinária de 2024**, cumprimentando todos os presentes.-----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o ponto **4-c)** – Discussão e Votação da Proposta de Alteração ao Regulamento de Atribuição de Habitações em Regime de Venda a Custos Controlados e em Regime de Venda em Propriedade Resolúvel do Município de Portimão, nos termos da Proposta -**Deliberação de Câmara nº153/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que queria começar só a sua intervenção por dizer que o seu colega João Gambôa não está, porque está em representação da ginástica rítmica. Já que estamos a falar no Sporting, o Amorim, eu não quis pedir substituição, portanto estou aqui e o meu colega João Gambôa ficou com a ginástica rítmica. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Depois, também dar os parabéns ao PPD/PSD que faz hoje cinquenta anos e os seus elementos estão aqui presentes, portanto também acho que devo dar os parabéns. -----

----- Quanto ao documento que está em discussão, este documento já esteve aqui, sofreu umas pequenas alterações, portanto se calhar ficamos a aguardar as perguntas para depois podermos dar as respostas. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o que gostaria de perguntar era o que é que levou a esta alteração, desde logo porque na informação da habitação não lhes foi justificada estas alterações. Era só essa a primeira pergunta. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a senhora Presidente não o vai levar a mal, mas ele vai começar a sua intervenção por manifestar a sua, se calhar a sua falta de condições para estar na Assembleia, porque dormiu mal esta noite, teve uma noite assim um bocadinho atribulada, mal dormida e, portanto, enfim, se tiver aqui algum lapso pede-lhe desde já desculpas, porque foi uma noite mal e descansou pouco, não é, pronto, foi um bocadinho atribulada. E depois dizer-lhe que realmente, independentemente aqui das instituições da cidade que tenham aqui representação, para mim enquanto portimonense, mas enquanto sportinguista também, é um dia feliz hoje, ou ontem e, portanto, não posso deixar aqui de dizer que como há muitos sportinguistas que vivem até em Portimão, no concelho todo, aliás, estão aqui alguns, até está aqui um membro da bancada do PS que eu ontem tive a felicidade de encontrar nos festejos do campeonato aqui em Portimão, por sinal no núcleo do Sporting de Portimão, eu como portimonense também sinto-me contente e feliz, porque o Sporting é campeão nacional e em nome de todos os portimonenses que são sportinguistas. -----

----- Relativamente aqui ao ponto que estamos aqui a discutir, entrando aqui concretamente neste ponto. Eu, salvo melhor opinião, parece-me que daquilo que está aqui no documento e que está com sombreado a amarelo torrado, creio eu, são mais ou menos as questões que foram aqui alteradas e, portanto, enfim, é uma questão que tem que ver com o tratamento dos dados pessoais e depois é a questão aqui do prazo se não me falhou aqui a análise, do ónus e da legalidade. -----

----- Agora, há aqui uma questão que eu parece-me que não está aqui prevista e que eu queria aqui questionar o executivo. É a questão de eventualmente os imóveis que sejam aqui transmitidos ao abrigo deste regulamento e, portanto, adquiridos, se podem ou não depois ser objeto de, nomeadamente de arrendamento ou de subarrendamento. Eu, enfim, daquilo que vi aqui não me parece que haja aqui uma cláusula expressa nesse sentido. Parece-me também que vai haver um contrato, não é, uma escritura e pergunto se eventualmente essa cláusula vai ser acautelada em sede de escritura pública, para depois quem comprar ficar também vinculado a essa impossibilidade que seria comprar ao abrigo deste regime uma fração autónoma e depois eventualmente, enfim, como tem acontecido se calhar noutros concelhos, eventualmente haver aqui às vezes por vicissitudes várias, haver a tentação de às vezes arrendar os apartamentos ou subarrendar. Disse.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Candeias**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que vinha aqui falar de uma preocupação que também já foi aqui referida por esta bancada, que se trata com a utilização a dar aos imóveis. Sabemos que este tipo de imóveis são adquiridos muitas vezes com intenção de os valorizar e tirar alguma rentabilidade, adquiridos por pessoas que até conseguem cumprir os requisitos previstos no regulamento, mas que de alguma forma conseguem adquiri-los e arrendá-los, ou valorizá-los para passado dez anos, quando o regulamento o permite, poderem vendê-los a preços superiores. -----

----- Achamos que deveriam de ser criados mecanismos para evitar então que estes imóveis fossem adquiridos e que fossem então desviados daquilo que é o principal objetivo, que é a disponibilização a pessoas que têm carência e que têm dificuldades em adquirir este tipo de imóveis. Portanto, deveriam estar, portanto claros no regulamento mecanismos que confirmem este procedimento e intenção pretendida e devem de existir condições claras que imponham a obrigatoriedade de quem adquire estes apartamentos em residir nos mesmos apartamentos e que sejam previstas penalizações para quem faça incumprimento. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que foi pena deles, do Bloco de Esquerda não terem visto, quando isto foi novamente à discussão pública, se calhar tinham posto lá algumas questões, uma delas foi um casal jovem que falou com ele sobre esta situação e que disse, «então mas nós somos uns jovens, vamos casar, vamos querer um filho só que não nos conseguem dar um T1». Ou seja, porque é que não há um mecanismo para que esse casal consiga logo ter um T2 para que conseguisse ter um T2 e não um T1 para mais tarde ter que voltar a trocar de casa e também a minha preocupação também vai com a mesma que o senhor deputado do PSD disse e ali é a mesma situação, devia de haver aqui também um travão para que não haja especulação imobiliária neste tipo de habitação que tem havido, infelizmente tem havido, basta ver na Quinta das Oliveiras e mesmo na Quinta da Ouriva, apartamentos que foram adquiridos por setenta e tal mil euros que agora estão no mercado a cento e cinquenta mil e muitas delas vêm aqui à Câmara, às reuniões de Câmara para a transmissão desses apartamentos por causa do terreno. Eu acho que a Câmara aí deveria de pôr um travão e ser a própria Câmara a adquirir novamente os apartamentos pelo preço baixo, não é, ou seja, não digo os setenta mil euros que foram adquiridos, mas um pouco mais, mas nunca para fazerem tipo de negócio este tipo de negócio. Devia haver aqui uma barreira ou criarem um mecanismo como foi dito aqui para travar esse tipo de situação. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que passaria então à sua colega Teresa Mendes. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente às questões colocadas. Segundo e conforme disse o deputado João Caetano, agora este regulamento está aqui apenas pela alteração das que estão assinaladas, porque este regulamento já esteve aqui, já foi discutido aqui, já esteve numa primeira fase, já esteve uma vez em discussão pública e foi aprovado e, entretanto, entrou e fez-se o



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



concurso e já houve todos os candidatos, precisamente por causa da questão dos T1 que verificámos que havia muitos jovens que gostariam de ter um T2 e o regulamento não previa, nós fizemos uma alteração ao regulamento precisamente para que se os jovens assim o entenderem, os jovens ou menos jovens, eu digo jovens porque o primeiro sorteio será para os dos dezoito aos trinta e cinco anos e por isso estão na definição de jovens. Se entenderem que querem comprar um T2, podem agora à luz deste regulamento, comprar um T2 e depois aproveitámos porque no primeiro regulamento isso ainda não era obrigatório, agora já é, que tem a ver com as questões dos dados pessoais que não estavam previstos no primeiro regulamento e acabámos por completar tudo e por isso foi novamente a discussão pública. Portanto, houve duas oportunidades de qualquer contributo ou algo que achassem que poderiam melhorar o regulamento de o fazerem nessa altura, ou mesmo durante a discussão que se teve aqui, antes de ir a discussão pública também poderiam ter dado esses contributos em sede de reunião, também não aconteceu, mas pronto passando aqui às questões. O porquê da alteração, já disse, é essencialmente por causa da tipologia que se fez esta alteração, foi única e exclusivamente por causa desta questão, porque havia muitos dos candidatos que assim disseram dessa intenção, ao vermos com o jurídico, verificámos que como era em benefício dos candidatos e não em prejuízo que podia ser feita essa alteração pontual senão teria que se deitar abaixo o concurso e assim não há essa necessidade. -----

----- Depois, relativamente ao aluguer, eu sei que, eu agora tinha que estar a reler tudo e agora rapidamente não consigo encontrar essa cláusula, mas é para habitação própria, não é para comprarem e depois poderem alugar, e eu sei que está algures, ou é no aviso, mas agora tinha que reler isso tudo, não sei exatamente onde é que isso está. -----

----- Quanto à questão da venda, pois óbvio, as pessoas fazem uma compra de um apartamento a um custo mais baixo, ao fim de dez anos se o desejarem à semelhança de todos os outros que já foram, como disseram e bem da Quinta das Oliveiras, da Quinta da Ouriva, se as pessoas ao fim dos dez anos desejarem venderem é a lei do mercado, depois poderão comprar outra, mas eles para venderem têm que ter outra casa para viver, não podem, não vão para a rua certamente, não é, não vão vender a casa e, entretanto, vão para a rua pedir-nos uma casa, até porque nem podem, até porque não podem porque o nosso regulamento de atribuição de casas a renda apoiada não permite que isso aconteça, porque depois há o cruzamento de dados. Pronto, e penso que respondi às questões colocadas. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que apresenta também felicitações não a um clube de futebol, mas sim ao PSD pelos seus cinquenta anos. Relativamente a este ponto que aqui vem, agradeço as explicações dadas pela senhora vereadora, no entanto gostaria de saber, relativamente aqui ao artigo dezassete número dois, às alterações propostas, nomeadamente ao ónus de inalienabilidade, vem aqui previsto que, portanto em caso de manifesta necessidade, nomeadamente nos casos de alargamento do agregado, que as habitações poderão ser alienadas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



em prazo inferior aos dez anos inicialmente previstos. Pergunto aqui, qual é o mecanismo e qual é o meio de prova e se isso também não deveria de ter ficado acautelado nesta alteração ao regulamento. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, para dizer que relativamente a essa cláusula, não conseguiu perceber bem qual é a dúvida porque para ela está explícita, ou seja, quando a pessoa concorre, isso tem a ver com sobrelotação de um fogo. Vamos imaginar alguém que concorre, um jovem com um filho quer um T2, T2. Entretanto, tem mais um filho ou tem dois filhos, se tiver um mais, depois isso tem a ver ali com as tipologias que estão no artigo anterior, entretanto pode entrar em sobrelotação. Se já comprar outra casa, tiver condições para comprar outra casa poderá ser menor, porque a condição quando concorre nós temos a ficha de caracterização do agregado, acaba por ser, durante estes dez anos eles são, de uma forma enfiada acabam por ser acompanhados por nós, portanto tem a ver com a ficha de caracterização inicial e depois a final, se entretanto verificarmos que ele tem realmente, ou imagine que, entretanto os pais são idosos, vão viver com o casal e que não cabem todos naquela casa, até podem fazer uma troca, por exemplo, com um outro, ou vender aquela e comprar outra, mas isto está previsto essa cláusula, sendo que a Câmara tem direito de preferência e pode adquirir. Sim, a Câmara tem sempre direito de preferência. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que queria agradecer a explicação dada pela senhora Vice-Presidente, mas gostaria de uma vez mais solicitar que teria sido muito mais fácil até para a análise do documento essa questão ter vindo, portanto explicada num pequenino resumo, em que se deveu essencialmente para além daquela obrigatoriedade da lei em relação aos dados, à questão das tipologias. -----

----- Gostaria também era de perguntar se, este regulamento vai ser ainda aplicado ao concurso? Se vai a tempo? Ao concurso que está ainda a decorrer das casas em construção em Vale de Lagar? -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, agradeço os esclarecimentos que a senhora vereadora aqui deu. A questão aqui que tinha sido colocada aqui em relação a este artigo dezassete número dois, prende-se sobretudo com esta cláusula que está aqui logo no início que é uma cláusula relativamente aberta e indeterminada, porque as situações de eventual alargamento do agregado familiar são mais ou menos evidentes e isso decorre também da dinâmica, enfim, da constituição ou da alteração que possa haver nesse agregado, não é, ou com diminuição ou aumento do número de componentes do agregado. A questão aqui é que diz-se, «em caso de manifesta necessidade, nomeadamente alargamento», e a pergunta óbvia é, sem ser os alargamentos o que é que é, o que é que se entende por manifesta necessidade, que não há aqui uma definição do que é que eventualmente poderá ser manifesta necessidade, e, enfim, não havendo essa definição, isto se calhar remete-nos para uma análise meramente casuística, ou seja, caso a caso muitas vezes, em que poderemos eventualmente cair nalguma subjetividade do que é que é a manifesta necessidade para depois haver aqui alteração. Era essa questão que queríamos ver esclarecida. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que teve apenas uma dúvida que gostava de ser esclarecido que é. Segundo aquilo que a senhora vereadora aqui disse, estas casas são apenas para habitação própria e permanente. Eu compro uma casa com essa funcionalidade, posso comprar. Ao fim de um ano, eu deixo de morar lá e tenho a obrigação com essa cláusula de durante dez anos essa casa só passa para mim efetivamente ao fim de dez anos. Tinguindo os dez anos eu posso vender, posso fazer o que quiser à casa, compreende-se perfeitamente isso. Eu pergunto, se a pessoa sair ao fim de um, ou ao fim de dois, se a pessoa arrendar essa casa até ao período dos dez anos, eu pergunto quem é que fiscaliza essa situação e se isso como é lógico pode acontecer. O que é que acontece à pessoa, qual é o poder que a Câmara tem para fazer funcionar, portanto aquilo que está no contrato que é, a plena posse dessa casa ao fim de dez anos e a pessoa aí pode vender, pode fazer o que quiser, mas até lá é uma habitação para a pessoa, para quem concorreu e para quem adquiriu a casa para habitação própria e permanente. Se a pessoa sair de lá e arrendar a casa, quem é que fiscaliza e o que é que acontece nessa condição e se o contrato permite ou não permite uma situação dessas, que é óbvio que pode acontecer. É só o que eu tinha para dizer. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, relativamente à questão colocada, se estas alterações se vão aplicar ainda ao concurso que já terminou, sim. Neste momento, todas as famílias que se candidataram estão em entrevistas individuais e já estão a fazer a escolha de qual a possível, se o regulamento for aprovado, qual é a habitação que desejam, portanto já vai ser aplicado a este novo regulamento, a este concurso. -----

----- Depois, manifesta necessidade. Nós não conseguimos prever todas as manifestas necessidades, mas vamos imaginar alguém que tem um acidente e que precisa de se deslocar em cadeira de rodas, se calhar a habitação que são habitações a custos controlados com áreas um bocadinho diferentes, se calhar já não se adequa, mas todas essas situações terão que vir depois à reunião de Câmara pelo menos naquele prazo dos dez anos e depois serão analisado pelos técnicos, verifica-se se é possível ou não, e depois poderá vender ou não, mas não conseguimos prever tudo, daí colocarmos aqui a manifesta necessidade. -----

----- Quanto à questão do arrendamento, é para habitação própria, claro que nós não vamos ter um fiscal, aquilo são duzentas e vinte e sete habitações, se não me engano, não consigo ter uma pessoa à porta e cada casa. Se houver uma denúncia, é aplicado o regulamento e a pessoa ou perde o direito à casa, se na realidade já não quer ficar na casa e nós temos o direito de preferência, teremos que a comprar, não é, ela tem que vendê-la, não pode arrendar, pode ter a casa vazia se assim o entender, não estar lá por qualquer motivo, vamos imaginar. Alguém que está agora aqui um jovem e sabendo da mobilidade que têm, por qualquer motivo tem que se ausentar da cidade por um ano ou um ano e meio, pronto e tem que ir, não vamos penalizar a pessoa. Tem a casa fechada, não está alugada, não pode subarrendar, a casa é para habitação própria. Agora, existem várias formas que todos nós conhecemos e não conseguimos estar à porta de cada um, partimos do princípio que quando assina o contrato vai obedecer a todas as cláusulas, portanto têm ali um



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



compromisso de honra, é quase como se estivesse ali um compromisso de honra, mas não conseguimos estar na casa de cada um a verificar. -----

----- Interveio o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para perguntar se caso isso aconteça está previsto. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, para dizer que caso aconteça, se é para habitação própria, a pessoa não usa para habitação própria está a alugar, logo não está a cumprir o contrato, terá que depois nessa altura terá que ser analisado com o jurídico, e/ou tem que vender, ou mantém-se, ou temos o direito de preferência de ficarmos com a casa, depois será analisado cada um dos casos. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, senhora Vice-Presidente e vereadora, agradeço-lhe os esclarecimentos que deu. No entanto, é assim, quem é jurista sabe isto, a realidade é sempre mil vezes mais fértil do que aquilo que o legislador consegue prever e do que aquilo que está regulamentado, e agora pergunto eu, imaginemos o caso de alguém que adquire um apartamento de tipologia T2, que vive nesse imóvel e arrenda um quarto a um terceiro. Quer dizer, continua-se a verificar a habitação própria permanente que o próprio adquirente reside lá, mas há um subarrendamento parcial. Portanto, aí qual é a posição, se é a mesma. O que pensamos é que estas questões, nomeadamente o arrendamento e a cedência deviam de ter ficado previstos de forma mais clara. E relativamente à fiscalização, queria só relembrar, é assim a partir do momento em que as casas são adquiridas para um terceiro, em princípio a Câmara Municipal sem uma ordem judicial não pode ir fiscalizar o interior da habitação para saber quem é que lá vive. Disse. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-c)** – Discussão e Votação da Proposta de Alteração ao Regulamento de Atribuição de Habitações em Regime de Venda a Custos Controlados e em Regime de Venda em Propriedade Resolúvel do Município de Portimão, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº153/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	2	1	1	-	19
ABSTENÇÕES	0	5	3	2	0	0	0	-	10
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	-	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

----- **Foi aprovada, por maioria**, a Proposta de Alteração ao Regulamento de Atribuição de Habitações em Regime de Venda a Custos Controlados e em Regime de Venda em Propriedade Resolúvel do Município de Portimão, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº153/24**. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Não esteve presente a senhora Deputada Municipal Independente Ângela Quadros. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que seguia para apreciação, o ponto **4 - d)** - Discussão e votação do Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP – Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, EM SA – *Instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves relativas a estacionamento*, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº187/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que quer começar por fazer duas perguntas. Em primeiro lugar, não sei se já repararam que a minuta refere que o município é representado pela Dra. Isilda Gomes e que neste momento tem o mandato suspenso. Portanto, a minuta obviamente que deve ser alterada, e se já tinham reparado nesse pormenor. -----

----- A segunda pergunta é, e porque do anterior Contrato-Programa para 2023 mencionava, e este é igual, no artigo oitavo na alínea b), relativamente ao relatório de execução da delegação de competência, e eu dos documentos anexos eu não consigo depreender que esteja lá esse tal relatório de execução que estava previsto no Contrato-Programa para 2023. Era a pergunta que eu queria saber, se existe esse relatório, se foi elaborado e se foi elaborado porque é que não está nos documentos anexos. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, aqui no fim de contas é mais ou menos o que foi dito no ano passado. No fim de contas a rentabilidade que estão a tirar com as multas, com as coimas, a operação vai custar quase metade, por isso também não vejo assim grande, só a operação leva metade, duzentos e sessenta mil euros sobre os quinhentos e noventa e sete mil, só ter em conta isso. Acho que devia ser, já que estão a penalizar os munícipes, pelo menos deviam ter mais rentabilidade para a Câmara para investir noutros serviços e noutras valências para todos nós. Tenho dito.

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que em relação à questão que foi aqui colocada de quem é que figura aqui como outorgante, enfim, isto depende um bocadinho da data, não é, se for a partir do dia 10 de junho, se calhar está bem, ou seja, fica mais ou menos resolvida por natureza, digo eu. Portanto, não sei qual é a data que vão pôr aqui no Contrato-Programa, mas há aqui uma questão que me preocupa mais do que isso, do que essa formalidade. Na fundamentação aqui para a alteração, no programa para 2024, fala-se na questão da alteração dos custos operacionais. E depois diz-se aqui que, portanto esta alteração decorre do aumento do custo da mão-de-obra. Não está explicado, não sei se é a atualização dos vencimentos das pessoas que estão a trabalhar nesta área, presumo que sim, mas não está aqui explicado e nem está quantificado também aqui a questão desse aumento de custos operacionais, mas depois diz-se aqui uma coisa que eu perguntava como é que se chegou a esta conclusão.-----

----- A conclusão é a seguinte, vou passar a citar. «Sendo também expetável face ao histórico, que o número de autos resultarão em coima, aumento (residentes em Portugal)», fim de citação. Portanto, eu, isto



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



o histórico é muito relativo, não é, não sei se os senhores têm alguma projeção ou têm algum algoritmo que consegue fazer aqui uma previsão do número de autos que vão levantar, ou se há aqui de alguma forma, digamos uma orientação dos serviços, ou dada aos serviços para intensificar a cobrança das coimas, porque isto é preciso compensar depois aqui os aumentos de custos operacionais e é preciso levantar mais autos porque é preciso aumentar a receita. Portanto, como isso não está aqui explicado, eu gostava que fosse dada aqui essa informação à Assembleia, porque senão ficamos aqui um bocadinho baralhados aqui em relação aqui à razão de ser desta alteração. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que antes de mais, gostaria de parabenizar, não só a bancada do PSD, como o partido do PSD no seu todo, pelo seu quinquagésimo aniversário precisamente feito hoje. -----

----- Eu gostaria, segundo, a instrução e decisão dos procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves e estacionamento, segundo as considerações do Contrato-Programa. A proposta para 2024 é semelhante à de 2023, com pequenas alterações ou atualizações. Segundo estatística anterior, prevê-se um aumento de infrações a residentes e em sentido contrário, a automóveis de matrícula estrangeira, ou seja, turistas. Será que a EMARP não possui meios e intercâmbios comunitários para cumprir ou fazer cumprir a lei do estacionamento sem residência em Portugal ou os veículos automóveis com matrícula estrangeira, por falta de acesso da EMARP aos registos que comprovem a titularidade dos mesmos, na prática. Tem sido impossível à empresa prosseguir com os processos contraordenacionais nos termos exatos que o faz com os veículos com matrícula portuguesa. Será esta situação, ou esta situação gerará uma violação ao princípio da igualdade. Eu agora pergunto a quem de direito, a EMARP está a pagar a uma empresa *outsourcing* cinquenta por cento do que é cobrado aos veículos estrangeiros. A EMARP não apresenta contas, ou se já fez contas, não seria muito mais viável fazer essa prospeção de pagamento, ou esse cumprimento ao pagamento diretamente? Não sei se já fez algum estudo se não. Saber realmente se essa empresa de *outsourcing* cobra às viaturas estrangeiras a coima real efetiva atribuída pela EMARP, ou as inflacionará? Mais os cinquenta por cento do seu trabalho quase leva a dizer e a crer que a EMARP do município gerou outro herdeiro. -----

----- Saber quais os custos que poderiam advir à EMARP que já atrás referi, para fazer esse trabalho. E já agora, gostaria também de saber se for possível e se estiverem nesse direito, de nos fornecer qual é a empresa de *outsourcing* que faz esse trabalho. Tenho dito, obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, em relação a esta matéria, a Câmara e a EMARP provavelmente sabem o quanto sou crítico em relação a esta questão, a questão das multas, a questão, enfim, do estacionamento. De qualquer forma, tive o cuidado de ler o regulamento e fala, calcula o custo dos funcionários ao segundo, ou ao minuto, já não me recordo se é minuto, se é ao segundo, zero vinte e dois cêntimos, pronto. Não consigo lá chegar como é lógico. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Gostava de saber, primeiro. Quantos polícias municipais, porque já vi isso aí num sítio com polícia municipal ou outros, outros são funcionários ou são fiscais, não sei qual é o termo, mas o efeito é o mesmo. Perguntaria quantas pessoas, quantos colaboradores desses a EMARP tem? Presente e pensando no futuro.

----- Outra questão que me aqui choca, foi aquilo que aqui foi referido, foi em relação aos veículos estrangeiros. -----

----- Bom, eu como munícipe, como membro desta Assembleia, não tenho o direito de estacionar, fiscalizar uma obra que a Câmara faça e se estacionar o meu carro lá, ou pago ou então sou multado. Provavelmente para os vereadores essa facilidade existe, para mim não existe. -----

----- Estava a pensar mudar de carro e comprar um carro estrangeiro, porque ao comprar o carro estrangeiro estava liberto tanto das multas e estava liberto desta coisa toda, não é? Como portimonense realmente é fundamental que se diga isto, porque há uma diferença entre aqueles que são nacionais e aqueles que são estrangeiros. Muitos deles até são nacionais e usam carros com matrícula estrangeira. Sabendo desta dificuldade que a EMARP tem de fazer chegar, portanto a coima a essas pessoas, provavelmente têm um benefício muito grande, estacionam a qualquer hora, põe aonde quiserem, porque estão libertos dessa questão. Já agora também dizer que a diferença entre 2023 e 2024, é provável que as multas cresçam muito, porque em 2023 e nos anos anteriores o mês de abril acho que era o mês de abril, o mês de abril e o mês de maio estavam isentos vinte e quatro horas e agora começaram a estar, portanto taxados parte do dia não olhando aos portimonenses, enfim, são meses em que não há muitos turistas, mas os portimonenses vivem, continuam a viver trezentos e sessenta e cinco dias em Portimão. Provavelmente por esses dois meses da crescente e de receita, a diferença é grande, a diferença é grande, com certeza que é, porque vai haver muitas multas, há muitas pessoas que pensavam que estavam isentas como já aconteceu. Não esteja a bandear a cabeça porque é assim mesmo, portanto não há uma preocupação para os portimonenses e quem cá vive. A única coisa que querem é multar, multar, multar, coimas e mais coimas e mais coimas e não olham a quem cá vive, não olham aos portimonenses, mas pronto, isso é outra questão, já não vou referir quem é portimonense de nascença e quem não é portimonense de nascença, para mim são todos, já ficou esclarecido aqui pelo senhor deputado na última Assembleia. Portanto, todos aqueles que residem, quer sejam emigrantes, quer sejam portimonenses de raiz, quer não sejam, quem cá trabalha, portanto tem uma penalização em 2024 mais do que tinha em anos anteriores em período que não é de alto de turismo, ou de turismo acrescido como se costuma dizer e, portanto, eu gostava de ver esclarecidas essas questões. Primeiro, as questões das matrículas, depois o número de funcionários que têm neste momento e que vão ter no futuro e o acréscimo se tem muito a ver com esta questão de mudança, portanto de taxar nos meses que não taxava antes e provavelmente as pessoas, vai haver muito mais lucro, para eu chegar à conclusão que realmente cada funcionário tem um custo de zero vinte e dois cêntimos, que é o que está escrito, zero vinte e dois cêntimos ao minuto, ao segundo, não sei, mas está lá escrito e, portanto, gostava de ver esclarecido principalmente o número dos que estão e o número dos que estão a pensar pôr. Obrigado. ---



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que primeiro gostaria de perguntar porque é que o seu tempo já foi reduzido num bocado e ainda não tinha falado. Sim, ok. Só tenho uma questão que não sei se foi feito esse estudo, gostaria que me dissessem. Alguém comparou o custo que iremos ter com essa empresa externa que irá tentar reaver o dinheiro de quem é estrangeiro, que sabemos bem que na maior parte das vezes isso não acontece, com a possibilidade de quem fiscaliza ter bloqueadores, por exemplo, e aí obrigaria a que a coima fosse paga na hora? Era essa a questão que gostaria de colocar. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que esta matéria é efetivamente uma matéria que já veio aqui à discussão, tratar-se-á de observar nesses termos, mas antes de mais acima de tudo gostaria de abrir um pequeno parênteses para, enfim, congratular com o aniversário do PSD, não pela circunstância de ser o PSD por ser PSD, mas porque o PSD é efetivamente, tem sido ao longo da história da democracia, tem sido um partido de charneira, um partido muito importante na vida política, democrática portuguesa. Portanto, é justificado este cumprimento especial ao partido. Fechando o parênteses e avançando aqui para algumas considerações acerca deste documento, nós gostaríamos de apontar para o seguinte. Parece que ao discutir um documento que tem a ver com uma ação sancionatória e que se preconiza que essa ação sancionatória seja objeto de algumas anotações menos apropriadas, porquanto ferem a dignidade e o tipo de ação que esta empresa pública tem, note-se que esta empresa é uma empresa municipal em que o município é o único detentor do capital social da mesma, consequentemente, portanto faz sentido que não se lancem suspeitas sobre a correção dos procedimentos dos seus agentes, e obviamente que é bom de saber que qualquer indivíduo, qualquer cidadão portimonense ou não, tem a possibilidade efetiva de contestar a multa de trânsito e pode fazer uma apresentação dessa defesa. Isto caso efetivamente se pense que exista um abuso de poder ou um desvio da penalização. Parece que a determinado momento nós queremos efetivamente penalizar as multas e conferir aqui uma aura de impunidade ao transgressor. Isto realmente, enfim, num órgão como este, nós achamos que de facto não tem cabimento, não faz muito sentido nem este tipo de, eu diria de conjecturas, enfim, nem estas apreciações menos próprias relativamente àquilo que poderá ser uma orientação dada aos serviços. A honorabilidade desta empresa tem sido evidente ao longo dos anos desde que ela foi fundada. Seria uma perversão autêntica relativamente àquilo que é um serviço ao cidadão, seria uma perversão autêntica ela fazer um serviço contra o cidadão e contra os direitos de cidadania. Portanto, pensamos que estes aspetos não fazem sentido rigorosamente nenhum e são objeto, enfim, da nossa censura. Não podemos alinhar aqui em processos de intenção, ou as coisas ficam claras, ou não ficam claras. Agora, processos de intenção, não. -----

----- Estas contas, as contas constantes deste documento são apresentadas, primeiro, a coberto de um parecer técnico de um revisor respetivo, quanto à adequabilidade da proposta. -----

----- Segundo aspeto. A justificação que nos é dada, que aparece plausível, é a que tem a ver com o suporte financeiro que a empresa exige para este tipo de atividade especificamente, e esse suporte financeiro tem,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



naturalmente que não deixaria de ter, a necessidade de ajustes face aos custos operacionais, isto é, às alterações, às atualizações dos custos de mão-de-obra. Não é plausível em circunstância alguma que haja aqui prémios de produção. O que é que eu quero dizer com isto? É que efetivamente os custos cobrados pela empresa são custos que efetivamente não passam minimamente pela esfera dos interesses dos indivíduos que autuam. Interesses a nível de comissões ou outra coisa qualquer, não é? Portanto, temos aqui criadas algumas balizas que nos permitem alguma garantia relativamente à bondade desta proposta. -----

----- A questão relativa à diferença que é feita entre nacionais e estrangeiros não abona justiça social. Para um país que está na Comunidade Económica Europeia, naturalmente que faz todo o sentido a crítica da igualdade de cidadania de estrangeiros face aos nacionais. Todavia, a empresa justifica e já o fez aqui no passado, justifica não ter condição por motivos absolutamente supervenientes de poder levar a bom termo essa ação, que consequentemente é uma ação que a própria empresa aceita como deficitária. Portanto, a empresa não exclui esse défice, a empresa não está aqui a abonar esse défice, a empresa no fundo, está a justificar motivos absolutamente supervenientes para não o fazer, não deixa de ser injustiça por isso. Estamos absolutamente seguros de que se a empresa já tivesse encontrado melhor resposta, tê-la-ia apresentado em tempo útil a esta Assembleia e naturalmente previamente ao município. São estas no fundo, as circunstâncias que ditam da nossa postura face a este problema e naturalmente não é de modo algum com o convencimento total de que não seja possível ou desejável fazer esforços, diligências no sentido de vermos em que medida é que é possível superar isto, portanto sem prejuízo de um incentivo à empresa nesse sentido, de que faça um esforço para que a igualdade de direitos entre cidadãos estrangeiros e nacionais seja de aplicação possível e que tente melhorar neste aspeto, ou seja, que não se dê por vencida nesta matéria, porque é de facto uma matéria que não abona nada aquilo que é a construção de uma comunidade europeia. Disse, muito obrigado, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para dizer que esqueceu-se de fazer uma pergunta, é rápido. Se a EMARP atua em todas as freguesias do concelho de Portimão, é porque eu não vejo elementos da EMARP, fiscais ou polícias como queiram chamar municipais em Alvor e na Mexilhoeira Grande. Pergunto se a atuação é no concelho ou é só na freguesia de Portimão. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que isto na realidade, com a transferência de competências desde 2018, passou para o município a transferência de competências sobre o estacionamento público e, portanto, com isto já lhe estou a responder que é em qualquer freguesia de Portimão. -----

----- Depois, também falamos aqui muito por causa de mais autos que temos que passar, e na realidade muitas das vezes os autos são até passados, uns por denúncias que são feitas diretamente pelas pessoas de viaturas mal estacionadas e vêm logo identificadas com matrícula e tudo e a EMARP depois terá que fazer os autos. Outras até vindas da própria PSP e outras vindas da GNR, como é o caso de outras freguesias de Alvor e da Mexilhoeira, e quando assim é, a EMARP depois tem que fazer o procedimento e os respetivos autos.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Quanto ao relatório, o relatório tem a ver, era para o senhor Ricardo Viana esta resposta, mas é só, vou-lhe responder que o relatório tem vindo na informação da senhora Presidente, no entanto já disse ao Dr. Pedro Romão, vamos enviar o relatório do ano 2023 para depois ser entregue à Assembleia e para vos ser dado. Em vez de ter vindo de três em três meses, vamos fazer um no total que é para vos ser entregue.

----- Quanto aos agentes de fiscalização, temos oito agentes de fiscalização, oito. -----

----- Quanto também aos autos das viaturas estrangeiras, alguém me disse porque é que não metemos o bloqueador, temos até o acordo com o reboque também, que é para os levar logo para o estacionamento e aí é pago, logo no ato e já não tem que ser feito. Existe reboque, também existe. -----

----- Depois, se a senhora Presidente me dá licença, vou passar ao Dr. Pedro Romão então para até já fazer aqui o lançamento de alguns números que também convém já dizer aqui e detalhar o que foi já o ano 2023 um pouco. -----

----- Pediu o uso da palavra, o diretor geral da EMARP, Dr. **Pedro Romão**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o senhor Presidente acabou por responder praticamente às questões todas que foram colocadas, mas, por exemplo, em relação à questão da determinação do custo, o anexo detalha o apuramento do custo, portanto estamos a falar, a base são trezentos e sessenta e cinco dias por ano menos cento e quatro dias dos dois dias de descanso, o complementar e o obrigatório. Feriados e tolerâncias de ponte menos catorze dias, férias menos vinte e cinco, ficam duzentos e vinte e cinco dias de trabalho, o que corresponde a mil setecentos e setenta e seis horas de trabalho por ano por trabalhador. Feitas as contas dá efetivamente os vinte e dois cêntimos por minuto. É porque o Contrato-Programa, portanto o produto de acordo com a norma que o senhor Presidente enunciou, o produto da coima pertence ao município, portanto, e, esta lei e o que está aqui em causa é que o município não exerce diretamente, portanto, e, recorrendo àquilo que estava previsto no decreto-lei, faz-se esta transferência para a empresa municipal. Ora, passando para a empresa municipal, é preciso ressarcir, na exata medida do custo administrativo, a empresa municipal pelo custo que tem, porque esse custo era um custo que existiria sempre, tanto do lado do município, ou do lado da empresa municipal. Portanto, a empresa municipal aquilo não ganha nada, portanto pura e simplesmente está a ser ressarcida do custo administrativo com esta operação e esse custo existiria sempre ou de um lado, ou de outro. Portanto, recorde-se que este contrato, o apuramento do valor do Contrato-Programa, portanto é validado pelo revisor, é validado pelo fiscal único, que é o revisor oficial de contas, segue pela Inspeção Geral de Finanças e segue para o tribunal de contas portanto, e, até agora não tivemos reparo nenhum dessas entidades relativamente à metodologia que é utilizada. -----

----- A questão relativamente às matrículas estrangeiras, é uma questão complexa, porque há cooperação europeia no domínio das contraordenações, mas que não abrange as contraordenações leves portanto, e, se nós conseguirmos aceder através do IRN às matrículas nacionais, o mesmo não é possível para as matrículas estrangeiras porque se trata de uma contraordenação leve. Se fosse uma contraordenação de outra natureza poderíamos aceder à base de dados europeia. Portanto, aquilo que nós fazemos é recorrer a uma empresa internacional para uma sucursal em Portugal que tem acesso às bases de dados de cada um dos países e a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



partir daí tentar localizar a pessoa e levá-la a pagar a contraordenação. Se isto é feito nos outros sítios, nos oito municípios não é feito. Portanto, há pura e simplesmente um esquecimento relativamente a esta matéria. Nós achamos que devemos atuar da mesma forma como atuamos relativamente aos nacionais, sendo certo que há aqui a probabilidade de incumprimento do outro lado. -----

----- Relativamente à execução de 2023, portanto foram emitidas sete mil novecentas e vinte contraordenações, foram recebidas portanto com pagamentos voluntários seis mil seiscentos e vinte e quatro. Houve seis mil novecentos e noventa e uma decisões administrativas, dentro destas decisões administrativas, portanto pago dentro do prazo dos quinze dias, mil trezentas e trinta e nove, há aqui uma dificuldade em especializar estes números no tempo porque há processos que vêm dos anos anteriores e que só agora é que são tratados. Tanto que da mesma forma cairá no ano 2024 processos que foram iniciados no ano 2023.

----- Certidões enviadas para execução do tribunal, dois mil cento e oitenta, impugnações judiciais, portanto por terceiros que não aceitaram a decisão administrativa e recorreram a tribunal, foram catorze casos. Sim, no essencial parece que é isto. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que é tudo, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, para dizer que agradece a resposta do senhor Presidente em exercício. No entanto, e porque estamos a discutir este documento e estamos a discutir a minuta de contrato e porque é que eu falo deste relatório? O relatório em falta daria para ter a noção clara do desempenho da delegação de competências. Pois nesse relatório ele dar-nos-ia dados essenciais e cruciais para efetuarmos uma correta avaliação, tais como, o número de recursos de contraordenação entrados, as sentenças proferidas de condenação ou absolvição, porque não me interessa saber só aquilo que vai para tribunal, mas saber qual o resultado dessas decisões, o desfecho das execuções fiscais para cobrança coerciva das coimas, incluindo pagamentos realizados ou outros motivos que levaram ao seu arquivamento, bem como o resultado das execuções fiscais remetidos à autoridade tributária para cobrança coerciva das custas administrativas, pois tinha sido entendimento da autoridade tributária que não é competente para essa cobrança e, portanto, nesse relatório estaria incluído tudo isto que eu estou aqui a dizer. -----

----- Também seria relevante saber quantas pessoas estão afetas ao serviço, não só apenas os agentes fiscalizadores, bem como também saber quais as áreas da cidade onde há maior incidência de infrações e quais as infrações cometidas. Além disso, esse relatório também serviria para fornecer dados sobre a qualidade do serviço prestado, como, por exemplo, através do número e teor das reclamações recebidas pelos utentes. Estas e outras informações seriam fundamentais para avaliarmos corretamente a competência delegada, mas também a eficácia da gestão e o grau de satisfação dos cidadãos que usufruem destes serviços, bem como permitiria perceber quais as zonas mais caóticas e desenvolver soluções para o problema, gerir o espaço público é muito mais do que apenas punir. -----



----- Quanto à questão, pronto, não me responderam de quem é que vai assinar a minuta, portanto já não pode ser a Dra. Isilda Gomes, pois este relatório, porque os contratos não são apenas para serem assinados, mas também devem ser monitorizados e avaliados de forma zelosa, tendo sempre no horizonte o princípio da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e o que não tem vindo a acontecer. Relembro ao senhor Presidente e dando aqui uma nota, é que as denúncias anónimas e as denúncias para a EMARP não valem como, e isto implica aqui uma gravidade de uma afirmação, que é achar que uma denúncia dá azo a um auto de notícia, não pode, tem que haver um deflagrante delito, portanto esperemos que esteja isso a ser cumprido, e também queria só por fim fazer uma pergunta ao senhor administrador da EMARP, se tem sido pedida a consulta, como é que tem sido feito a tramitação do processo? Isto estamos a falar dos cidadãos nacionais, chegam à morada do infrator através de, como? Através da morada do IRN da conservatória de registos de automóvel? É que depois isto implica um erro processual. O erro processual é que quando remete a notificação, com a decisora administrativa, peço desculpa, a segunda notificação quando ela não é recebida, é remetida para a morada fiscal e isso implica um erro processual e que implica depois com o tempo que decorre com a prescrição da coima. Portanto, eu não sei, porque ao município é permitido o acesso aos dados fiscais da autoridade tributária e, portanto, acho que estão aí a perguntar ao sítio errado e acho que deveriam perguntar à autoridade tributária, e isto para impedir que muitos dos processos «faleçam» por causa desse erro processual, mas era nesse relatório que nós poderíamos perceber tudo isto e como o relatório não foi apresentado aqui, nós ficámos sem estas respostas, mas disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, queria aqui antes de mais, enfim, as questões que eu coloquei na primeira intervenção não foram mesmo respondidas, mas já lá irei, antes de ir aí, aqui da resposta que foi dada pelo senhor Presidente em regime de substituição, suscita-nos aqui mais duas questões que é, e eu perguntava diretamente se tem aí os dados do número de autos que foram levantados nos anos anteriores nas freguesias de Alvor e da Mexilhoeira Grande, porque não tenho aqui essa informação.

----- Depois, enfim, eu perguntei qual era a base aqui para fazer esta projeção, já percebemos que há um aumento de custos operacionais, enfim, isso era mais ou menos pacífico, é normal. Agora, o que está por explicar e não foi respondido aqui nas intervenções que ouvimos e que eu agradeço, é como é que se chega aqui a este número expetável de autos, e eu reforço a questão que coloquei na primeira intervenção com um, dois ou três dados suplementares. Número de coimas recebidas em 2021, seis mil seiscentos e trinta e nove. 2022, sete mil trezentos e trinta e uma. Janeiro a outubro de 2023, oito mil trezentos e oitenta e quatro. Previsão expetável de autos para 2024, creio que são quinze mil. Agora falhou-me aqui a página, mas é quase a duplicação do número de autos relativamente a 2023, de janeiro a outubro. Portanto, eu volto a perguntar como é que chegam a estes valores? Quer dizer, é uma projeção, mas é fácil projetar. Quer dizer, a questão aqui é saber com que bases é que se projeta, não é, porque o exercício de projetar é fácil, é um exercício meramente especulativo, ou pode ser meramente especulativo. E depois, indo aqui à



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



intervenção do senhor deputado Figueiredo Santos. O senhor deputado confundiu aí esclarecimentos e pedido aqui de mais dados, foi o que nós fizemos, nós entre as bancadas nas intervenções, como pôr em causa a credibilidade da empresa. Ninguém está a pôr em causa a credibilidade da empresa, estamos aqui a pedir esclarecimentos, porque manifestamente aquilo que vem aqui é um exercício que está por esclarecer e está por fundamentar. E depois o senhor fala aí de um relatório do ROC, enfim, eu constato que nalgumas situações como nesta, à bancada do PS convém invocar o ROC, noutras situações já nem tanto, mas o ROC diz que relativamente aqui à projeção dos valores que estão aqui contemplados, ela, a apreciação sobre ela pelo ROC é feita com base nos pressupostos apresentados pela empresa e é isso que está por esclarecer. Portanto, o ROC faz uma análise com base naquilo que lhe é apresentado. Agora, como eu já disse aqui e repito, aquilo que nos foi aqui trazido, eu volto a dizer, são uma previsão de quinze mil autos para 2024 que é quase uma duplicação relativamente a 2023, pelo menos aos dez meses que estão aqui identificados, está manifestamente por esclarecer e, portanto, era isso que eu voltava a perguntar e agradecia que além das questões relativas à freguesia da Mexilhoeira Grande e Alvor que nos esclarecessem. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto aos dados relativos às freguesias, depois virão no relatório que vamos enviar. ----

----- Quanto às denúncias, não são denúncias anónimas, senhor deputado. São denúncias que vêm bem, aliás, são denunciante encartados já quase, porque sabem bem o que é que estão a fazer. Portanto, isso aí até muitas das vezes vêm muito bem elaboradas já, portanto já fazem as denúncias com todos os critérios e com todos os regulamentos. -----

----- Depois, eu vou passar depois a palavra ao Dr. Pedro Romão, mas gostava de dizer ao senhor deputado João Caetano, que isto é até ao valor máximo. Podemos não atingir este valor e não pagamos este valor. Diz «até», diz «até», com base nesta projeção diz «até. Podemos não atingir esse valor e não vamos pagar, só vamos pagar em função dos autos que são levantados e do que a empresa tem que fazer senão não pagamos. Portanto, aí se ler diz, «até». Senhora Presidente, posso passar ao Dr. Pedro Romão? -----

----- Ficou com o uso da palavra, o diretor geral da EMARP Dr. **Pedro Romão**, relativamente às questões colocadas pelo senhor, pelo membro da Assembleia Municipal Ricardo Viana, que houve a devolução por falecimento do arguido em doze casos, houve a caducidade em dez casos portanto, e, aqui a caducidade, portanto há aqui uma responsabilidade que é bipartida entre a entidade administrativa e o tribunal, portanto sob o ponto de vista do tempo para a decisão. Houve seis casos que teve a ver com a dissonância de morada, portanto sob o ponto de vista cronológico do acesso ao IRN e ao domicílio fiscal e como sabe, nós EMARP, pese embora tenhamos pedido o acesso à base de dados da autoridade tributária, ela não está disponível, portanto a morada que está disponível é a do IRN portanto, e, havendo este lapso pode ocorrer ter havido uma alteração da morada do domicílio fiscal e o proprietário não ter feito no IRN. Portanto, agora não é por falta de diligência da EMARP, é pela ausência de acesso à base de dados que a autoridade tributária não nos dá. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Houve ainda quatro casos, cuja identificação do condutor chegou fora do prazo e que o tribunal veio dizer que devíamos mesmo assim ter, pese embora ter chegado a identificação do condutor fora do prazo, não devíamos ter enviado o processo para tribunal e um caso em que a defesa foi enviada para a ANSR, quando devia ter sido enviada para a EMARP e que o tribunal veio reconhecer exatamente no mesmo sentido, devíamos considerar a defesa como boa, tendo sido apresentada na ANSR. Sim, mas pese embora isso não tenha ocorrido, o tribunal veio entender de forma distinta. E são estes os dados que dispomos. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, porque é que não puseram dezassete ou dezoito mil, puseram quinze. Eu perguntei como é que se chegou a esta estimativa? Ninguém me esclareceu.

----- Ficou com o uso da palavra, o diretor geral da EMARP Dr. **Pedro Romão**, para dizer que tem que revisitar aqui um bocadinho os mapas, isto está no anexo, salvo erro está no anexo três. Isto salvo erro é feito em outubro, o Contrato-Programa para chegar à Assembleia Municipal até ao final do ano e entrar logo em vigor, portanto tenho que fazer aqui um exercício de memória para tentar... -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que chegou à Assembleia agora recentemente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o diretor geral da EMARP Dr. **Pedro Romão**, sim, isto não encerra em crítica nenhuma ao funcionamento da Assembleia. Era só uma constatação para... não se tratando de uma culpa como uma desculpa, mas de facto é preciso já fazer aqui algum exercício de recuperação dessa informação, mas tanto quanto me recordo, as quinze mil duzentas e cinquenta coimas que são o valor máximo e este valor máximo é para efeito do valor da transferência sob o ponto de vista financeiro e da cabimentação máxima que o município tem que fazer para fazer face ao cumprimento do contrato, tinha a ver por um lado com o incremento do número de agentes de fiscalização, passou de seis para oito e da atividade da própria atividade da GNR e da PSP portanto, e, digamos que há aqui alguma imprevisibilidade, portanto no âmbito do nosso planeamento da atividade que estas entidades desenvolvem portanto, e, tendo por base no fim do dia, portanto, não está aqui o número, o que está aqui em causa é cabimentar o valor máximo do valor do Contrato-Programa para efeitos da gestão municipal, e não lhe sei responder, com muita honestidade não lhe sei responder porque é que foram quinze mil duzentas e cinquenta e não foram quinze mil. Não, não, não chegaria a esse valor portanto, mas havia aqui... não, nem tanto. -----

----- Pediu o uso da palavra a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, queria só que ficasse aqui claro, porque de facto o documento que foi facultado não é claro relativamente ao montante e se esse valor é fixo ou é variável consoante o número de autos, isto porque na informação que nos foi remetida, na informação diz-se que há uma comparticipação total no valor de duzentos e sessenta mil euros, mas depois mais à frente vamos analisar a própria minuta do Contrato-Programa e na cláusula 7 A fala no montante máximo de duzentos e sessenta mil euros. Ora, portanto a informação está errada, é isso? Obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, bom, começando aqui pela resposta que foi dada em relação à freguesia da Mexilhoeira Grande e de Alvor, eu considero completamente inaceitável que estejamos aqui a discutir este ponto e que nos seja remetida informação para um relatório que vai ser enviado posteriormente. Portanto, eu não estou em condições de votar isto sem que o executivo diga, pelo menos de uma forma, enfim, numa dimensão mais abrangente o valor bruto eventualmente dos autos que foram levantados nas freguesias de Alvor e da Mexilhoeira Grande e, portanto, volto a questionar essa questão e considero que a Assembleia não tem informação suficiente se essa informação não for aqui dada hoje, para votar este ponto. -----

----- Segunda questão. Foi aqui dito que, enfim, foi tentado explicar aqui a questão deste número expetável de autos, isto remete-nos aqui para outras questões. É dito aqui na informação que realmente há um reforço da fiscalização e há mais uma equipa que vão passar a estar oito agentes de fiscalização em funções, e depois diz-se aqui também que nos meses de verão, julho, agosto e setembro, é expetável que haja cobrança de mais autos ou mais coimas, levantamento de mais autos, cobrança de mais coimas. Bom, havia aqui uma grande preocupação com a igualdade em relação aos cidadãos da União Europeia. Nestes meses as «vítimas» dos autos e das coimas não vão ser só os residentes de Portimão, vão ser os turistas nacionais que nos visitam também, e há aqui uma questão, quer dizer, e eu estou mesmo a ver o que é que vai acontecer aqui no verão, mais uma equipa em funções da EMARP, enfim, presumo que os turistas nacionais que estejam cá de férias se calhar ou têm cuidado com a forma como estacionam, ou se calhar vão ter aqui alguns problemas, e pergunto também em que medida é que isso contribui para a nossa atratividade enquanto destino turístico. Nós sabemos como é que funciona em Lisboa, sabemos como é que funciona no porto e sabemos que nomeadamente em Lisboa com a EMEL, a imagem extremamente negativa que é dada a muitos turistas que se deslocam em Lisboa de carro, nomeadamente com os reboques selvagens que são feitos em Lisboa, a imagem extremamente negativa que é dada ao turismo. Portanto, não sei se é esse caminho que temos aqui preconizado para a fiscalização ao estacionamento nos meses de verão em Portimão, espero que não e, portanto, perguntava se é esse o caminho e se eventualmente esse caminho hipotético justificará também os quinze mil duzentos e cinquenta autos que é aqui a previsão e, portanto, aqui senhor Presidente em exercício, eu aqui, enfim, eu não abduco de ter a informação relativamente às duas freguesias de Alvor e da Mexilhoeira e pedia-lhe que não nos remetesse para um relatório que não sabemos quando é que vai chegar. Estamos aqui a discutir este ponto hoje, esperemos que vamos votá-lo hoje, enfim, parece que é necessário que o façamos e, portanto, não podemos votar sem ter aqui os dados completos. Se o senhor não tem essa informação, então, enfim, coloco aqui à mesa como é que vamos aqui, estamos em condições de votar este assunto, se calhar não temos a informação completa. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge Silva Viana**, eu não respondo a ninguém, mas informando ali o senhor diretor geral da EMARP, decorre do decreto-lei 433/99 de 26 de setembro, que as autarquias locais, não estou a dizer a EMARP, mas eventualmente os



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



serviços jurídicos do município poderão aceder à informação fiscal, entre os quais o número de contribuinte e o domicílio fiscal no artigo sétimo, alínea sete do decreto-lei 433/99, e pegando naquilo que o senhor deputado João Caetano do "Portimão Mais Feliz" referiu, eu penso que efetivamente sem este relatório e porque, e eu volto a frisar, é que este relatório eu não me choca que hajam cinquenta mil infrações, não me choca. A questão é, o que é que o município está a fazer com estes dados? O que é que está a fazer pela gestão do espaço público, porque é que se está a transgredir, porque é que o portimonense está a transgredir, tem soluções, não tem soluções e, portanto, e eu penso que não é só a questão de dizer são cinquenta mil, se tiverem que ser cinquenta mil são cinquenta mil, mas porque é que estão a haver tantas infrações, e estes números são importantes e têm que ser estudados, quais são as zonas onde estão a haver mais infrações, que tipo de infrações estão a ser cometidas e isto é que é importante frisar e é importante trabalhar estes números, não é o problema da EMARP passar quinze mil, trinta mil infrações, porque se elas existirem têm, mas porque é que estamos a ter tanta infração e penso que há aqui um problema de gestão do espaço público. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, gostaria de perguntar se estes fiscais têm alguma formação se é lhes dado formação pela autoridade rodoviária e se estão realmente credenciados, porque todos nós sabemos às vezes de uns certos conflitos que existem e que têm-se passado com estes trabalhadores e a população no fundo... portanto, gostaria só de perguntar isso e também reiterar que não há informação suficiente para deliberarmos sobre este ponto. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, têm uma formação certificada pela ANSR, senhora Presidente. Não podem entrar ao serviço sem ter uma formação certificada e reconhecida pela ANSR. É tudo, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, para dizer que é o seguinte. No seguimento daquilo que já foi aqui discutido, acho que é da máxima prudência uma pessoa para estudar e votar um documento desta índole, saber a execução que houve no exercício anterior. Essa execução foi pedida na conferência de líderes, apesar da senhora Presidente ter pedido para eu depois fazer, formalizar o pedido por escrito, coisa que não o fiz, voltei a insistir consigo na terça-feira passada e a senhora Presidente disse que ia tentar nos entregar essa informação, e ela não foi até ao momento fornecida. -----

----- Senhora Presidente, eu julgo que é sensato retirarmos este ponto e votarmos numa próxima oportunidade, depois de podermos aceder ao relatório de acompanhamento, verificarmos o que é que tenha acontecido, para sabermos se é positivo renovarmos este contrato ou não. Estarem a nos pedir para votar uma coisa quando não sabemos como é que foi a execução do período passado não faz qualquer sentido, é pedir às pessoas para votar de forma inconsciente e isso a bancada do PSD recusa-se a fazer, senhora Presidente. Portanto, peço-lhe para que pondere pela retirada deste ponto, porque não temos a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



documentação necessária para proceder a uma votação consciente, peço-lhe que seja retirado este ponto. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, mas eu sei o que é, eu já sei e imagino o que seja, que é a questão do relatório e não estar em condições de votar.

----- O que eu queria perguntar só ao senhor Presidente, eu não tenho memória, é verdade aquilo que o senhor deputado referiu, na conferência de líderes foi perguntado pelo relatório de acompanhamento. Eu não tenho memória se nos Contratos-Programa dos outros anos vinha um relatório de acompanhamento. Eu não tenho memória, estou a perguntar. Só vem a informação que é produzida pelos serviços. Pronto, então, nos outros anos tem sido votado de acordo com o que está aqui. Então, está correto, então está correto aquilo que eu referi na conferência de líderes. Aquilo que eu referi na conferência de líderes é, os senhores deputados municipais têm sempre a prerrogativa de pedir a informação ao executivo dos assuntos que entenderem e, portanto, e por isso é que eu na primeira reunião, ou na conferência de líderes disse, «senhor deputado, ponha por escrito, tem essa prerrogativa e depois» ... Ó senhor deputado, permita-me dizer-lhe isto. Não é uma questão de preciosismo, é uma questão de interpretação correta do pedido. Se for a mesa ou os serviços da mesa a fazerem esse pedido à EMARP, pode não o fazer com a configuração correta que o grupo parlamentar pretende. Eu peço desculpa, eu percebo, não há má fé da mesa relativamente a esta matéria. O que eu estou a dizer é uma questão formal, é assim, «sim senhora quer um relatório de acompanhamento deste período, 2023». 2024 não, porque isto é o Contrato-Programa para este ano. Eu não estou a dizer que não está aí, eu não sei, eu perguntei da forma mais explícita, eu não tinha memória de vir esse relatório a acompanhar-me nos outros casos. Pronto, não tenho memória disso, não tenho memória que isso seja uma questão, isso pelo menos na conferência de líderes não foi posto dessa forma, de dizer assim, «nós não podemos agendar esse assunto porque não traz o relatório». Ó senhor deputado, permita-me dizer isso, não foi colocada a questão do não agendamento relativamente a uma falta de um documento essencial para deliberação, não foi, foi pedido efetivamente e eu confirmo isso, o senhor deputado disse, «era, ou é importante, ou seria importante que viesse o relatório de acompanhamento», e eu disse, «sim senhora façam esse pedido e nós pedimos ao executivo, através do executivo o executivo pede à EMARP». Pronto, agora eu não vejo, devido aos antecedentes a não ser que haja uma norma específica que me digam essa norma específica e que digam que isso para a aprovação de um Contrato-Programa que é já usual, não é a primeira vez que é feito e que é celebrado, que esse Contrato-Programa seja impeditivo à votação hoje do Contrato-Programa por falta desse relatório. Não vejo essa necessidade. Agora, vejo a necessidade dos senhores deputados municipais terem conhecimento do relatório de acompanhamento, isso vejo, até para acompanhar a execução do Contrato-Programa que vai ser celebrado, até para acompanhar a execução do Contrato-Programa que vai ser celebrado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, se a senhora Presidente estivesse com aqui



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



alguma atenção à dinâmica aqui do debate, talvez percebesse a necessidade imprescindível de termos o relatório nas mãos para votarmos hoje aqui este ponto. -----

----- Foi dito aqui por parte do executivo relativamente a uma pergunta que foi aqui colocada, que este contrato tinha vigência no território todo do município, incluindo as freguesias de Alvor e da Mexilhoeira Grande. Eu perguntei qual era o número de autos levantados nessas duas freguesias. Foi-nos dito que no relatório viria essa informação e, portanto, eu pergunto como é que nós vamos votar aqui este ponto se não é dada informação à Assembleia de quantos autos é que foram levantados pelos serviços de fiscalização da EMARP em Alvor e na Mexilhoeira. Mais, eu gostava que a Assembleia tivesse acesso aos mapas de deslocação dos funcionários dos agentes de fiscalização a essas duas freguesias, porque eu nunca vi, mas se calhar foi falha minha, eu nunca vi nenhum agente de fiscalização em Alvor ou na Mexilhoeira Grande a fiscalizar trânsito, só o vejo na freguesia de Portimão e, portanto, eu pergunto à mesa de que forma é que esta Assembleia de forma informada e conscienciosa pode votar este ponto, quando não temos acesso ao tal relatório, e aquilo que foi dito na conferência de representantes foi muito simples. Não foi posto como questão imprescindível para agendar o ponto, até porque não são os líderes de bancada como a senhora sabe que fazem a agenda, é a mesa presidida por vossa excelência, mas foi suscitada pela bancada do PSD se não me falha a memória, a necessidade de haver um relatório e termos acesso a ele, e a senhora concordou com esse acesso e, portanto, quer dizer, nós não temos informação completa para votar aqui este ponto, e eu sinceramente, estamos aqui a andar à volta de uma questão que é fundamental, aqui não é falta de informação, é que me parece que há aqui uma atitude, mas se calhar estou enganado lá está, se calhar é falta de sono, de sonegar aqui alguma informação que o bem-dito do relatório tem elementos fundamentais que foram aqui questionados, são os números altos de Alvor e da Mexilhoeira, como é que pretendem depois... isto chama-se sonegar a informação, senhora Presidente, e é muito grave, é muito grave que se tenha que estar aqui a argumentar. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor Presidente, permita-me só o seguinte. Eu acho que nós já todos chegámos à conclusão, nós já todos chegámos à conclusão, a mesa é responsável pelo agendamento dos assuntos... Só uma questão, evitem se fazem favor o diálogo, porque senão eu suspendo os trabalhos e saio, porque senão não sou eu que coordeno os trabalhos. -----

----- O que acontece é o seguinte. A mesa agendou, havia condições para agendar, não foi suscitada a ilegalidade do agendamento nem a não conformidade do agendamento. É verdade que poderia haver um relatório de avaliação e que pode existir sempre. O relatório de avaliação tem a ver com a execução do Contrato-Programa de 2023. Ora, nas informações escritas da senhora Presidente vem lá sempre a informação relativamente àquilo que está a ser executado e também da EMARP, da empresa municipal. Nestas condições nada obsta a que se vote hoje o Contrato-Programa e nada obsta a que seja pedido o relatório de acompanhamento e que a Câmara emita. Se houver alguma situação que seja necessário vir aqui à discussão o nível de execução do Contrato-Programa que vai ser assinado entre o município e a EMARP,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



aí nessa altura será trazido à Assembleia Municipal esse assunto, pela mesa da Assembleia obviamente. Ó senhor deputado, eu não terminei ainda. Se a mesa entender que há uma situação e que a própria Câmara também suscita essa questão, obviamente que trará, não há problema nenhum nisso. -----

----- O que estou aqui a dizer é, na execução deste contrato quando os senhores deputados receberem, se se suscitar essa questão eu trarei num ponto da ordem de trabalhos essa matéria, se se suscitar algum problema relativamente à execução do contrato do ano passado. Agora, este nada obsta a que este Contrato-Programa seja votado que é isso que está a ser pedido e porque não há ilegalidade nenhuma, não há nada que obste a isso. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PS **Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que se fizeram aqui um apelo à informação escrita da Presidente de há duas sessões atrás, na página cento e vinte e cinco, têm aqui os dados todos da fiscalização de estacionamento, as ações de verificação de 2023 e do primeiro trimestre de 2024. O estacionamento que é tarifado por proveitos por lugar e taxa de ocupação, as várias zonas onde ele existe. Têm ainda o bloqueamento e a remoção de veículos, o número de que foi feito o bloqueamento e os números que foram feitos a remoção de veículos em 2023 e 2024. Têm ainda a instrução e decisão das contraordenações e o estacionamento de avisos e autos de notícia emitidos, avisos e regularização liquidados, contraordenações emitidas, liquidadas, decisões administrativas emitidas, liquidadas, envio para tribunal por impugnação e envio para tribunal para execução. Estão aqui os números de 2023 e o primeiro trimestre de 2024. -----

----- O ponto da ordem de trabalhos parece ao PS e parece-me a mim também que é “discussão e votação do Contrato-Programa» e não propriamente dos números que há na Mexilhoeira e que há em Alvor relativamente ao estacionamento e às contraordenações que a EMARP aplica e, portanto, para o PS parece-me que estamos esclarecidos, não há necessidade de relatório nenhum adicional e o Contrato-Programa está aqui claro para podermos votá-lo favoravelmente. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que a interpelação à mesa é muito breve e é muito simples. A senhora disse que não havia fundamentos para retirar o ponto e no âmbito aqui da discussão eu volto a repetir, foi dada aqui uma informação que foi remetida para o relatório de execução, que é a questão do número dos autos nas freguesias de Alvor e da Mexilhoeira, que manifestamente não está aqui na informação escrita. A informação escrita não contém esse número dos autos. -----

----- Eu agora, a senhora deputada Marina Esteves disse aquilo que disse, eu fui aqui consultar e não tem esses números e, portanto, eu pergunto se uma parte da informação que é relevante para esta apreciação da necessidade do Contrato-Programa em função de uma resposta que foi dada pelo executivo, se é fundamental ter acesso ao relatório, como é que estamos em condições de votar aqui este ponto sem esse relatório? -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao senhor deputado que a sua posição é clara. Já estamos todos esclarecidos sobre a dúvida que têm e eu já esclareci também que não há problemas nenhuns na votação, devido ao histórico que esta Assembleia já teve relativamente a casos semelhantes. Portanto, nada obsta à votação do Contrato-Programa hoje e isso não prejudica que mais tarde venha um relatório de avaliação como eu já referi e que depois se houver números que suscitem alguma discussão eu trarei aqui à discussão, é tão simples como isso e agendarei, ou então serão agendados no âmbito do relatório da informação escrita na próxima Assembleia Ordinária. --

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que a única coisa que encontra aqui em termos de valores, é aqui no relatório de contas que tiveram no ponto a), e aqui informa, não sei como é que chegaram a estes valores, não sei, mas coimas de estacionamento saldo inicial, sessenta e cinco mil euros, isto abreviando. Débitos, trezentos e quarenta e cinco mil e créditos trezentos e trinta mil, e depois tem um saldo final de cinquenta mil. No próprio relatório de contas da EMARP sobre coimas, como é que chegaram a este valor dos quinhentos e setenta mil, se está aqui, fala em trezentos e trinta mil. É que aqui é o relatório de contas da EMARP, não sei como é que chegaram a esses valores e como é que a própria EMARP cobra logo duzentos e sessenta mil à cabeça. --

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor deputado Pedro Mota, essa situação vai ser esclarecida pela EMARP, será esclarecida porque não estão em condições de esclarecer agora, pelo menos foi o que me pareceu. Ó senhor deputado, vamos pôr à votação, não, os senhores deputados têm direito a votar como entenderem. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o ponto **4 - d)** - Discussão e votação do Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP – Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, EM SA – *Instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves relativas a estacionamento*, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº187/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	-	15
ABSTENÇÕES	0	4	0	0	0	0	1	-	5
VOTOS CONTRA	0	1	3	2	2	1	0	-	9

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

----- **Foi aprovado, por maioria**, o Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP – Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, EM SA – *Instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves relativas a estacionamento*, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº187/24.** -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Não esteve presente a senhora Deputada Municipal Independente Ângela Quadros. -----

-----**No Seguimento desta votação, a bancada do PSD, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «O Grupo do Partido Social Democrata (PSD) na Assembleia Municipal de

Portimão vem, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 53º do Regimento da AMP, fazer constar da acta da reunião realizada no dia 6 de Maio de 2024 (3ª Reunião da 2ª Sessão Ordinária de 2024) a sua declaração de voto referente à Deliberação de Câmara n.º 184/24, nos termos e com os fundamentos seguintes,-----
O Grupo do PSD não votou favoravelmente a deliberação, abstendo-se na votação.-----

Fê-lo por considerar existirem, esclarecimentos essenciais não prestados pelo executivo do Município, nomeadamente em relação à não apresentação do relatório de execução do contrato de delegação de competências para o ano de 2023. Este relatório é de suma importância para avaliar a eficácia da execução das competências delegadas, permitindo uma análise detalhada do que está a correr bem e do que pode estar a correr mal.-----

A ausência deste relatório compromete gravemente a capacidade de fiscalização e transparência deste órgão, privando-o do acesso a informações essenciais para uma avaliação criteriosa do desempenho da empresa municipal quanto à competência delegada. Além disso, mais do que apenas quantificar o número de contraordenações, é fundamental caracterizar as transgressões cometidas e identificar as áreas da cidade onde ocorrem com maior frequência e as necessidades específicas de cada uma delas. Igualmente, não ficou esclarecido o/os motivo/os pelo crescente número de coimas aplicadas nos últimos anos e o previsível aumento para o corrente ano. Seria importante perceber se o aumento se deve ao reforço da fiscalização ou se por outro lado existem mais infrações. -----

-Fiscalizar o estacionamento na cidade não deve ser apenas uma questão de punição, mas sim de encontrar soluções eficazes para a gestão do espaço público. É importante adotar uma abordagem holística, que vá além da simples aplicação de coimas, e se concentre em resolver os problemas subjacentes. -----

Entendemos que, além da fiscalização, é necessário investir em medidas de gestão de tráfego e estacionamento que facilitem a mobilidade e reduzam a pressão sobre os espaços de estacionamento. Isso poderá incluir a criação de mais bolsas de estacionamento, a implementação de sistemas de estacionamento inteligentes, o incentivo ao uso de transporte público e formas alternativas de mobilidade, bem como a implementação de políticas de planeamento urbano que promovam um uso mais eficiente do espaço público. -----

Em última análise, entendemos que a fiscalização do estacionamento deve ser para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e promover uma cidade mais acessível, segura e sustentável para todos e não apenas para garantir uma fonte de receita para o município. -----

-Assim, entendemos que subsistem demasiadas dúvidas não esclarecidas que NÃO permitem o voto favorável ou desfavorável a esta deliberação.» -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que seguia para apreciação, o ponto **4- e)** - Discussão e Votação da Composição do Júri de Recrutamento para o cargo de Chefe



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



da Divisão de Portos e Áreas Balneares - Cargo de Direção intermédia de 2º grau, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº131/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra.

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança)

João Pedro Gonçalves Marques Caetano, para dizer que a pergunta aqui é muito simples e sucinta e direta.

É a questão de saber porque é que tendo esta competência sido transferida já desde, creio que desde 2019 para o município, só agora é que vem aqui esta deliberação, ou esta proposta de deliberação para compor um júri para designar um cargo de direção de segundo grau que segundo julgamos saber e pergunto isso para ficar também esclarecido e clarificado, já foi provido em regime de substituição enquanto está a durar o concurso. Parece-nos que isto já devia ter vindo aqui há bastante tempo. -----

----- Houve pressa, aliás, houve uma pressa manifesta não só nestas áreas, não só relativamente a estas competências, também a outras em receber as competências no âmbito da transferência, a tal reforma que foi, enfim, a reforma mais importante a seguir ao 25 de Abril, aliás, foi aqui dito pela senhora Presidente de Câmara aqui há duas sessões atrás, mas depois, quer dizer, não houve aqui a mesma pressa da parte do executivo, quer no final do mandato anterior, quer já neste que já vai em fase adiantada, em depois dotar a máquina administrativa do município dos recursos humanos, dos instrumentos regulamentares, etc. para prosseguir devidamente essas competências. Portanto, era essa questão que queria que fosse esclarecida. Disse. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre**

Bila, na realidade, só posso responder por este mandato e com a alteração e com as competências que vieram também em junho do ano passado, notamos uma grande falta de termos este cargo ocupado e, portanto, foi a partir de junho do ano passado que nomeámos para esta área uma pessoa e depois foi desencadeado o processo para abrirmos o concurso, porque acho que é isto que queremos fazer, temos que abrir o concurso para nomearmos e, portanto, é isto que vamos querer. Na realidade, o senhor deputado quando me está a falar desde 2019, é verdade, não vou responder pelos anteriores executivos, tenho que responder por este executivo. Este cargo com as transferências de competências, com as marinas que recebemos também e com toda a área das praias e, portanto, sentimos esta necessidade de ocupar este cargo dos portos e áreas balneares com um técnico e é isto que vamos fazer. Foi por isso que pedimos para abrir este procedimento e é isto que estamos neste momento que está a decorrer. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhora Presidente, era só um esclarecimento ao executivo. Este procedimento que está aqui em causa é para o cargo de dirigente, não é? Eu gostava que a Assembleia fosse informada, que não tenho aqui essa informação, tinha que ir buscar a documentos da Assembleia de dezembro, qual é o número de técnicos que estão previstos aqui para este serviço e para esta divisão, porque penso que era importante também sabermos esse dado aqui atualizado e termos essa informação quando apreciamos aqui a abertura deste procedimento. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre** **Bila**, neste momento temos lá dois técnicos, senhor deputado, com a transferência das competências eram para



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ter passado mais quatro técnicos que vinham da APS, mas por causa de uma providência cautelar a nível nacional esses técnicos ainda não vieram para a autarquia. Portanto, o que queremos é que quando passarem todos, vamos ficar com seis técnicos nesta secção. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o ponto **4- e)** - Discussão e Votação da Composição do Júri de Recrutamento para o cargo de Chefe da Divisão de Portos e Áreas Balneares - Cargo de Direção intermédia de 2º grau, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº131/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	-	29
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	-	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	-	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

-----**Foi aprovada, por unanimidade**, a Composição do Júri de Recrutamento para o cargo de Chefe da Divisão de Portos e Áreas Balneares - Cargo de Direção intermédia de 2º grau, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº131/24.** -----

-----Não esteve presente a senhora Deputada Municipal Independente Ângela Quadros. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que seguia para apreciação, o ponto **4-f)** - Designação de quatro cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, na Comissão Alargada da CPCJ, nos termos da alínea l) do art.º 17º da Lei nº 147/99 de 1/09, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra.-----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, agora tínhamos ou temos o último ponto, mas eu vou fazer retirar, porque houve aqui uma interpretação que levou a uma interpretação que foi, e eu assumo essa responsabilidade, em função de uma informação que recebeu dos serviços, percebi que tinha que haver a designação de quatro cidadãos eleitores, mas isto em relação à designação para a comissão alargada da CPCJ. No entanto, o que é pedido, há aqui uma questão jurídica que não está bem esclarecida. -----

----- O que é referido, a lei refere que os mandatos são de três anos, podendo ser renováveis por duas vezes e, portanto, quem é que faz essa renovação, é automática ou vem aqui à Assembleia a renovação? O que é certo é que a última indicação foi em 2018 e entretanto, pôs-se a questão de ter que ser feita a indicação ou a renovação de mandato, e por isso, pelo facto de na conferência de líderes ter pedido essa indicação e não só um elemento que é aquilo que no fundo a comissão, a comissão pede por um lado um elemento, mas, por outro lado, diz que a renovação, nós teremos que autorizar a renovação. Portanto, é melhor retirar, vir à próxima Assembleia, seja ela Extraordinária ou Ordinária com esta situação bem clarificada e pedir na conferência de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



líderes a indicação correta. Ok? Obrigada. E assim, deixo aqui a minha palavra à bancada do PSD que tenha um dia feliz, os cinquenta anos, o PSD faz parte da nossa democracia, é um partido fundador da nossa democracia e, portanto, importante para o nosso estado de direito democrático, nesse sentido dou os meus parabéns aos membros do PSD aqui presentes, um resto de um dia feliz, um bom ano, porque fazem hoje cinquenta anos, portanto não é só o dia é o ano todo e por isso mesmo encerro estes trabalhos, agradecendo a presença do senhor Presidente, dos senhores vereadores, dos senhores presidentes de Junta, a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

-----**O Ponto 4-f)** - Foi retirado pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

-----Não esteve presente a senhora Deputada Municipal Independente Ângela Quadros. -----

-----Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram vinte e três horas e três minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, deu por concluída a 3ª reunião da 2ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e quatro, realizada no dia seis de maio, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento.----

-----De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos, não foi rececionada resposta por parte da Câmara Municipal. -----

-----E eu, Telma Maria Nunes Matias _____ Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Isabel Andrez Guerreiro)

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal

(Sheila Gassin Tomé)